

JÔNATAS GONÇALVES RÊGO

**A MÁSCARA DO PAI MORTO -
ESTUDO SOBRE O PATERNALISMO EM *HELENA*
E *CASA VELHA*, DE MACHADO DE ASSIS**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
MONTES CLAROS
Maio/2011**

JÔNATAS GONÇALVES RÊGO

**A MÁSCARA DO PAI MORTO -
ESTUDO SOBRE O PATERNALISMO EM *HELENA*
E *CASA VELHA*, DE MACHADO DE ASSIS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, da Universidade Estadual de Montes Claros, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras – Estudos Literários.

Área de concentração: Literatura Brasileira

Linha de Pesquisa: Tradição e Modernidade

Orientador: Prof. Dr. Fábio Figueiredo Camargo

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
MONTES CLAROS
Maio/2011**

R343m Rêgo, Jônatas Gonçalves.
A máscara do Pai Morto [manuscrito] : estudo sobre o paternalismo em Helena e Casa Velha, de Machado de Assis / Jônatas Gonçalves Rêgo. – 2011.

102 f.

Bibliografia: f. 100-102.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos Literários/PPGL, 2011.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Figueiredo Camargo.

1. Literatura brasileira. 2. Assis, Machado de, 1839-1908 – Helena – Casa Velha – Crítica e interpretação. I. Camargo, Fábio Figueiredo. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: Estudo sobre o paternalismo em Helena e Casa Velha, de Machado de Assis.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS/ESTUDOS LITERÁRIOS



Dissertação de Mestrado, intitulada “**A Máscara do Pai Morto - estudo sobre o paternalismo em *Helena E Casa Velha*, de Machado de Assis**”, de autoria do mestrando em Letras/Estudos Literários JÔNATAS GONÇALVES RÊGO, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Fábio Figueiredo Camargo – Unimontes - Orientador

Prof. Dr. José Américo de Miranda Barros – UFMG

Prof.^a Dr.^a Telma Borges da Silva – Unimontes

Prof.^a Dr.^a ILCA VIEIRA DE OLIVEIRA
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos Literários da
Unimontes

Montes Claros, 24 de maio de 2011.

À Minha esposa, Werlene, presença constante;
aos meus filhos, Petra e David;
aos meus pais, David e Dairce;
aos meus irmãos, Marcelo, Daniela, Elizama,
Abel e Magdala.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que nos mostrou a direção e não nos desamparou nos momentos de dificuldade.

Ao professor Dr. Fábio Figueiredo Camargo, que me orientou com tanta atenção e liberdade.

À professora Dr^a Telma Borges, pelo carinho.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação em Estudos Literários/Literatura Brasileira, que souberam transmitir com excelência todos seus conhecimentos.

Aos professores da Banca de qualificação, Dr. Osmar Pereira Oliva e Dr^a Regina Célia Lima Caleiro, pelas excelentes contribuições, críticas e comentários feitos a este trabalho.

Aos professores da Banca examinadora, Dr^a Telma Borges e Dr. José Américo de Miranda Barros, pela leitura atenta, pelas sugestões e contribuições feitas a esta pesquisa.

Aos amigos e colegas que participaram dessa etapa de minha vida.

Ao meu “irmão” e amigo professor Osmar Oliva, pelo apoio, consideração e estima.

Aos meus queridos filhos, pela compreensão e ajuda.

À minha esposa, pelo amor, carinho e incentivo em tornar este trabalho uma realidade.

“O pai lutava com o pai”.

M. de Assis

RESUMO

Este trabalho pretendeu apresentar como Machado de Assis critica o paternalismo presente na sociedade brasileira do século XIX, a partir de suas narrativas *Helena* (1876) e *Casa Velha* (1885-1886), as quais, apesar de serem escritas em datas distintas, abordam a mesma temática. O romance *Helena*, pertencente à chamada fase romântica da obra machadiana, tem sido alvo de estudos críticos que abordam o paternalismo. Para o crítico Roberto Schwarz, esse romance deve ser entendido como moralista, voltado para a vigilância do preceito cristão e a defesa da família. Schwarz defende que nesta obra Machado de Assis contribuiu para o “aperfeiçoamento” do paternalismo. Reconhecendo infinitas outras possibilidades para a discussão proposta nesse estudo, concentramo-nos em apresentar neste trabalho outra hipótese para a leitura crítica de *Helena* e *Casa Velha*, levando em consideração o “desmascaramento” do paternalismo produzido nesses textos. Acreditamos que Schwarz não percebeu todo o alcance da crítica e a força de denúncia contidos em *Helena*, quando procurou tratar o romance como “conformista”, transformando-o em um manual de boas maneiras, reduzido a apenas uma análise de perfis morais calcados no sentimento cristão. Mostramos que Machado de Assis foi além, ao desmascarar o paternalismo reinante na sociedade brasileira denunciando uma sociedade que utilizava a diplomacia da aparente cordialidade somente quando envolvia seus próprios interesses ou houvesse alguma contrapartida. Para confirmação da nossa tese, tomamos como parâmetro as atitudes de alguns personagens do romance e da novela como as órfãs, as matriarcas, os padres, os herdeiros, os pais mortos, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Brasileira; Tradição e modernidade; Machado de Assis; Paternalismo; Crítica Literária.

ABSTRACT

This study intended to present as Machado de Assis criticized this paternalism in the Brazilian society of the 19th century, from his narratives *Helena* (1876) and *Casa Velha* (1885-1886), which despite being written in different dates, dealing with the same theme. The novel *Helena*, belonging to the so-called romantic phase of the work machadiana, has been the subject of critical studies that discuss the paternalism. To the critic Roberto Schwarz, this novel should be understood as moralistic, focused on the Christian precept of surveillance and defence of the family. Schwarz argues that in this work Machado de Assis has contributed to the “improvement” of paternalism. Recognizing endless other possibilities proposed for discussion in this study, we focus on presenting in this study another hypothesis for the critical reading of *Helena* and *Casa Velha*, taking into consideration the “Debunking” of paternalism produced in those texts. We believe that Schwarz did not realize the full extent of the criticism and the strength of the complaint contained in *Helena*, when sought to treat the novel as “conformist”, turning it into a Handbook of good manners, reduced to only a moral based on analysis profiles Christian sentiment. We show that Machado de Assis was beyond, to unmask the prevailing paternalism in Brazilian society denouncing a society that used the diplomacy of the apparent warmth only when engaged his own interests or there was some contrast. For confirmation of our thesis, we take as a parameter the attitudes of some characters of both narratives as orphans, the matriarchs, the priests, the heirs, the deceased fathers.

KEYWORDS: Brazilian Literature; Tradition and modernity; Machado de Assis; Paternalism; Literary Criticism.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| CAPÍTULO 1 – DO PATRIARCADO AO PATERNALISMO | 14 |
| 1.1 O Patriarcado | 15 |
| 1.2 O Paternalismo | 17 |
| 1.3 O Favor | 21 |
| 1.4 Os romances de Machado de Assis e o paternalismo | 25 |
| CAPÍTULO 2 – O TESTAMENTO DO PAI | 29 |
| 2.1 <i>Helena</i> e sua recepção | 30 |
| 2.2 Schwarz e o “aperfeiçoamento do paternalismo” | 33 |
| 2.3 Outra leitura | 35 |
| 2.4 Helena | 38 |
| 2.5 Dona Úrsula | 45 |
| 2.6 Estácio | 49 |
| 2.7 Dr. Camargo | 52 |
| 2.8 Padre Melchior | 54 |
| 2.9 Salvador | 56 |
| CAPÍTULO 3 – ASSALTANDO A CASA VELHA | 60 |
| 3.1 <i>Casa Velha</i> e sua recepção | 61 |
| 3.2 Os narradores de <i>Casa Velha</i> | 63 |
| 3.3 O Cônego – narrador | 67 |
| 3.4 Dona Antônia | 77 |
| 3.5 Lalau | 84 |
| 3.6 Félix | 89 |

CONCLUSÃO 93

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 100

INTRODUÇÃO

De acordo com Therezinha Mucci Xavier, escrever “[...] sobre Joaquim Maria Machado de Assis é uma tarefa extremamente ambiciosa. Constitui, no momento, um encargo de grande vulto e responsabilidade, como o foi para os pesquisadores do passado e será talvez para os vindouros” (XAVIER, 1986, p. 15). Nascido em 1839, no Morro do Livramento – Rio de Janeiro –, Machado de Assis, de origem humilde, mulato, começou sua vida como auxiliar de tipógrafo. Escreveu dos 15 aos 69 anos, trabalhando com vários gêneros literários. Em 1854, publica seu primeiro soneto dedicado à “Ilustríssima Senhora D.P.J.A”, publicada no *Periódico dos Pobres*. Aos 16 anos publica os poemas “Ela” e “A Palmeira”, na revista *A Marmota Fluminense*, a 6 de Janeiro de 1855.

Embora tenha cultivado quase todos os gêneros literários, foi no conto e no romance que Machado se distinguiu. Publicou livros de contos como *Contos Fluminenses* (1870), *Histórias da Meia-Noite* (1873), *Papéis Avulsos* (1882), *Histórias sem Data* (1884), *Várias Histórias* (1896), *Páginas Recolhidas* (1899) e *Relíquias de Casa Velha* (1906).

Seus primeiros romances publicados foram *Ressurreição* (1872), *A Mão e a Luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878). Conforme Vera Lúcia Albuquerque de Moraes, na visão da maioria dos críticos, Machado “[...] descreve nesses romances a estrutura familiar da aristocracia imperial do Rio de Janeiro [...] [na qual] a realização máxima do indivíduo é a conquista de um lugar junto a essa estrutura, não se questionando o fato de o conforto dessa família depender do trabalho escravo” (MORAES, 2008, p. 95). Ainda de acordo com Moraes, excetuando

Ressurreição, esses romances abordam o problema da ascensão social de moças pobres. O acaso leva Guiomar (*A mão e a luva*), Helena (do romance homônimo), e Estela (*Iaiá Garcia*) ao convívio com famílias ricas. Aí, todas enfrentam a dificuldade de conciliar amor e conquista do espaço privilegiado da riqueza (MORAES, 2008, p. 95).

A crítica procurou dividir os textos de Machado em duas fases, “romântica” e “realista”. De acordo com Fábio Figueiredo Camargo, seria

como se houvesse dois autores: o Machado dos românticos e o Machado da elite intelectual. De fato, essa distinção o obriga a ser dois: o ingênuo escritor da “primeira fase”, e o cínico e irônico da “segunda”, sendo que tal divisão simplificadora existe na maior parte dos estudos sobre suas obras (CAMARGO, 2005, p. 29-30).

Camargo, citando Jean-Michel Massa, demonstra que este comenta as questões ideológicas que norteiam a fortuna crítica do autor: “a crítica brasileira, seja de que tendência for, parece recusar a Machado de Assis o direito de evoluir ou mudar. Em torno de uma afirmação ou de um texto, cristaliza-se, para sempre, a atitude do escritor” (MASSA *apud* CAMARGO, 2005, p. 30).

Seria muito mais confortável trabalhar corroborando a visão desses críticos, associando a vida do autor à sua obra, como faz Lúcia Miguel-Pereira, ou intitulando a primeira fase de Machado como conformista, conforme propôs Roberto Schwarz. Preferimos concordar com a posição de Camargo quando afirma que

[...] a obra machadiana é muito mais complexa e, portanto, pede uma problematização mais cuidadosa. A obra machadiana é fruto do amadurecimento do autor e possui, já nos seus começos, uma carga muito forte de crítica social, simultânea à tessitura de uma relação bastante cordial de sua escrita com essa mesma sociedade (CAMARGO, 2005, p. 30).

Nesse sentido, Machado de Assis consegue, por meio de sua obra, retratar uma sociedade acostumada a usar a cordialidade para camuflar seus interesses, quer sejam eles políticos, econômicos ou sociais.

Se levarmos em consideração os grandes temas que impulsionaram os romances e contos machadianos, como a ascensão social, o combate entre a aristocracia e a vida burguesa, o antagonismo entre o amor e a conveniência, associados à realidade brasileira e as ideias importadas da Europa, podemos perceber, juntamente com Moraes, que o autor “não produziu nenhum grande retrato do Brasil, como pretenderam fazer os românticos; procurou descrever, através de um refinado sistema de símbolos, mecanismos e estruturas que sustentavam a sociedade do Segundo Reinado e sua transição para a República” (MORAES, 2008, p. 94).

Pode-se observar que, de forma bem disfarçada, Machado dissimula o ataque em seus textos, para criticar a sociedade patriarcal que focalizava. O próprio Machado

afirma que o escritor pode ser “o homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS, 1997, p. 804). Com essa estratégia, Machado desvia a atenção do leitor para outros tempos, abordando questões complexas dentro do seu contexto histórico, como a posição da mulher na sociedade, a política do favor, o incesto, a escravatura, os filhos órfãos, a dependência dos agregados às famílias patriarcais, entre outros.

Nessa perspectiva, nossa análise buscou um aporte teórico cujo aspecto prático será representado pela análise do romance *Helena* e da novela *Casa Velha*, tendo em vista que os textos, apesar de terem sido escritos em datas distintas, abordam a mesma temática, no caso o paternalismo.

Será analisada a função social de determinados personagens que se repetem nos dois textos, como, por exemplo, as órfãs, as matriarcas, os padres, os herdeiros, os pais mortos. O objetivo desta dissertação é apresentar uma nova leitura sobre a representação do paternalismo nesses textos, contrapondo-se à ideia de “aperfeiçoamento do paternalismo” proposta por Roberto Schwarz no seu livro *Ao vencedor as batatas* e mostrar que, na verdade, Machado de Assis queria desmascarar o paternalismo reinante na sociedade patriarcal.

No primeiro capítulo, realizamos uma revisão crítica dos conceitos de “patriarcado” e de “paternalismo”. Procuramos discutir como surgiu a sociedade patriarcal e como sua influência é ainda visível com a mimetização da função paterna até hoje em nossa cultura, bem como o que é o sistema paternalista e como ele trata os sujeitos que estão sob seu domínio, como os agregados e as mulheres.

No segundo capítulo, procuramos apresentar a recepção crítica do romance *Helena* e os estudos de críticos contemporâneos, entre eles Roberto Schwarz, com o livro *Ao vencedor as batatas*, no qual afirma que Machado quer “aperfeiçoar o paternalismo”, com esse romance. Logo em seguida, apresentamos nossa leitura do texto machadiano, discutindo a função social de determinados personagens, com a intenção de apresentar o “desmascaramento” do paternalismo nesse texto.

No terceiro capítulo, discutimos como foi a recepção crítica da novela *Casa Velha*, republicada por Lúcia Miguel Pereira em 1944. Logo em seguida, discutimos a questão dos narradores que compõem a novela. E por fim, analisamos as atitudes dos personagens, explorando a função social destes, com a intenção de apresentar o

“desmascaramento” do paternalismo nessa novela, por Machado de Assis.

Na conclusão, procuramos apresentar uma comparação entre os dois textos analisados, o romance *Helena* (1876) e a novela *Casa Velha* (1885-1886), as atitudes de seus personagens, e mostrar que Machado de Assis criticou, em sua ficção, o paternalismo existente na sociedade brasileira do século XIX, sua reprodução através das políticas de favor e do jogo de interesses, a busca de ascensão social daqueles menos favorecidos, e a luta para a manutenção do status pela elite brasileira, principalmente a carioca.

Capítulo 1
DO PATRIARCADO AO PATERNALISMO

1.1 O patriarcado

De acordo com Manuel Castells, “o patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar” (CASTELLS, 2006, p. 169). Conforme o sociólogo, esse sistema demonstra a capacidade de influenciar “relacionamentos interpessoais”. Nessa construção cultural ideológica, a mulher é considerada como um grupo inferior, ficando sob sua responsabilidade a educação dos filhos, o zelo pelo marido e a ordem da casa. A supremacia social masculina envolve a dominação não só do “ponto de vista analítico”, mas também “político”. Nesse caso, a autoridade exercida pelo pai na estrutura familiar extrapola o ambiente familiar e reproduz sua dominação sobre os diversos setores da sociedade.

Raquel Pereira Belo, citando Maria Luiza Heilborn, afirma que o patriarcalismo foi “tão articulado” em nossa sociedade, no seu processo de dominação, que acabou levando os indivíduos a encararem-no como uma “construção universal e natural”. Ela afirma ainda que, partindo de uma “visão antropológica”, essa construção adotada pela nossa “cultura ocidental moderna” convencionou os sujeitos a aceitarem como naturais “os fenômenos que ocorrem à sua volta” (BELO, 2005, p. 7).

Jacques Dupuis, no livro *Em nome do pai*, afirma que se voltarmos à história de nossas origens primitivas veremos que a noção de paternidade “estivera na origem de uma profunda revolução social, que subvertera particularmente as estruturas da família, a vida sexual, as religiões e suas mitologias” (DUPUIS, 1989, p. 1). Assim, podemos entender melhor a construção ideológica do patriarcado e sua mimetização da função do pai, engendrada até hoje em nossa cultura.

É pertinente dizer, que existe diferença entre a noção de patriarcado e paternidade. O primeiro refere-se à função do sujeito masculino, sua dominação e seu poder exercido no seio da sociedade patriarcal. Enquanto o segundo refere-se ao reconhecimento desse sujeito masculino na sua função de pai biológico, ainda que entendido muitas vezes por ele, como forma de solidificar sua supremacia nesse processo de dominação patrilinear.

Para Dupuis, a

[...] descoberta da paternidade foi uma tomada de consciência muito lenta. Não provocou uma brusca revolução social. As sociedades antigas podiam muito bem reconhecer a existência do pai sem com isso modificar suas estruturas sociais, sua vida religiosa e sua vida sexual. Foram necessários, portanto, muitos milênios para que se operasse insensivelmente uma “revolução patrilinear”, ao cabo da qual constatamos o estabelecimento das sociedades patrilineares com estados de patriarcalização mais ou menos avançados (DUPUIS, 1989, p. 85).

Ainda de acordo com Dupuis, as guerras foram decisivas para a supremacia masculina, pois, é “[...] pela guerra que os homens tornaram-se os senhores da sociedade, como chefes de famílias, como reis e como deuses [...] Desde o Neolítico, em razão do crescimento demográfico e de uma ocupação mais densa do solo, a competição entre os grupos multiplica os atos de violência” (DUPUIS, 1989, p. 95-98). Assim, esse fato contribuiu muito para a mudança na história social. Conforme Dupuis, já no terceiro milênio, os povos do Oriente Médio guerreavam entre si, pois “araméus, sumérios, assírios estão muito perto uns dos outros para poderem coexistir em paz. A guerra torna-se mais “lucrativa” que a agricultura e a criação” (DUPUIS, 1989, p. 98). Surgem as monarquias guerreiras, que, em bandos armados, “afirmam a superioridade dos machos e forjam a sociedade de classes com a escravização dos vencidos”. Para Dupuis, nas

[...] pilhagens de seres humanos, as jovens cativas são os primeiros modelos da mulher submissa a um homem, irrevogavelmente ligada ao seu senhor [...] É nessas condições que se produz a ruptura dos clãs matrilineares, deslocados pelos conquistadores em proveito das organizações viris que se apropriam das mulheres e de seus filhos (DUPUIS, 1989, p. 99).

Na hipótese de Dupuis, é na chamada “idade dos heróis” que surge a família patrilinear. Nesse tempo, para a autoridade paterna, a formação familiar não visava à felicidade do casal, no seu sentido pleno, mas perpetuar a classe, com a procriação de filhos legítimos.

Conforme o historiador, com o surgimento do chamado “sistema de parentesco descritivo”, e o casamento monogâmico, “cada pessoa passa a ser designada pelo título de parentesco que lhe é próprio – o pai, a mãe, o irmão, o primo, o tio paterno, o tio materno –, substituindo o sistema classificatório, que trazia apenas categorias”

(DUPUIS, 1989, p. 105). Com isso, o indivíduo conhecia seus próprios descendentes e assim lhes podia legar bens pessoais como herança. Nesse novo conceito de relação familiar, a mulher é inferiorizada quanto à sua representação no seio da casa. O casamento torna-se sagrado, a religião passa a interferir diretamente na educação familiar, contribuindo, mais ainda, para a autoridade absoluta do marido.

O surgimento da ideia de paternidade na história permite, assim, apresentar uma linha do tempo, para mostrar como aconteceram as transformações sociais, calcadas na representação do pai nas relações sociais. Como o alvo de nosso estudo é a sociedade brasileira, principalmente a carioca do século XIX, achamos por bem darmos um salto na história, com a intenção de apresentarmos como foram reproduzidas as relações paternalistas dentro da literatura machadiana.

1.2 O paternalismo

De acordo com Elsio Lenardão, em seu artigo "Gênese do clientelismo na organização política brasileira", no Brasil, no período colonial, a família era a base de todo processo de dominação rural, e seu principal representante era o pai/ senhor de terras. Ele tinha sob seus domínios o poder econômico, político e social. A Casa Grande, apesar de privada, servia de "espaço público", de onde eram tomadas geralmente as principais decisões. O poder da Casa grande era tão forte que foi capaz de influenciar até a própria religião Católica, que mantinha nas terras da fazenda suas capelas, subjugando a autoridade eclesiástica da igreja às suas vontades. A imponência dos senhores rurais permitiu a eles exercerem funções em diversos setores da sociedade, como o de polícia (LENARDÃO, 2004, p. 4).

Lenardão cita Maria Isaura Pereira de Queiroz, em um estudo sobre a formação dos engenhos no começo da colonização, no início do século XVI. Segundo a autora citada, o quadro das posições sociais já apresentava a seguinte forma:

[...] somente quem tivesse posses se abalançava a montá-lo [o engenho] no Brasil. Os sesmeiros menos abastados, impossibilitados de montar engenho, tornavam-se tributários dos senhores ricos, dando-lhes a cana para moer e pagando-os com uma parte da safra, formando uma espécie de 'clientela' dos grandes proprietários e dos colonos simples, seus tributários, havia a turma

dos agregados, gente de poucas posses que vinha do Reino e se encostava noutro mais poderoso vivendo de pequenos serviços, ou de um ofício remunerado, ou mesmo admitido a plantar em terras de um senhor (QUEIROZ, *apud* LENARDÃO, 2004, p. 7).

De acordo com a historiadora, essas relações sociais tornaram-se comuns entre os indivíduos por meio de “laços de serviços mútuos e de amizade”. Esses laços entre os donos de engenho e agregados se reforçavam à medida que os filhos destes eram apadrinhados pelos donos de terras, com a benção da Igreja Católica. Em troca desses benefícios, os senhores de engenhos esperavam dos colonos “auxílio, defesa e lealdade”. O favor torna-se o mecanismo pelo qual os senhores de engenho mantêm os colonos sob seus domínios. Os donos de engenho, impossibilitados de explorar a mão-de-obra escrava, passam agora a regular a vida do “homem livre pobre”, subjugando-o ao servilismo. Outro fator que contribui para essa dominação é o fato de o país não ter um poder público efetivo que pudesse suprir as necessidades desses colonos. Cabe aos senhores de terras assumirem a função do Estado. Nesse caso, o espaço público que na sua essência traz a todos os cidadãos direitos e deveres, torna-se um espaço privado, em que os interesses, a influência e o favor dos senhores de terras é que determinarão essas relações sociais (LENARDÃO, 2004, p. 7).

Lenardão cita Nestor Duarte, para quem essa privatização do espaço público só se dá pela concorrência e hostilidade do proprietário de terras (DUARTE, *apud* LENARDÃO, 2004, p. 8). Nesse sentido, com o poderio do estado concentrado nas mãos dos senhores rurais, o cidadão pobre fica impossibilitado de exercer sua cidadania, uma vez que isso só poderia ocorrer no espaço público. Nessa estrutura social, resta ao cidadão se situar sob a égide de uma classe política que determina todo o sistema, retirando dele outras possibilidades de realizar-se no seu estado de direito e dever.

No final do século XVI, com a aglomeração da população em povoados e vilas, formados por homens livres, pequenos artesãos e comerciantes, surge o primeiro modelo de poder público fora das propriedades privadas – a câmara municipal, que passa a administrar essas vilas. No entanto, o que se percebe ainda, é a exclusão da classe mais pobre da população na composição dessa câmara. Por exemplo, “para as câmaras só podiam ser eleitos os ‘homens bons’, que na verdade eram os proprietários de certas posses” (QUEIROZ, *apud* LENARDÃO, 2004, p. 8). Com isso, o poder que era exercido dentro da Casa grande tem suas fronteiras ampliadas para as vilas e

Câmaras, trazendo para o local público a força hegemônica da propriedade privada e do paternalismo rural, voltado para a política de favores. As ações dessas câmaras visam apenas os interesses dos senhores de terras e da metrópole. Mais uma vez, os menos favorecidos são submetidos à dependência da elite local, representada pelos senhores de terras. Segundo Raymundo Faoro, para que um homem livre fosse bem tratado pela polícia local, caso entrasse em alguma confusão, ele teria que fazer parte da clientela do líder local, caso contrário, seria maltratado (FAORO, 1989, p. 202).

O poder absoluto concentrado nas mãos dos senhores rurais na colônia perdura até o final do século XVII. No entanto, daí por diante, essa autonomia passa a ser diminuída por meio de ações da Metrópole, que percebia com certa preocupação a grande autonomia e o poder que tinham adquirido os senhores de terras.

Sidney Chalhoub afirma que as políticas de dominação vigentes na sociedade brasileira do século XIX são consideradas como paternalistas. Para esse autor,

[...] tal lógica de domínio estava presente tanto nas estratégias de subordinação de escravos quanto de pessoas livres dependentes, e sua característica principal era a imagem da inviolabilidade da vontade senhorial. [...] O paternalismo, como qualquer outra política de domínio, possuía uma tecnologia própria, pertinente ao poder exercido em seu nome: rituais de afirmação, práticas de dissimulação, estratégias para estigmatizar adversários sociais e políticos, eufemismos, e, obviamente, um vocabulário sofisticado para sustentar e expressar todas essas atividades (CHALHOUB, 2003, p. 58).

Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil*, discute o embate entre a tradição e a modernidade de nosso país. Sua intenção é buscar, por meio da origem de nossa sociedade, entender as causas do atraso social do Brasil. Desse modo, Holanda levanta algumas possíveis hipóteses sobre esse atraso social. Segundo o historiador, a formação do Brasil atual reproduz, em diversos aspectos, o sistema paternalista, político e institucional, advindo de nosso passado colonial, ou seja, de nossas raízes. Holanda percebe ainda que as possíveis causas que impediram a modernização do Brasil se devem à herança que recebemos de uma tradição Ibérica, absorvida das instituições portuguesas, com peculiaridades próprias e diferentes da realidade brasileira.

Para o historiador, com o desenvolvimento dos centros urbanos e do comércio, a sociedade, que era predominantemente rural, passou a ter dificuldades com o fim do trabalho escravo. Primeiro, porque a venda de escravos era um comércio lucrativo para

os senhores de terras; segundo, era a principal força de trabalho para o cultivo de suas terras. Com isso, era inevitável o conflito; tal fato “já parece denunciar a imaturidade do Brasil escravocrata para transformações que lhe alterassem profundamente a fisionomia” (HOLANDA, 1984, p. 46).

Nesse ambiente social rural, a organização familiar toma como base os moldes clássicos “do velho direito romano-canônico”, originados da Península Ibérica, que norteiam as relações sociais e prevalecem como esteio e centro de toda organização. Fazem parte desse ambiente filhos, escravos, agregados e o pai/senhor de terras. Este tem sob sua autoridade a subordinação dos demais. Conforme Holanda, “a nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades” (HOLANDA, 1984, p. 50).

Segundo Holanda, vários fatores contribuíram para o enfraquecimento do poder concentrado nas mãos dos senhores rurais. Citamos alguns: o enfraquecimento da “velha lavoura”, o desenvolvimento dos centros urbanos, preparados para a chegada da corte portuguesa, em 1808, no Rio de Janeiro e, logo em seguida, pela Independência do Brasil. Outras ocupações, como a “atividade política”, a “burocracia” e as “profissões liberais” passaram a dividir as atenções da sociedade. É bom ressaltar que a mentalidade e os preconceitos de um modo antigo de viver continuam exercendo uma influência vital nessas novas ocupações. Mas, sem dúvida nenhuma, foi com a ascensão e influência da burguesia que as classes passaram a tomar certas atitudes, “como norma ideal de conduta”, que até então eram peculiares ao patriarcado rural. De acordo com Holanda,

num país que, durante a maior parte de sua existência, foi terra de senhores e escravos, sem comércio que não andasse em mãos de adventícios ambiciosos de riquezas e de enobrecimento, seria impossível encontrar uma classe média numerosa e apta a semelhantes serviços (HOLANDA, 1984, p. 56).

Dessa forma, segundo Holanda, com a dificuldade de encontrar mão de obra entre a classe burguesa para candidatar-se às novas funções, foi necessário recrutar pessoas do meio rural para exercerem essas funções, disseminando, assim, mesmo de forma indireta, a mentalidade e as tendências de sua classe. Desse modo, “toda ordem administrativa do país, durante o Império e mesmo depois, já no regime republicano, há de comportar, por isso, elementos estreitamente vinculados ao velho sistema senhorial”

(HOLANDA, 1984, p. 57), ou seja, as novas conjunturas políticas mantiveram as mesmas condições que prevaleceram durante o regime colonial.

1.3 O favor

Roberto Schwarz, em *Ao vencedor as batatas*, no capítulo intitulado “As idéias fora do lugar”, procura apresentar “a disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as idéias do liberalismo europeu” (SCHWARZ, 2000, p. 12). Para o crítico, “o processo produtivo, assim como sua modernização continuada, com todo o prestígio que lhes advinha da revolução que ocasionava na Europa, era sem propósito no Brasil [visto que], por sua mera presença, a escravidão indicava a impropriedade das idéias liberais” (SCHWARZ, 2000, p. 14-15).

Na visão de Schwarz, “a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”, na verdade dependente” (SCHWARZ, 2000, p.16). É a terceira classe – o “homem livre”, que o crítico utiliza para argumentar sobre a política do favor, voltada para o agregado. “Nem proprietários, nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande” (SCHWARZ, 2000, p. 16). Schwarz conceitua o favor como “o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm” (SCHWARZ, 2000, p. 16). Nesse sentido, o favor foi um dos meios utilizados pela elite para a continuidade da dependência dos homens livres aos seus desígnios. A troca de favores é embasada na desigualdade social e na política elitista que não permitia membros de outras classes sociais fazerem parte da mesma ordem.

Essa ideologia das práticas sociais do favor e do arbítrio na sociedade brasileira refere-se a traços vinculados à “[...] eternidade das relações sociais de base [...]” (SCHWARZ, 2000, p. 25), dado que o “arbítrio e o favor” colocaram-se, por muito tempo, como um fundo mais vasto sobre o qual apareceram e vicejaram as ideias e práticas políticas no Brasil. E esse “fundo”, esse “chão social é de consequência para a história da cultura” no Brasil, especialmente da cultura política brasileira (SCHWARZ, 2000, p. 27). Essas relações sociais de produção desenvolvidas no período colonial,

segundo Angélica de Castro Gomes, “irão reproduzir-se nos períodos seguintes, e serão as responsáveis pela gestação de uma sociedade na qual dominam relações sociais profundamente marcadas pela pessoalização, afetividade, particularismo e clientelismo” (GOMES, 1990, p. 17).

Segundo Schwarz, a prática do favor

[...] esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte, etc. Mesmo profissões liberais, como medicina, ou qualificações operárias, como tipografia, que, na acepção européia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário dependia dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário, para o seu posto (SCHWARZ, 2000, p.16).

Observa-se que a prática do favor utilizada pelos donos de terras, para poderem exercer influência junto aos seus dependentes, continua, ainda hoje, sendo reproduzida, quer de maneira direta ou indireta nos diversos setores da sociedade.

Conforme Alfredo Bosi, “a dependência – especialmente material – era a marca das condições subalternas a que estavam sujeitos os homens livres pobres, especialmente os agregados e pequenos lavradores” (BOSI, 1992, p. 24). Nesse caso, podemos verificar nas várias relações de mercado e pessoais uma linha de dependência do homem livre ao senhor de terras, nessa prática do favor. Temos, então, as figuras do tropeiro, dos afilhados e agregados, que confirmam todo o prolongamento da dominação pessoal.

De acordo com Maria Sylvia de Carvalho Franco, em *Homens Livres na ordem escravocrata*, o tropeiro que escoava, através de lombos de burros, mercadorias para o abastecimento das fazendas, aparentemente estava pouco ligado ao grande fazendeiro, tendo em vista que suas relações poderiam ser consideradas apenas de mercado, não havendo, contudo, alguma dependência pessoal de outra ordem. (FRANCO, 1997, p. 65-73). Se partirmos dessa visão, podemos dizer que, se havia uma dependência, seria do fazendeiro pelas mercadorias. No entanto, se nos aprofundarmos melhor nessa relação, podemos afirmar que a dependência maior seria a do tropeiro, visto que ele tinha a obrigação de garantir tanto a regularidade dos suprimentos ao seu cliente quanto a formação de sua clientela.

Segundo Franco, essa dependência

[...] tendia a pesar mais para o lado do tropeiro, à medida que se consolidavam as plantações e aumentava a diferenciação de fortunas. Isso, em grande parte, porque ele não dispunha do equipamento material que o habilitasse a vender sua mercadoria por conta própria e chegar ao término de seus negócios como um homem desobrigado (FRANCO, 1997, p. 68-69).

A dependência do tropeiro em relação ao grande fazendeiro começava a partir do momento em que cedia um lugar em sua propriedade para que o tropeiro pudesse comercializar suas mercadorias e abrigar seus animais nos pastos da fazenda. Sendo assim, o tropeiro, diante de toda a cordialidade do fazendeiro, ficava na obrigação de devolver com seus serviços, a prestação de favores recebida de seu senhor. Mais uma vez, vemos a dependência de um membro de classe inferior a “um senhor”, cujo êxito de seu trabalho dependerá da liberdade que o senhor de terras lhe concederá para comercializar seus produtos.

Segundo Franco, outra relação que apresenta essa dependência é a do sitiante para com o grande proprietário/fazendeiro. Essa relação manteve um aparente “nivelamento” social do fazendeiro e do sitiante no trato “igualitário” entre eles, baseado no compadrio. O compadrio, nesse caso, é uma maneira muito usada por essa sociedade para demonstrar que “não existem barreiras sociais” entre pessoas de classes distintas. Os laços de cumplicidade estabelecidos “entre padrinho e afilhado eram tão ou mais fortes que os da consangüinidade” (FRANCO, 1997, p. 84-85).

Sobre essa relação entre o afilhado e o padrinho, Franco apresenta trecho de Antonio Candido:

Não apenas o padrinho era obrigado a tomar o lugar do pai, sempre que necessário, mas tinha que ajudar seu afilhado em várias ocasiões [...] o afilhado, por sua vez, ajudava o padrinho em tudo o que este necessitava, e frequentemente tomava o nome da família (CANDIDO *apud* FRANCO, 1997, p. 85).

De acordo com a historiadora, uma das formas de estabelecer a relação entre afilhado e o padrinho ocorre de maneira bem tradicional, com o “batismo”, ligando-os a um parentesco divino. Aparentemente, nessa relação são apagadas as distinções de classes, em que o afilhado é reconhecido como se fosse da mesma ordem natural do

padrinho. No entanto, se atentarmos para o lado do apoio financeiro prestado pelo padrinho ao seu afilhado, como, por exemplo, na compra de terras ou quitação de dívidas, podemos dizer que o afilhado não é tão independente assim, tendo em vista que ficava na obrigação moral de devolver ao seu padrinho toda a cordialidade recebida. Nesse caso, muitas vezes, a forma de retribuir está associada à fidelidade do voto e à ligação partidária. Desse modo, Franco afirma:

[...] essa persistência de um existir paralelo do grande e do pequeno proprietário fundamentou, para o desenrolar de suas relações, um sistema de referência em que o tempo constitui um fator de grande importância: o presente e passado estiveram sempre encadeados, numa sucessão de graças recebidas e de serviços prestados, projetando-se num futuro firmemente confinado pelas lealdades assim fixadas (FRANCO, 1997, p. 88).

De acordo com Franco, na consciência do fazendeiro o sitiante era considerado como “pessoa”. Esse entendimento reforça o tipo de “ajustamento elaborado entre eles”, com o objetivo de integrar esse dependente a uma “ordem social”, legando ao dependente o direito de propriedade e o direito político. No entanto, percebemos que por trás desse reconhecimento, da “humanidade de seus dependentes”, havia “a negação dessa mesma humanidade”. Assim, o mesmo cidadão que fora reconhecido como “igual” era induzido a “comportamentos automáticos” de submissão, por meio de lealdade ao fazendeiro, do respeito e do favor. Nesse caso, em troca da proteção, o sitiante acaba aceitando, voluntariamente, sua dependência ao grande fazendeiro (FRANCO, 1997, p. 93-94).

Ainda segundo Franco, outra categoria social que caracterizava a dependência do favor ao grande fazendeiro, no período colonial, e que continua até o século XIX, é o agregado. Conhecido como “morador em terra alheia” devido à concessão de sesmarias por parte dos grandes proprietários, o agregado recebe de seus senhores pequenos pedaços de terra, principalmente nos estabelecimentos canavieiros e de café, para que possam explorá-los. Isso aconteceu devido à necessidade do cultivo de grandes áreas de terras e a falta de mão de obra escrava, o que possibilitou assim, a sobrevivência do agregado. Para a historiadora, essa relação entre o agregado e o fazendeiro aconteceu baseada numa “afirmada cordialidade”, isto é, se o agregado agradasse ao dono das

terras ele ia ficando. Franco apresenta uma fala das entrevistas¹ produzidas para o seu trabalho: “se ia agradando, dava um jeitinho de ficar na terra. O fazendeiro também ia gostando dele, ia-lhe fazendo as vontades e ele acabava encostando na fazenda. Era amigo, por isso estava lá; se não fosse, ia embora” (FRANCO, 1997, p. 100). Vemos aqui, mais uma vez, a ação da exploração vigente dos donos de terras, que, em troca de favores, submete o agregado às suas vontades, exigindo dele a lealdade na proteção de suas terras e a prestação de inúmeros serviços sem nenhuma remuneração. Por outro lado, na ausência de um poder público que pudesse socorrer os agregados em suas dificuldades, eles buscavam resguardo nas propriedades dos senhores de terras. Nesse sentido, percebe-se uma cumplicidade permanente entre o agregado e o seu senhor, visto que, no momento da prestação e da contraprestação de favores, ambos serão aliados na defesa de seus interesses.

Apesar de diminuída a autonomia do grande proprietário, a mimetização da política de favor continuou imperando no Brasil do século XIX, baseada nos interesses que envolvem as relações sociais, voltadas para a cordialidade e a troca de favores. Segundo Franco, os cargos públicos, por exemplo, eram distribuídos sem requerer nenhuma especialização; é o que ela chama de “amadorismo” (FRANCO, 1997, p. 135). Os próprios delegados de polícia exerciam seus cargos juntamente com outras ocupações, tais como lavradores e comerciantes, dentre outras. Nesse sentido, à ineficiência do Estado e o uso do aparelho do governo como se fosse propriedade privada, contribuiu para impedir que fosse implantado em nossa sociedade um modelo eficaz, igualitário e justo.

1.4 Os romances de Machado de Assis e o paternalismo

Este trabalho de dissertação toma emprestado da história e outras disciplinas, informações teóricas importantes para facilitar a compreensão do leitor quanto à questão do paternalismo na ficção machadiana. Cabe-nos lembrar, entretanto, que essas

¹ Franco não revela o nome do entrevistado na citação. Pelos agradecimentos da historiadora, no início de seu livro, acreditamos que possam ser de Nilo Gomes Jardim, Olívio Moreira ou Paulo Moreira, que relataram questões do passado deles, servindo de fonte para a escrita do trabalho da autora.

disciplinas estão tomadas aqui, como modo de elucidação do tema. Ainda assim, insistimos que o trabalho é sobre literatura. Para isso, procuramos mediar literatura e produção social.

Em *Relações de família na obra de Machado de Assis*, Lúcia Miguel-Pereira apresenta uma argumentação bastante coerente ao apontar Machado de Assis como um bom informante sobre seu tempo, “atento às datas, aos acontecimentos sociais e políticos [...] sempre acurado, exato e preciso”, em suas ficções. Porém, Pereira afirma que Machado falhou em um ponto: “[...] falhou sistematicamente, o apuro na reconstituição dos costumes de sua época. Infidelidade tanto mais estranhável, tanto mais difícil de explicar quanto se prende a um aspecto básico e evidente da sociedade oitocentista: a constituição da família” (PEREIRA, 2009, p. 1-2)². Para Pereira, as famílias da ficção de Machado são geralmente famílias pequenas, de poucos filhos, diferentemente daquelas constituídas em sua época.

Ainda assim, nesse contexto, Machado de Assis soube utilizar, como poucos, essas relações de famílias em suas obras, para criticar a cultura do paternalismo que imperava na sociedade brasileira do século XIX, conforme se pretende comprovar neste texto.

Para Maria Ângela D’Incao, é na ficção brasileira que a família burguesa “vai aparecer com mais corpo e é Machado de Assis quem vai descrever a doçura da família calma e equilibrada do Segundo Reinado, no romance *Iaiá Garcia*”. Para a escritora, “toda obra da “primeira fase” do romancista (1872-1878) é devotada a temas familiares [ao passo que,] “na segunda fase de sua obra (1880-1908), não só a família é o ponto central das histórias, como também os temas psicológicos” (D’INCAO, 1997, p. 237).

De acordo com a autora, são comuns, na ficção de Machado

temas importantes relacionados ao amor e à família, tais como o casamento por amor *versus* casamento por aliança política e econômica; o amor filial, maternal, paternal; e, também, o adultério. O mundo familiar que ele apresenta nos romances da primeira fase traz relações entre padrinhos e afilhados, ou de agregados, como filhos adotivos ou irmãos de criação,

² Artigo originalmente publicado na edição comemorativa do cinquentenário da morte de Machado de Assis da Revista do Livro, Rio de Janeiro, ano III, n 11, Set. 1958. Republicado na revista *Machado de Assis em linha*. Ano 2, nº 4, Dezembro de 2009. Disponível em http://machadodeassis.net/revista/numero04/rev_num04_artigo01.asp – acessado em 13/06/2011.

gerando ligações amorosas proibidas e romances reprovados (D'INCAO, 1997, p. 237-238).

Esses são os casos de Helena, personagem do romance homônimo e Lalau, de *Casa Velha*. Apesar de o foco dessa pesquisa ser o romance *Helena* e a novela *Casa Velha*, destacamos dois outros romances machadianos, para mostrarmos que a crítica de Machado não se deu apenas nos dois textos a serem analisados nos capítulos seguintes. Então, selecionamos *Ressurreição* e *A mão e a luva*, para demonstrar como Machado de Assis, por meio da representação de seus personagens, tece uma crítica a essa sociedade paternalista.

Em *Ressurreição*, ao criar personagens como Lívia e Félix, Machado coloca-os como membros da elite patriarcal, porém esses personagens estão longe de cumprirem os destinos de sua classe, ou mesmo de dar continuidade ao sistema escravista da época. Herdeiros do regime patriarcal, eles vivem das rendas deixadas por seus antecessores. Félix é descrito como um médico frustrado na profissão e no amor. É necessário lembrar que muitas vezes essas rendas advêm do aluguel de escravos.

Em *A mão e a luva*, quem rege a casa/ fazenda não é o patriarca, como geralmente acontecia na tradição paternalista, mas uma mulher viúva. A baronesa, como é chamada, é quem decidirá o futuro de sua tradição e da herança de sua família. No romance, a baronesa perde uma filha e acaba adotando a afilhada, Guiomar, mocinha pobre, como filha e principal herdeira de suas posses. Pela narrativa, Guiomar será preparada pela viúva para que, na sua ausência, assumo o seu lugar. Para isso, tenta convencer a menina a casar-se com um rapaz representante de sua classe social. Guiomar ficaria, portanto, com a responsabilidade de dar continuidade à tradição e à manutenção dos bens dentro da própria família. Mas não é isso que acontece; a mocinha, movida pela ambição e “senhora de sua vontade”, não cumpre as vontades da viúva e acaba casando-se com outro homem. A baronesa, por sua vez, acata a decisão da afilhada, apresentando assim, um perfil não condizente com os padrões rígidos do paternalismo. Cabe ressaltar que o homem com quem Guiomar se casa será deputado e responsável, portanto, pela ampliação do patrimônio da madrinha. Desse modo, apresenta-se aí a nova classe social construída pela união dos resquícios da classe senhorial, dona de terras, e dos novos capitais urbanos advindos da administração pública.

Para D’Incao, nos romances machadianos aparecem as mulheres sós, tias solteironas, como é o caso de dona Úrsula, personagem do romance *Helena*, e viúvas como dona Antônia, personagem de *Casa Velha*, que procuram defender a honra familiar e a manutenção do sistema patriarcal. Encontramos também moças de origem humilde, que se apaixonam por rapazes herdeiros de uma tradição; muitas morrem, outras se casam com aqueles que possuem a mesma condição social delas. Como é o caso, por exemplo, dos relacionamentos dos supostos irmãos, Helena – Estácio e Lalau – Félix. Nesses casos, a conotação de incesto erige uma barreira entre o amor e o casamento. Leite e Massani, citados por D’ Incao, afirmam que as “[...] diferentes classes podem estabelecer relações numa sala de visitas, por normas de cortesia, mas não devem misturar o sangue [...] numa sociedade cujo valor e a liberdade do ser humano eram medidos pela riqueza” (LEITE; MASSANI, *apud* D’ INCAO, 1997, p. 238).

Dessa forma, pretendemos, nos próximos capítulos, demonstrar como Machado de Assis critica o paternalismo da sociedade brasileira do século XIX nas suas narrativas *Helena* e *Casa Velha*, as quais, apesar de terem sido escritas em datas distintas, abordam a mesma temática. Para discutirmos essa representação, analisaremos a função social de determinados personagens que se repetem nas duas obras, como, por exemplo, as órfãs, as matriarcas, os padres, os herdeiros e os pais mortos. Ao mesmo tempo, propomos uma nova leitura do paternalismo nesses textos, contrapondo-nos à ideia de “aperfeiçoamento” proposta por Roberto Schwarz, no seu livro *Ao vencedor as batatas*, mostrando que, na verdade, a intenção de Machado era desmascarar o paternalismo.

Capítulo 2
O TESTAMENTO DO PAI

2.1 *Helena* e sua recepção

O romance *Helena*, publicado em 1876 e pertencente à considerada fase romântica de Machado de Assis, conta a história de uma família tradicional do Rio de Janeiro, que é surpreendida com as disposições testamentárias deixadas pelo Conselheiro Vale, legando a seus herdeiros a moça Helena como sua filha natural. Toda a trama do romance é marcada pela luta de Helena pelo reconhecimento, ascensão social e defesa da família Vale, cuja ação busca manter e preservar a honra familiar.

Na época em que foi editado, o romance foi objeto de comentários elogiosos em várias publicações. Segundo Hélio de Seixas Guimarães, no jornal *A reforma* e na *Imprensa Industrial*, *Helena* “foi alçado à condição de modelo do bom romance nacional e contra-exemplo do que Camilo Castelo Branco criticava como livros sonolentos, escritos numa linguagem “a suspirar mímicas de sutaque”, referências às obras de José de Alencar, em particular, e à literatura brasileira, em geral” (GUIMARÃES, 2004, p. 154). Conforme o crítico, o próprio Machado exalta o romance, demonstrando um sentimento especial por *Helena*. Guimarães afirma que em carta a Salvador de Mendonça, datada de 13 de novembro de 1876, Machado informava ter enviado um exemplar para Nova York e não escondia sua alegria com a recepção do romance aqui no Brasil: “dizem aqui que dos meus livros é o menos mau; não sei, lá verás. Faço o que posso e quando posso” (ASSIS, *apud* GUIMARÃES, 2004, p. 154-155). No prefácio à segunda edição de *Helena*, Machado deixa registrado seu apreço pelo romance: “[...] Dos que então fiz, este me era particularmente prezado” (ASSIS, 2004, p. 11).

Segundo Guimarães, *Helena* foi apontado como um bom exemplo de romance nacional, conquistando uma aceitação considerável à época de sua publicação. Guimarães cita Gilberto Freyre, que afirma que a protagonista do romance, Helena, teria

[...] inspirado muitas mães, nos últimos decênios do Império e primeiros anos da República, a batizarem suas filhas, com o nome da infeliz personagem, o que é um grande feito no Brasil onde, à exceção de Iracema, Peri e Ceci, poucas personagens literárias do século 19 foram integradas ao imaginário popular (FREIRE, *apud* GUIMARÃES, 2004, p. 157).

Apesar de muitos elogios da crítica e do próprio autor, *Helena* também foi visto como um romance cheio de “defeitos da primeira fase de Machado”. Guimarães apresenta alguns críticos que não tiveram tanta consideração pelo romance:

Augusto Meyer, em *Machado de Assis*, nem sequer menciona o romance; Astrojildo Pereira refere-se a ele apenas para exemplificar como se dá a representação dos escravos na obra de Machado; Brito Broca, apaixonado confesso por *Quincas Borba* e *Memorial de Aires*, reserva exatas três linhas a *Helena*, para qualificá-lo, ao lado de *A mão e a Luva*, como história singela e placidamente sentimental e Lúcia Miguel Pereira, em sua biografia de Machado de Assis, é um pouco mais generosa embora não lhe dedique mais do que meia dúzia de parágrafos. Alfredo Pujol foi um dos poucos a demonstrar entusiasmo por *Helena*, ao descrevê-lo como “o mais bello e o mais perfeito dos romances de Machado de Assis, na sua primeira fase” (GUIMARÃES, 2004, 159).

A conclusão a que chega Guimarães é a de que a despeito das “circunstâncias” e da “recepção” dos primeiros romances machadianos, o

[...] recurso ao melodrama não pode ser explicado como acidente, ou desvio de rota, nem como ato involuntário de um escritor imaturo. Pelo contrário, trata-se de um registro não apenas reivindicado pelo público leitor contemporâneo, como buscado pelo escritor, que o utiliza como estratégia para atingir o público leitor de folhetim, espaço para o qual a narrativa originalmente se destinava [...] (GUIMARÃES, 2004, p. 161).

Na atualidade, dentre os pesquisadores literários que estudaram *Helena* mais profundamente, temos Sidney Chalhoub, Roberto Schwarz, Hélio de Seixas Guimarães, Alfredo Bosi e Fábio Figueiredo Camargo. Para Chalhoub, em *Helena* os acontecimentos narrados estão situados na década de 1850, “o que permite a Machado uma análise pormenorizada da vigência de uma hegemonia política e cultural, historicamente específica, que informa e organiza a reprodução das relações sociais desiguais” (CHALHOUB, 2003, p. 19).

Segundo Chalhoub, existem

[...] elementos suficientes em Machado para fundamentar uma definição convencional, por assim dizer, de paternalismo: “trata-se de uma política de domínio na qual a vontade senhorial é inviolável, e na qual os trabalhadores e os subordinados em geral só podem se posicionar como dependentes em relação a essa vontade soberana” (CHALHOUB, 2003, p. 46-47).

Nessa visão, *Helena* pode ser considerado como um romance que traz em sua narrativa a descrição de um período no qual o paternalismo se mostra hegemônico em nossa história. Para Chalhoub, a

[...] história de Estácio e Helena, antes que o drama choroso de um amor impossível, é a descrição do período de hegemonia incontestada da classe senhorial-escravista, cuja crise profunda o romancista vivenciara entre 1866 e 1871, e cujo desmanchar ele assistia com olhar investigativo no decorrer da década de 1870 (CHALHOUB, 2003, p. 41).

Conforme o historiador, a intenção de Machado ao escrever *Helena* seria retratar não apenas um drama amoroso, mas também, os conflitos pelos quais, passaram o escritor, suas experiências vividas durante o período “Saquarema”³. No nosso entender, Machado, com *Helena*, foi além, ao criticar de forma bem disfarçada os antagonismos existentes no seio dessa sociedade, que procurava privilegiar sempre a classe senhorial-escravista.

Para Guimarães, no romance *Helena* há uma “polarização entre o bem e o mal, vício e virtude”, que vai perdendo força no decorrer da narrativa, e nesse processo, Helena será a vítima, sem a “interferência de um vilão identificável”. Pela análise do crítico, Helena é considerada representante do bem, ao contrário dos pais que, para ele, representam o mal, pois utilizaram de “atitudes pouco ortodoxas” para justificarem suas condutas. De acordo com Guimarães o mal dos pais é moral, uma vez que no romance destacam-se “as mentiras do Conselheiro Vale e de Salvador, a chantagem do doutor Camargo e a defesa pela sustentação da mentira pelo padre Melchior, acatada por toda a família” (GUIMARÃES, 2004, p. 153).

³ Expressão cunhada por Ilmar Rohloff de Mattos para caracterizar o período de intensas lutas políticas e sociais relacionadas ao tráfico de escravos e a elite imperial brasileira em meados do Século XIX. (CHALHOUB, 2003, p. 18).

2.2 Schwarz e o “aperfeiçoamento do paternalismo”

No livro *Ao vencedor as batatas*, Roberto Schwarz faz um estudo dos primeiros romances de Machado. Ao analisar, mais detidamente, os romances *A mão e a luva*, publicado em 1874, *Helena*, 1876, e *Iaiá Garcia*, 1878, Schwarz afirma que “são livros deliberada e desagradavelmente conformistas” (SCHWARZ, 2000, p. 83). Para o crítico, as três narrativas e *Ressurreição* “são quatro romances enjoativos e abafados, como o exigem os mitos do casamento, da pureza, do pai, da tradição, da família, a cuja autoridade respeitosa se submetem” (SCHWARZ, 2000, p. 87).

Na visão de Roberto Schwarz, o texto machadiano retrata o processo social e “estrutural” de nosso país no século XIX. Seu texto procura analisar o funcionamento e a reprodução das estruturas paternalistas do fim do império e início da República no Brasil.⁴ Para ele, o objetivo de Machado, no caso do romance *Helena*, era contribuir para o “aperfeiçoamento do paternalismo” (SCHWARZ, 2000, p. 117). Segundo o crítico, cabia à severidade do amor familiar e ao sentimento cristão a moralização das diferenças sociais, para que estas se tornem livres das baixezas e das humilhações que possam eventualmente inspirar. Desse modo, a ideologia “insípida”, contida em *Helena*, seria a de que a família e a religião deveriam “civilizar os ricos e consolar os pobres e dependentes” (SCHWARZ, 2000, p. 118).

Assim, *Helena* é entendido, pelo crítico, como livro moralista, voltado para a vigilância do preceito cristão e a defesa da família: “Machado se filiava à estreiteza apologética da Reação europeia de fundo católico, e insistia na *santidade das famílias* e na *dignidade da pessoa [...]*” (SCHWARZ, 2000, p. 83). O ambiente social do romance é calcado no patriarcalismo: “as boas famílias, a riqueza e a influência política opõem-se ao mundo errático e obscuro dos pobres” (SCHWARZ, 2000, p. 117). Conforme esse autor, nesse romance a “[...] vida familiar é a esfera reparadora em que as disparidades sociais e naturais devem achar consolo e sublimação. Agente civilizador, ou refúgio dos civilizados, é ela o critério da moralidade e da racionalidade das ações humanas [...]” (SCHWARZ, 2000, p. 89).

⁴ É importante ressaltar que Sidney Chalhoub expressa a mesma opinião de Schwarz, ao afirmar que o texto machadiano procura analisar o período senhorial-escravista de nosso país, no século XIX. Ver: *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 17.

Schwarz ressalta ainda que a ideologia do livro em sua “insipidez” não é artificiosa, pois “prolonga o catolicismo que de fato está infuso nas relações paternalistas”. Nesse sentido, o sentimento cristão vem completar o espaço do favor, cuja “dignidade absoluta da pessoa e da família, superior às contingências da vida, compensaria em princípio a desigualdade nas relações reais, as quais, desse modo, ficam legitimadas e, sobretudo, livres do travo da humilhação” (SCHWARZ, 2000, p. 119).

Helena é considerada por Schwarz “vítima” da sujeição pessoal, da baixaza do motivo econômico, pois não possuía nenhuma pretensão de ascensão social, apenas cumpria seu destino determinado no testamento deixado pelo Conselheiro Vale. Segundo o crítico, “basta saber que Helena não tinha culpa no quiproquó, e que foi tudo uma *fatalidade do destino*” (SCHWARZ, 2000, p. 123). Segundo esse pressuposto, Helena vem para sua nova casa e procura se fazer aceita, passando então a lutar para agradar e dar provas de seu mérito, até que os outros a reconheçam, “luta a que ela se submete de bom grado e cristamente” (SCHWARZ, 2000, p. 124). O crítico baseia essa afirmação no trecho em que Helena, “Mediante os seus recursos e muita paciência, arte e resignação – não humilde, mas digna – conseguia polir os ásperos, atrair os indiferentes e domar os hostis” (ASSIS, 2004, p. 25). Pelo que propõe Schwarz, Helena não queria favor ao ser aceita como membro da família, pelo contrário, ela queria, por meio de seu próprio esforço, conquistar o reconhecimento dos moradores da casa, sem abrir mão de sua dignidade.

Mas não é isso o que acontece, Helena, por mais que tentasse fugir do favor, tornava-se vítima dele, visto que o acolhimento recebido da família Vale a empurrava cada vez mais para o compromisso moral de gratidão e submissão. Não havendo outra forma de fugir dessa dependência, Helena prefere “a miséria à vergonha” (ASSIS, 2004, p.136). Assim, Schwarz conclui:

Helena é tomada por uma espécie de delírio purista, ou de aversão a tudo em que possa haver uma dívida ou a sombra de uma segunda intenção, o que a leva a afastar de si família, herança, noivo, generosidade ou complacência de corações amigos (SCHWARZ, 2000, p. 127).

O argumento de Schwarz mostra que, em *Helena*, o único meio de ela enfrentar o conflito que havia em seu coração e realizar a “norma de dignidade do paternalismo”

era fugir dele. Nesse sentido, toda inquietação de Helena com relação ao seu estado de dependência só acabaria com a “proximidade de sua morte”. Observemos como Schwarz descreve esse sentimento de Helena:

Em lugar dos benefícios materiais e sociais, em lugar de amor, simpatia e familiaridade, que o acesso social lhe oferecia, Helena termina por ambicionar – em sua exaltação final – o sentimento genérico da “estima” e a posição distanciada de uma “estranha”, a salvo de toda suspeita [...] Helena luta pela estima da família Vale, e não para passar de uma classe social a outra, e muito menos para ficar rica (SCHWARZ, 2000, p. 128-129).

Nessa perspectiva, Schwarz parece querer vestir Helena de virtudes cristãs, como o desapego pelas coisas materiais. A leitura que propõe Schwarz sobre *Helena* é a de que o “sentimento cristão” é que dita as regras. “Nesse sentido, a heroína é a personagem exemplar e desinteressante do livro” (SCHWARZ, 2000, p. 138). Por mais que amasse seu suposto irmão, Estácio, ela prefere sacrificar esse amor a trazer escândalo à ordem austera da casa, quando fosse revelado o segredo da origem da moça. Assim, Helena passa a investir no casamento de Estácio com Eugênia, ambos de mesma classe social e, ao mesmo tempo, reconhece seu devido lugar social de bastarda da casa.

A leitura que propõe Schwarz é a de que Machado “calçava os sapatos da religião e buscava apoio no conflito mais acanastrado do repertório romanesco, para arriscar-se em território novo: os movimentos inconscientes do desejo” (SCHWARZ, 2000, p. 139). Nesse caso, o texto machadiano seria uma apologia ao paternalismo, como quer Schwarz em seu texto. A morte de Helena, em sua visão, seria o sinal de moralismo cristão por parte de Machado, como punição pelo desejo dela de ascensão social.

2.3 Outra leitura

Fábio Figueiredo Camargo, em seu estudo sobre a escrita dissimulada de Machado de Assis, afirma que o autor carioca estaria mais interessado em desmascarar o paternalismo reinante na sociedade brasileira do que contribuir para o aperfeiçoamento dele, como quer Schwarz. A argumentação de Camargo se baseia no

fato de que “nem tudo em Machado exaltava as idéias católicas; ao contrário, Helena sofrerá justamente por decorrência de uma rigorosa educação religiosa” (CAMARGO, 2005, p. 55). Para esse autor, diferentemente do que pensa Schwarz, Helena não é virtuosa, e o leitor irá descobrir isso ao final do romance; na verdade, a “mocinha virtuosa” não é o que parece ser. Na visão desse autor, a morte de Helena “não se dá devido à vergonha que sente, mas a uma estratégia textual machadiana para mostrar o apagamento social da camada pobre da população, ou seja, aos pobres, a ascensão social e a glória não são permitidas” (CAMARGO, 2005, p. 56). Essa estratégia de Machado de Assis parece-nos, de certa forma, muito mais profunda do que pensa Schwarz sobre o texto machadiano. De acordo com Camargo, Machado de Assis criaria em *Helena* uma personagem que demonstra interesse em ascender socialmente. Camargo entende que a morte de Helena, “antes de ser sinal de moralismo por parte do autor, marcaria a aniquilação do desejo de ascender socialmente à esfera dos ricos” (CAMARGO, 2005, p. 57). De certa forma, “o que restaria a esses pobres, em seus caminhos para ascensão, seria a dissimulação, a trapaça, o engano, o embuste. No caso de Helena, restava-lhe apenas isso” (CAMARGO, 2005, p. 66).

Reconhecendo infinitas outras possibilidades para a discussão proposta neste estudo, concentramo-nos em apresentar uma vertente mais aprofundada para a leitura crítica de *Helena*, levando em consideração a crítica ao paternalismo, já discutida, a princípio, por Fábio Figueiredo Camargo. Para confirmar essas impressões, tomaremos como parâmetro as atitudes de alguns personagens do romance como a própria “orfã” Helena, dona Úrsula, o padre Melchior, Estácio, dentre outros.

No romance, encontramos personagens que reproduzem o sistema patriarcal e utilizam a tradição como defesa, arma e instrumento para o efeito de manter os hábitos e as convenções de sua classe, assinalados como superiores. A dissimulação, nesse caso, é o prato de que todos os personagens se alimentam; necessidade social inquestionável no mundo patriarcal, o disfarce e os subentendidos estão presentes ao longo de toda a narrativa, mobilizada em vários momentos pelo narrador através da eloquência com que pontua as falas dos personagens, os quais encenam com seus diálogos um embate de cinismo, tentando dissimular, com a palavra branda e cordial, a violência embutida nas relações.

Se levarmos em consideração as estratégias que o narrador utiliza para contar a

história de Helena, percebemos que ela não era tão ingênua assim, a ponto de servir como argumento para Schwarz afirmar que Machado queria “aperfeiçoar o paternalismo”, calcado nas ideias cristãs. Conforme Camargo,

[...] ao nos aprofundarmos mais detidamente na narrativa, iremos perceber que as atitudes dessa mocinha romântica, bela e submissa, vão dar lugar a uma moça que parece saber o que quer, mostrando como Machado de Assis já estaria, então, colocando o velho hábito humano de trapacear e dissimular (CAMARGO, 2005, p. 50).

Nesse sentido, *Capitu*, de *Dom Casmurro* e *Lalau*, de *Casa Velha*, seriam, então, uma reduplicação de Helena, agora já em textos considerados da melhor fase machadiana. Camargo, citando Luiz Costa Lima, sobre os palimpsestos machadianos, afirma que “o texto dissimulado consegue, pois, permanecer vivo, provavelmente devido a seu enigma latente, a seus desvios, suas múltiplas interpretações e suas lacunas jamais explicadas completamente [...]” (LIMA, *apud* CAMARGO, 2005, p. 35). É o que encontramos na narrativa de *Helena*. A começar pela protagonista, Helena, que entra na narrativa por meio do testamento de seu “pai”. O primeiro capítulo começa com a morte do Conselheiro Vale, que surpreende seus familiares, enquadrando como herdeira em seu testamento a menina Helena, reconhecendo-a como sua filha: “Era declarada herdeira da parte que lhe tocasse de seus bens, e devia ir viver com a família a quem o conselheiro instantemente pedia que tratasse com desvelo e carinho, como se de seu matrimônio fosse” (ASSIS, 2004, p. 15). Nas palavras de Camargo, esse capítulo marca “a construção da personagem feminina como mulher escrita” (CAMARGO, 2005, p. 37). Segundo o crítico, o percurso que Helena faz é “[...] marcado pela escrita masculina, e seus desejos. O falso pai, que ninguém conhece como tal, lega à falsa filha o seu desejo. [...] A filha “órfã” ficará na obrigação de cumprir à risca um papel já demarcado e definido para ela por aquele que lhe traçou o seu destino” (CAMARGO, 2005, p. 37). Percebemos no desenvolver da narrativa que Helena se beneficiará desse jogo para buscar a sua ascensão social.

Optamos por fazer um estudo relacionado mais às atitudes das personagens, tanto do romance em questão, quanto da novela *Casa Velha*, que será estudado no capítulo seguinte, ao invés de analisar a narrativa como um todo.

2.4 Helena

Numa sociedade cujos valores eram moldados dentro dos parâmetros patriarcais, a personagem Helena, de início, corresponde a todos os atributos de mulher no perfil tradicional da sociedade da época. Ela se mostra bondosa, cheia de virtudes e submissa, demonstrando singeleza em seus atos, conforme os padrões morais e românticos da época.

Era uma moça de dezesseis a dezessete anos, delgada e sem magreza, estatura um pouco acima da mediana, talhe elegante e atitudes modestas. A face, de um moreno-pêssego, tinha a mesma imperceptível penugem da fruta de que tirava a cor; naquela ocasião tingiam-na uns longes cor-de-rosa, a princípio mais rubros, natural efeito do abalo. As linhas puras e severas de rosto parecia que traçara a arte religiosa. Se os cabelos, castanhos como os olhos, em vez de dispostos em duas grossas tranças lhe caíssem espalhadamente sobre os ombros, e se os próprios olhos alçassem as pupilas ao céu, disséreis um daqueles anjos adolescentes que traziam a Israel a mensagem do Senhor. Não exigiria a arte maior correção e harmonia de feições, e a sociedade bem podia contentar-se com a polidez de maneiras e a gravidade do aspecto. Uma só cousa pareceu menos aprazível ao irmão: eram os olhos, ou antes o olhar, cuja expressão de curiosidade sonsa e suspeitosa reserva foi o único senão que lhe achou, e não era pequeno (ASSIS, 2004, p. 21).

Pelo perfil de Helena demonstrado acima, pode-se notar que ela representa o projeto de uma mulher idealizada. A personagem é descrita como um anjo em sua formosura. Conforme Camargo, “a comparação de Helena a um anjo traz para a cena do texto, novamente, o jogo da máscara – a máscara da personagem, angelical, que vai se contrapor à sua maldade dissimulada e fraudulenta” (CAMARGO, 2005, p. 49). A suposta irmã que chega e altera a ordem austera da casa, irá mudar seu comportamento à medida que a história avança, e descobriremos que, na verdade, ela não tinha nenhuma filiação paternal com os membros da família Vale, revelando assim, aos leitores, sua falsidade moral. Helena é desmascarada, quando a família Vale descobre o seu segredo. Além de não ser filha do Conselheiro, trazia junto de si seu legítimo pai.

Pela narrativa, Helena é filha de Ângela, cujo nome advém de “anjo”, seres “intermediários entre Deus e os homens [...] mensageiros, condutores de astros,

executores de leis e protetores dos eleitos” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2002, p. 60). No entanto, o narrador apresenta uma personagem que, apesar do nome “Ângela”, produz ações que nada têm de angelicais. Ângela foge da casa paterna, amasiando-se com o pai de Helena, Salvador, homem de poucos dotes e passa a viver em Montevideu e, mais tarde, no Rio de Janeiro. Conforme o narrador, o próprio Salvador já dizia: “Ângela podia ser um obstáculo à minha carreira” (ASSIS, 2004, p. 125), tal como aconteceria. O marido, ao retornar de uma viagem de última hora para visitar seu pai doente, descobre que Ângela estava amasiada com outro homem, o Conselheiro Vale. Além disso, ela oculta do Conselheiro Vale que vivia maritalmente com Salvador e mente para sua filha, Helena, dizendo que seu pai havia morrido.

Necessário se fez apresentar um pouco do perfil dessa mulher para entendermos melhor a origem de Helena, tendo em vista que o próprio pai, Salvador, afirma: “Eu devia contar com as resoluções súbitas e prontas dessa menina; há ali uma costela de sua mãe” (ASSIS, 2004, p. 133). Nesse trecho, fica evidente que o pai biológico de Helena acredita que esta se espelha em sua mãe, colocando sempre o interesse pessoal acima do sentimental. De acordo com essa afirmativa, pode-se crer que o que valia para Helena era ascender socialmente, como sua mãe. Helena, comparada pelo narrador a um anjo, filha de uma mulher denominada Ângela, possuindo, segundo o pai, uma costela da mãe, reduplicaria a simulação de sua progenitora, produzindo a dissimulação de sua imagem e desejo.

Conforme Therezinha Mucci Xavier, as heroínas machadianas são geralmente mulheres fortes, que possuem “voz dentro da sociedade”, diferentemente daquelas apresentadas muitas vezes com perfil de mulher submissa e frágil, idealizadas pelos românticos da época. Segundo a autora, as heroínas machadianas

[...] não são mulheres oprimidas, castradas, cabisbaixas, sem o poder de emitir suas opiniões, deixando que pertença ao marido a palavra final. Pelo contrário, muitas vezes as personagens femininas são apresentadas com características mais marcantes que as masculinas, sendo mais seguras de si, dotadas de maior força moral (XAVIER, 1986, p. 33).

Esse é o caso de Helena, mulher que transgride a lei paterna ao não aceitar o que lhe foi destinado pela sociedade. O próprio narrador já a define assim: Helena “conseguia polir os ásperos, atrair os indiferentes e domar os hostis” (ASSIS, 2004, p.

25). Helena parece ter controle sobre todos que estavam à sua volta, sabia lidar com todas as situações, debatia temas como política e escravidão. Ela conseguia debater, em nível de igualdade com Estácio, cuja formação e classe social eram superiores às dela. Ciente de sua posição social, para atingir seus objetivos, Helena não se submete inteiramente às leis sociais e ao moralismo convencional.

Para Lúcia Miguel Pereira, o egoísmo faz parte das ações das personagens machadianas quando se trata de ascensão social e manutenção de poder:

O universo de Machado de Assis é, em grande parte, uma expressão do egoísmo. Egoísmo da natureza, que sacrifica o indivíduo à espécie; egoísmo da sociedade, que, para manter seus estatutos, não hesita em acorrentar as criaturas desgraçadas; egoísmo da família, tudo subordinando às suas convenções; o egoísmo de cada ser, exigindo sempre dos outros muito mais do que lhes dá (PEREIRA, 1957, p. 77).

O egoísmo das personagens femininas machadianas está ligado diretamente à luta para elevar-se à classe diferente daquela a qual pertencem, pois, muitas vezes, elas vêm de uma classe social desprovida de vantagens econômicas e tentam fixar-se em classes mais elevadas. Uma das formas que muitas delas utilizaram para conseguir se realizar socialmente foi o casamento, embora, muitas vezes, decidido de forma estritamente racional, sem nenhum envolvimento afetivo. Helena não buscava um casamento, mas um lugar na sociedade que a herança poderia lhe conceder. Dessa forma, mesmo o objeto de interesse sendo outro, o objetivo é o mesmo, a ascensão social. Vejamos sua atitude, logo que chegou à sua nova casa, tendo que enfrentar a repulsa de dona Úrsula ao seu convívio familiar:

Como falassem da casa, Estácio disse à irmã:

– Esta casa é tão sua como nossa; faça de conta que nascemos debaixo do mesmo teto. Minha tia lhe dirá o sentimento que nos anima a seu respeito.

Helena agradeceu com um olhar longo e profundo. E dizendo que a casa e a chácara lhe pareciam bonitas e bem dispostas, pediu a D. Úrsula que lhas fosse mostrar mais detidamente. A tia fechou o rosto e secamente respondeu:

– Agora não, menina; tenho por hábito descansar e ler.

– Pois eu lerei para a senhora ouvir, replicou a moça com graça; não é bom cansar os seus olhos; e, além disso, *é justo que me acostume a servi-la.* Não acha? Continuou ela voltando-se para Estácio.

– É nossa tia, respondeu o moço.

– Oh! *Ainda não é minha tia!* Interrompeu Helena. *Há de sê-lo quando me conhecer de todo.* Por enquanto somos estranhas uma à outra; mas nenhuma de nós é má.

Estas palavras foram ditas *em tom de graciosa submissão.* A voz com que as proferiu era clara, doce, melodiosa; melhor do que isso, *tinha um misterioso encanto,* a que a própria D. Úrsula não pôde resistir (ASSIS, 2004, p. 22, Grifos nossos).

Percebe-se que, em todo o tempo, Helena procura fazer de tudo para agradar aos “seus familiares”, demonstrando uma “graciosa submissão”. Mesmo com toda a repulsa de sua “suposta” tia, dona Úrsula, ela continuava firme em seu intento: conquistar o coração “seco” de sentimentos daquela mulher e, ao mesmo tempo, a confiança da família Vale. O tom de voz da heroína continuava o mesmo, “claro, doce e melodioso”. Essa atitude, aos olhos de Schwarz, é um “prolongamento do catolicismo” por parte de Machado e, ao mesmo tempo um esforço da protagonista para fazer-se aceita numa realidade diferente da sua. Na visão de Camargo, essa postura de Helena tem a cumplicidade do narrador, quando procura reforçar a imagem de uma “boa moça” pobre, meiga, dedicada e submissa; o narrador utiliza dessa estratégia para seduzir o leitor com um perfil de mulher idealizada e que possui bons sentimentos (CAMARGO, 2005, p. 51). No entanto, no decorrer da narrativa, o leitor irá descobrir uma Helena com atitudes nada convencionais para uma personagem feminina romântica. Helena irá montar a cavalo, como uma perfeita amazona, logo após pedir a seu irmão, Estácio, que a ensinasse a cavalgar:

Helena tinha um pé sobre o tamborete; repetiu ainda o nome da égua, como quem refletia sobre ele, sem que o irmão percebesse que não era aquilo mais do que um disfarce. De repente, quando ele menos esperava, Helena deu um salto, e sentou-se no selim. A égua alteou o colo, como vaidosa do peso. Estácio olhou para a irmã, admirado da agilidade e correção do movimento, e sem saber ainda o que pensasse daquilo. Helena olhou para ele.

– Fui bem? Perguntou sorrindo.

– Não podias ir melhor; mas o que me admira... (ASSIS, 2004, p. 35).

Considerando que ela acabara de sair de um convento, o fato de saber cavalgar com tanta maestria é, no mínimo, estranho. Soa inverossímil, o que muitas vezes é plenamente aceitável nas narrativas dos folhetins. Camargo vê essa questão da seguinte forma:

[...] para quem a literatura sempre foi um jogo, o verossímil passa a ser algo que só interessa ao desenvolvimento da trama. Não há uma tentativa de ser cópia da realidade e, sim, em se fazer a encenação textual. Portanto, o fato de Helena montar a cavalo é um trunfo na voz desse narrador que quer desestabilizar o mito através da impetuosidade da personagem, que, ao contrário das outras personagens do texto, é ativa diante de seu destino (CAMARGO, 2005, p. 52).

Alfredo Bosi afirma que a máscara é a defesa do indivíduo numa sociedade. Essa ideia pode muito bem ser aplicada aos personagens de *Helena*:

A máscara é, portanto, uma defesa imprescindível, que vem de longe, de muito longe, como o pelo do urso e a cabana de paus arrumadas pelo selvagem para se proteger do sol, do vento, da chuva. Se toda civilização é um esforço de defesa contra a mãe-madrasta (“sou tua mãe e tua inimiga”), por que negar ao deserdado social o direito de abrigar-se à sombra do dinheiro e do poder? Por que exigir que ele se furte ao “estatuto universal”, pregado pela própria natureza: “quem não devora é devorado [...]” (BOSI, 2003, p. 87).

Nesse caso, a máscara seria um dos meios de sobrevivência utilizados por Helena para conseguir realizar seus planos e enfrentar os ataques de uma sociedade que buscava a preservação da ordem e da honra da família patriarcal. Numa sociedade que deixa em segundo plano a “essência do sujeito” para valorizar as “aparências”, “segunda natureza”, a personagem Helena age como tal, dissimula. Assim, Helena, ao utilizar a “segunda natureza”, disfarça ser o que não é, tal qual a sociedade também o faz; tudo para manter as aparentes conveniências.

Sidney Chalhoub propõe uma leitura sobre *Helena*, ao afirmar que Machado descreveu a ideologia senhorial, explorando os conflitos existentes na classe dominante. Para o historiador, Machado com seu romance, nos

[...] lança no bojo dos antagonismos de classe constitutivos dessa política específica de domínio. [...] A chave do problema, talvez a chave do livro, consiste em perceber que há na personagem Helena, apesar das aparências em contrário, uma visão de mundo que lhe é própria, e que não pode ser entendida se referida apenas à ideologia senhorial (CHALHOUB, 2003, p. 23-24).

Baseando-se no trecho mencionado anteriormente, sobre as aulas de equitação que Estácio propunha a Helena, Chalhoub afirma que, no contexto, Helena, apesar de ter

posição social inferior à de Estácio, conseguia manipular as ações do rapaz para satisfazer suas próprias conveniências, ou seja, conhecia “perfeitamente as cadeias de causa e efeito” nas quais Estácio foi educado. Por exemplo, mesmo sabendo cavalgar, não tirou o direito dele de ensiná-la. Helena tinha consciência de que, na sociedade na qual ela estava inserida, Estácio representava a força de uma tradição advinda daqueles que se intitulavam detentores da ordem, do poder econômico e social. Nesse caso, a vontade dele sempre iria prevalecer (CHALHOUB, 2003, p. 25).

Ainda de acordo com Chalhoub, ao acompanhar os movimentos de Helena, percebe-se que “há sempre uma possibilidade de a rapariga estar mentindo, ou estar omitindo coisas, e logo ela não é confiável” (CHALHOUB, 2003, p. 26). Helena é capaz de dissimular para conseguir o que deseja e, com todo o seu senso crítico e astúcia, consegue contra-argumentar quando Estácio, demonstrando sua superioridade em relação a ela, adverte: “Vença primeiramente o medo”. A moça responde, de imediato: “Não sei o que é medo”. Admirado da resposta da moça, Estácio procura manter sua posição de orientador, ironizando a braveza de Helena como amazona, afirmando que ele, sim, sabia o que era medo. Helena, contudo, rebate: “O medo é um preconceito dos nervos. E um preconceito desfaz-se; basta a simples reflexão” (ASSIS, 2004, p. 34).

Assim, Helena, ao dialogar com Estácio, procura interpretar as relações sociais nas quais ela estava inserida. Para Chalhoub, ela “[...] decerto conhecia e compartilhava os significados sociais gerais que, regidos por Estácio e criaturas semelhantes, reproduziam aquele universo de relações sociais” (CHALHOUB, 2003, p. 24). Helena sabia que, nessa sociedade, sempre a palavra do homem prevalecia sobre a das mulheres. Além disso, sendo ela uma bastarda que buscava um lugar nesse meio, não havendo outra forma de encarar essa dominação, usava as armas que possuía, nesse caso, o artifício da argumentação e, ao mesmo tempo, da submissão, quando achava conveniente, sempre demonstrando sutileza e moderando a dose na utilização das palavras e nos gestos.

Essa postura de Helena é justificada pelo fato de que ela trazia junto de si um conflito. A moça tinha consciência de que sua posição social não era aquela, e para manter toda a farsa planejada por seu suposto pai, o Conselheiro Vale, e satisfazer a ganância de seu pai biológico e sua, seria necessário mascarar as ações.

Ciente de que precisava dissimular para conseguir se manter no poder e consequentemente realizar seu projeto, Helena, dependendo da ocasião e da pressão recebida, às vezes se comportava como uma moça “submissa”, outras vezes, como “rebelde”. Por exemplo, logo após ter explicado a Estácio a artimanha que utilizara para induzi-lo às aulas de equitação, ela demonstra-se submissa, quando é repreendida por ele: “– Já lhe negamos algum prazer que desejasse? Helena estremeceu e ficou igualmente séria. – Não! Murmurou; *minha dívida não tem limites* (ASSIS, 2004, p. 36, Grifo nosso). Nesse diálogo, podemos imaginar que a resposta de Estácio a Helena foi um tanto agressiva, mas o que nos surpreendeu foi a postura de Helena quanto a essa resposta, parecendo ser uma pessoa totalmente submissa ao irmão.

Assim, podemos dizer que Helena utiliza o princípio da cordialidade, conservando a máscara da bondade. Quanto à cordialidade, tomamos como base a definição de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*. Segundo o historiador, a cordialidade é o que distingue as relações dos brasileiros em sociedade, e o homem cordial possui a

[...] lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade [...]. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. [...] Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência – e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no “homem cordial”: é a forma natural e viva que se converteu em fórmula. Além disso a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções (HOLANDA, 1984, p. 106-107).

A cordialidade, dessa forma, está inserida no comportamento do brasileiro e se constitui, ao contrário da polidez, de algo internalizado. Para o historiador, o povo brasileiro, é, então, em essência, um ser cordial. Machado distingue entre a polidez e a cordialidade, principalmente por meio de suas personagens femininas, como é o caso de Helena, que procura fazer de tudo para agradar e dar provas de seu mérito à sua nova família. Para Camargo, Helena “disfarça-se em algo que não é senão a fabricação de um outro eu” (CAMARGO, 2005, p. 31). A cordialidade da personagem é bastante funcional como as dos demais personagens e serve para apontar como Machado de Assis entendia o que a máscara significava para as relações sociais na sociedade

paternalista. Helena, apesar de sua pouca idade, aprendeu cedo, assim como Machado, quais seriam as regras dessa sociedade e o que se esperava dela, jogou o jogo e perdeu.

2.5 Dona Úrsula

Os personagens de *Helena* atuam conforme suas conveniências. Todos estão ali em busca de posição e estabilidade social e, para isso, utilizam-se de todos os meios possíveis, principalmente da dissimulação e do fingimento para conseguirem o que querem. No segundo capítulo de *Helena*, são lidas todas as disposições testamentárias que conduzirão toda a trama do romance. Segundo Xavier, essas disposições testamentárias são:

Uma forma bastante expressiva de prestação de *favores*, nos textos machadianos [...] constituem, com as heranças, meios de preservação de status de que se serviu Machado de Assis em seus contos e romances. Suas narrativas são, assim, povoadas de herdeiros, os que receberam bens por direito, e de legatários, os que os obtiveram pelo favor. Tanto nos primeiros quanto nos segundos, o patrimônio recebido conduz a um sedentarismo e a uma acomodação conscientes, como sucede a Helena, a Félix e Viana em (*Ressurreição*) a Jorge (*A mão e a luva*), a Brás Cubas, (*Memórias póstumas de Brás Cubas*), a Rubião, de *Quincas Borba*, e a outros (XAVIER, 1994, p. 107).

No caso de *Helena*, essas disposições serviram para expressar a vontade de um chefe de família representante da elite patriarcal, vontade essa que devia ser cumprida a risca pelos membros herdeiros de seus bens. É interessante notar a força representativa do pai no seio dessa sociedade, pois mesmo depois de morto, o Conselheiro Vale continuou exercendo seu papel de dominação sobre os vivos, demonstrando uma continuidade do sistema organizado do patriarcalismo. Contudo, essa situação do testamento, nem sempre foi entendida ou aceita de bom grado pelos herdeiros, principalmente na divisão dos bens. Com a família Vale, não foi diferente, quando foram surpreendidos com a inclusão de Helena como herdeira.

Uma das reações quanto à decisão do Conselheiro Vale pode ser entrevista a partir das atitudes de dona Úrsula, irmã dele que, conforme o narrador, “era eminentemente severa a respeito de costumes” (ASSIS, 2004, p. 16). É interessante observar que o

nome “Úrsula”, de origem latina, significa “pequena ursa”. De acordo com Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, o “urso” adquire uma simbologia marcante na vida de vários povos, como os Celtas, para os quais ele é o símbolo da classe guerreira. Na mitologia grega, “o urso acompanha Ártemis, divindade lunar de ritos cruéis. É frequentemente a forma que a deusa adota nas suas aparições. O animal lunar encarna uma das duas faces da dialética ligada ao mito lunar: pode ser monstro ou vítima, sacrificador ou sacrificado” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2002, p. 925). A ursa defende, com a própria vida, seus filhotes e não deixa que estranhos se aproximem deles. Partindo dessa definição, ao associarmos o nome “Úrsula” à “ursa”, pode-se concluir que dona Úrsula, como representante de uma classe, que quer se manter no poder, não medirá esforços para defender seu status social ainda que ela tenha que dissimular, adotando outras faces, como maneira de fazer prevalecer a superioridade de sua classe. O metucioso Machado, certamente, considerou esses pormenores quando dá à personagem um nome tão representativo e carregado de sentido, caracterizando o perfil de uma mulher forte, que procura sempre a preservação da ordem familiar.

Ao tomar conhecimento do ato de seu irmão sobre uma possível filha fora do casamento e reconhecimento dela como sua filha natural, dona Úrsula reprova a atitude dele, que “lhe parece uma usurpação e um péssimo exemplo” (ASSIS, 2004, p. 15). A seu ver, não só a lei como também o sentimento são condenáveis, quando violam o quadro da família regular. Pode-se perceber uma atitude de irritação por parte de dona Úrsula com o fato de seu irmão ter procurado colocar Helena “no seio da família e de seus castos afetos” (ASSIS, 2004, p. 15).

Conforme Chalhoub, a atitude repulsiva de dona Úrsula, sua severidade e costumes “acaba se amoldando à forma de um preconceito de classe” (CHALHOUB, 2003, p. 21). A aspereza desses sentimentos tornou-se ainda maior quando lhe ocorreu a possível origem de Helena:

Nada constava da mãe, além do nome; mas essa mulher quem era? Em que atalho sombrio da vida a encontrara o conselheiro? Helena seria filha de encontro fortuito, ou nasceria de algum afeto irregular embora, mas verdadeiro e único? A estas interrogações não podia responder D. Úrsula; bastava, porém, que lhe surgissem no espírito, para lançar nele o tédio e a irritação (ASSIS, 2004, p. 15).

Dona Úrsula luta, como boa ursa que é, não só resistindo contra a posição social de Helena, mas também defendendo o status da família que, durante gerações se manteve, aparentemente, estável. Nos primeiros capítulos, há uma preocupação de dona Úrsula quanto ao que poderia acontecer com o futuro da família Vale, chegando até a confidenciar com o Dr. Camargo, médico da família e seu principal aliado, no que se refere à resistência contra Helena: “– Oh! Confesso-lhe que me há de custar muito! E merecê-lo-á? Alguma coisa me diz ao coração que essa menina vem complicar a nossa vida [...]” (ASSIS, 2004, p. 19). No entanto, no decorrer da narrativa, essas reservas quanto à intrusa Helena vão perdendo força: “D. Úrsula sorriu um sorriso amarelo e acanhado, que apagou nos olhos da moça a alegria que os tornava mais lindos [...] D. Úrsula retirou os olhos; porventura receou que o influxo das graças de Helena lhe torcessem o coração, e ela queria ficar independente e inconciliável” (ASSIS, 2004, p. 24). Para alguns críticos, essa sensibilidade de coração em relação à Helena, por parte de dona Úrsula, deveu-se às atitudes da moça, que acabaram por lhe conquistar o coração. Helena cuidou de dona Úrsula quando ela estava doente, como uma mãe cuida de um filho:

Helena era naquela ocasião a natural enfermeira. Pela primeira vez patenteou-se em todo o esplendor a dedicação filial da moça. Horas do dia, e não poucas noites inteiras, passava-as na alcova de D. Úrsula, atenta a todos os cuidados que a gravidade da enferma exigia. Os remédios e o pouco alimento que esta podia receber, não lhe eram dados por outras mãos. Helena velava à cabeceira, durante o sono leve e interrompido da doente, achando em suas próprias forças a resistência que a natureza confiou especialmente às mães (ASSIS, 2004, p. 51).

Com a recuperação da saúde de dona Úrsula, após vinte dias de dedicação exclusiva de Helena, o tom da voz muda. Observemos como o narrador apresenta a gratidão expressa pela tia.

Havia no coração de D. Úrsula uma fonte de ternura, que Helena devia tocar, para jorrar livre e impetuosamente. A dedicação, em tal crise, foi a *vara misteriosa daquele Horeb*. A afeição da tia era até então frouxa, voluntária e deliberada. Depois da moléstia, avultou espontânea (ASSIS, 2004, p. 51).

Nota-se que essa mudança de atitude não foi simplesmente motivada pelas ações “boas” da moça em relação à tia. A atitude de dona Úrsula mudara quando começou a

aceitar que a intrusa seria útil, ou seja, servia para alguma coisa no seio da família, e dela poderia tirar alguma vantagem. Partindo da ideia de que na ideologia do paternalismo há sempre algum jogo de interesse por trás das relações entre “senhor” e “dependente”, e, geralmente o “senhor” sai ganhando, o sentimento de cordialidade demonstrado por dona Úrsula em relação a Helena não chega ao ponto de nivelar as relações. Até porque não existe lugar social fora das formas instituídas pelo patriarcado. De acordo com Moraes, “as personagens machadianas são marcadas por impulsos contraditórios e, por isso, não podem ser classificadas em boas ou más, porque no mundo machadiano tudo passa a ser relativo, variável com o ponto de vista que se assume diante das coisas” (MORAES, 2008, p. 93). O leitor não atento pode incorrer no erro de entender essa mudança de atitude de dona Úrsula apenas como demonstração de gratidão. O próprio narrador nos induz a isso, colocando adjetivos nas descrições dos personagens para que fique aflorado esse pensamento. Assim acontece com os outros personagens que parecem “bons demais”, como é o caso de Estácio e do Padre Melchior.

O narrador apresenta seus personagens cheios de virtudes, preocupados com o bem-estar do próximo e com a caridade cristã. A escrita machadiana é uma escrita cordial, na qual o narrador utiliza uma linguagem muito polida, justamente para isto: dissimular ao se fazer passar por algo que não é realmente. Em *Helena*, virtudes, como gratidão e preocupação com o bem-estar do próximo, vão sendo desmascaradas à medida que o romance é percorrido. Machado de Assis, nesse caso, denunciaria o jogo de interesses nas relações de uma sociedade que só reconhece o outro caso este lhe seja útil ou lhe traga alguma vantagem. Se antes Helena era desprezada por não ser da mesma classe que dona Úrsula, agora é envolvida em afetos e gratidão. Para Bosi, a ficção machadiana passa a ser “[...] um inventário de situações típicas, personagens típicos e idéias típicas de personagens em situação” (BOSI, 2003, p. 160). Essa inventividade, segundo Bosi, permitiu a Machado acompanhar de perto os “movimentos públicos” ou “íntimos de personagens”, que “ora vivem segundo o capricho de sensações imediatas”, ora comportam-se como tipos, agindo conforme suas próprias conveniências para “manter” ou “elevar o próprio *status*” (BOSI, 2003, p. 160-161). Esse seria o caso dos personagens de *Helena*, que se comportam como “tipos”, sempre agindo de forma intencional quando interesses capazes de elevá-los socialmente ou

mantê-los no poder são envolvidos.

Uma das formas utilizadas por dona Úrsula para expressar sua superioridade social pode ser percebida através das leituras de romances como *Saint-Clair das Ilhas*, que ela fazia regularmente, para ocupar a ociosidade do dia, com o objetivo de reproduzir os costumes e as ideias européias.

Na seguinte manhã, Estácio levantou-se tarde e foi direito à sala de jantar, onde encontrou D. Úrsula, pachorrentamente sentada na poltrona de seu uso, ao pé de uma janela, a ler um tomo de *Saint-Clair das Ilhas*, enternecida pela centésima vez com as tristezas dos desterrados da ilha da Barra; boa gente e moralíssimo livro, ainda que enfadonho e maçudo, como os outros de seu tempo. Com ele matavam as matronas daquela quadra muitas horas compridas do inverno, com ele se encheu muito serão pacífico, com ele se desafojou o coração de muita lágrima sobressalente (ASSIS, 2004, p. 20).

Conforme a descrição do narrador, a postura de dona Úrsula como leitora, pode nos mostrar como a sociedade burguesa procurava viver o “ócio”, espelhando-se nos modos e costumes europeus retratados nos romances, isto, sancionado pela igreja e pela família. Talvez seja por isso é que lia *Saint- Clair das Ilhas* pela “centésima vez”. Dessa forma, o fato de dona Úrsula identificar-se com os moldes europeus de vida e procurar reproduzi-lo em seu cotidiano nos indica que ela vivia de aparências, haja vista que a realidade e o ambiente social em que ela estava inserida era outro. Isso se coaduna ao raciocínio apresentado por Roberto Schwarz de que os senhores de terra viviam de um modo emprestado à Europa, o que não condizia com o clima do país e com os costumes da maioria da população. As ideias estavam e continuariam, a depender de D. Úrsula, fora do lugar.

2.6 Estácio

Outro personagem que representa bem as relações do sistema patriarcal em *Helena* é Estácio. Formado em Matemáticas, filho do Conselheiro Vale e herdeiro legítimo de seus bens, Estácio, diferentemente de sua tia dona Úrsula, aceita, sem nenhuma reserva, a entrada de Helena na família. Conforme o narrador, Estácio, ao observar a insatisfação inicial da tia com o reconhecimento de Helena, conclui: “Uma

vez que seu pai assim o ordenava [...] ele a aceitava tal qual, sem pesar nem reserva” (ASSIS, 2004, p. 16). Depois, rebate aos questionamentos do Dr. Camargo, que se indaga se era justa ou não a atitude do Conselheiro Vale em colocar Helena como herdeira de seus bens no testamento. Estácio responde de imediato: “a estrita justiça é a vontade de meu pai” (ASSIS, 2004, p. 16). É interessante notar, nesse trecho, a riqueza do símbolo do pai, em particular seu potencial de transcendência, no qual ele é não somente a representação daquilo que alguém quer ser, mas também a encarnação do dever do filho, que quer possuir o mesmo valor.

A atitude de Estácio em resistir aos clamores de sua tia e do Dr. Camargo contra a atitude de seu pai em manter Helena também como herdeira pode, aparentemente, ser vista como a ação de um jovem que possui caráter, dignidade, um bom coração e um sentimento cristão. Ora, não é qualquer herdeiro que aceita, assim tão facilmente, que seus bens sejam divididos com outra pessoa que até então não era da família. No entanto, segundo Chalhoub, se atentarmos bem para as verdadeiras intenções do jovem, pode-se concluir que ele “era o principal interessado em que as últimas vontades do pai fossem cumpridas; com efeito, o ritual de submissão às determinações derradeiras do finado significava solidificar a própria condição de Estácio como detentor, daí em diante, do poder de exercício da vontade senhorial” (CHALHOUB, 2003, p. 22). Assim, para Estácio, ele apenas cumpre os ditames de sua classe, sentindo o “mundo a seus pés”. O narrador nos informa que o jovem conhecia seus direitos e encara essa nova etapa de sua vida, como uma espécie de “destino de classe”: “[...] ele não cedia nem esquecia nenhum dos direitos e deveres que lhe davam a idade e a classe em que nascera” (ASSIS, 2004, p. 18).

A palavra final nesse discurso sobre a partilha dos bens do Conselheiro é de Estácio. Ele tem a missão de evitar que as ambições e as possíveis resistências tragam divisão e minem a harmonia dentro da casa. Para Chalhoub, Estácio apenas defendeu um prejuízo menor na partilha dos bens, caso não fosse feito de forma amigável:

[...] a vontade do conselheiro, expressa em testamento, tinha força legal, e Helena adquiria direitos que, caso usurpados, poderiam originar uma longa, incerta e desgastante batalha judicial. Estácio era, efetivamente, o hábil depositário de uma tradição, um chefe de família/senhor/proprietário, garantidor e continuador de toda uma hegemonia política e cultural (CHALHOUB, 2003, p. 23).

No nosso entender, Machado vai além, ao apresentar um personagem que com sua polidez, astúcia e dissimulação consegue, por meio do jogo de interesses, neste caso, econômico e privado, defender sua posição social.

Segundo Faoro, coube a Machado “pela primeira vez na ficção brasileira, separar e acentuar a classe nebulosa do prestígio dos homens que orientam a sociedade, mostrando, em linha evolutiva, a emancipação das relações de mercado da contextura das convenções” (FAORO, 1974, p. 205). Estácio é mais um daqueles personagens de Machado que aproveita de sua condição social para viver das rendas, dos títulos e dos aluguéis deixados como herança pelo pai. Apesar de ter formação profissional, não exerce a função, preferindo ficar na dependência da fortuna familiar.

É comum encontrar, nos textos machadianos, filhos homens e herdeiros que possuem uma profissão, como bacharéis em direito e geômetras. Títulos que não lhes servem para ganhar o pão, pelo contrário, o *status* que o título lhes assegurava não lhes acrescentava nada que já não tivessem pela sua classe social. Esses filhos e sobrinhos, após herdar uma fortuna, passam a viver do ócio, demonstrando certo desprezo pelo trabalho. Em lugar do trabalho, a ocupação ligada à coisa pública era outra saída, como meio de aumentar a herança deixada pelo pai. Nem isso gerou interesse em Estácio para sair da ociosidade em que vivia. Preferia cuidar de seus livros e seus passeios, retraído e generoso, sem extravagâncias.

Observemos a reação de Estácio quando lhe foi perguntado pelo Dr. Camargo se queria ser deputado. Isso ocorre logo após um longo discurso do médico sobre a política como a melhor carreira para um homem na posição de Estácio, que possuía caráter e riqueza para subir na vida: “Estácio ouviu com desagrado as notícias que lhe dava o médico” (ASSIS, 2004, p. 42). Noutro trecho ele se justifica: “A vida política é turbulenta demais para o meu espírito [...] Eu só me meteria na política se pudesse officiar; mas ser apenas sacristão [...]” (ASSIS, 2004, p. 45-46).

Enfim, Machado procura, com o personagem Estácio, retratar a classe proprietária, os meios que este utiliza para expressar e garantir a supremacia de uma tradição que determina e orienta os modos e estilos de vida da sociedade patriarcal.

2.7 Dr. Camargo

Outro personagem que Machado utilizou no romance para denunciar a hipocrisia social é o médico e amigo antigo da família, Dr. Camargo, que, conforme as descrições do narrador, “Tinha feições duras e frias, os olhos perscrutadores e sagazes [...] Seus sentimentos não vinham à flor do rosto. Tinha todos os visíveis sinais de um grande egoísta” (ASSIS, 2004, p. 13). Desde o início da narrativa, o médico se revela uma pessoa ambiciosa, que não pensa em outra coisa senão garantir o futuro da sua única filha, Eugênia. Por sinal, essa moça carrega as características de seu pai – é também ambiciosa e apegada demais às coisas materiais. Acreditamos que Camargo vê em Eugênia sua própria imagem, e, por isso, luta por um futuro promissor para a filha. No dia da morte do Conselheiro Vale, o Dr. Camargo estava lá e foi ele quem primeiro perguntou se havia algum testamento deixado pelo morto. Após a leitura do testamento, o médico disse que já sabia sobre Helena e procurara dissuadir o Conselheiro em não reconhecê-la como filha, justificando: “Não me tenho por homem mau; contudo, entendo que a sensibilidade não pode usurpar o que pertence à razão” (ASSIS, 2004, p. 17).

A chegada de Helena ao seio da família Vale ameaça quebrar toda a ordem que é a base da família patriarcal. Para o médico, Helena não era bem vinda, pois poderia frustrar-lhe todos os planos de casar a sua filha com o único herdeiro da fortuna deixada pelo Conselheiro Vale. Na cabeça do Dr. Camargo, a união entre Estácio e Eugênia cumpre uma função natural da sociedade, sendo justo que o legado de ambos, Conselheiro Vale e Camargo, se perpetue no casamento de seus filhos. Percebe-se como a lógica do patriarcalismo se naturaliza nas intenções de Camargo; a relação estabelecida entre o Conselheiro e Camargo não só se perpetuaria através do casamento de seus filhos, mas também se fortaleceria. A retórica repleta de cinismo de Camargo esconde uma intenção velada: com o casamento, a relação de compadrio é fortalecida pelo contrato.

Conforme Faoro, “outro caminho utilizado para manter status ou conquistá-lo, se pobre o postulante, será o casamento, procurado por homens e mulheres, no caminho da opulência” (FAORO, 1974, p. 221). Dessa forma, na maioria dos textos machadianos é recorrente moças e rapazes buscarem um casamento. Muitos desses são arranjos, não

havendo qualquer sentimento sincero de afeto, respeito e cumplicidade. O que vale nesse envolvimento é só o patrimônio, o dinheiro e, conseqüentemente, a ascensão social, porém, claro, dissimuladamente. O doutor Camargo, com todo seu cinismo, monta uma estratégia para ver sua filha casada com Estácio. O narrador descreve tal ambição.

Não era fácil dar a Eugênia a felicidade que o pai ambicionava e a que mais lhe apetecia a ela. Posto não fosse perdulário, eram poucos os haveres do médico, de modo que à filha não podia caber pecúlio suficiente a satisfazer todas as veleidades. Ele espreitou durante longo tempo um noivo, armando com algum dispêndio a gaiola em que o pássaro devia cair. No dia em que percebeu a inclinação de Estácio, fez quanto pôde para prendê-lo de vez (ASSIS, 2004, p. 73).

No entanto, toda a ação planejada pelo Dr. Camargo durante meses começa a ser ameaçada com a entrada de Helena na família Vale. Isso porque seria mais uma para tirar parte do “bolo” deixado pelo Conselheiro. Esse fato reduziria a fortuna que seu futuro genro receberia. A ambição do médico era tão grande, que já não mais se contentava em apenas casar a sua filha com o filho do Conselheiro. O médico passa a investir na carreira política de Estácio, conforme já mencionado anteriormente. O objetivo era sempre o mesmo: “dar certo relevo público à filha, e, por um efeito retroativo, a ele próprio, cuja vida fora tanto ou quanto obscura” (ASSIS, 2004, p. 73). Tratado pelo narrador como “réptil”, Dr. Camargo consegue realizar seu intento, pois convence Estácio a entrar para a política. Observemos sua satisfação quando isso acontece: “Ele ouvia já o rumor público, sentia-se maior, – antegostava as delícias da notoriedade – via-se como que sogro do Estado e pai das instituições” (ASSIS, 2004, p. 74). Percebe-se nesse trecho a ironia machadiana, quando Camargo se considera o “sogro do Estado”, neste caso, representado por Estácio e “pai das instituições”, pela sua filha Eugênia. A ironia está justamente no fato, de como os membros dessa sociedade elitista se veem detentores dos favores do paternalismo.

Machado procura, por meio do personagem Dr. Camargo, demonstrar o cinismo frio e calculista daqueles que não são da “alta sociedade”, mas que convivem próximos a ela e se desenvolvem na sua sombra, quase clandestinamente, com a intenção de adquirir algum benefício, como um casamento, um título de nobreza e uma vida social estável.

2.8 Padre Melchior

Em quase todos os romances, Machado de Assis apresenta padres, que, como a maioria dos outros personagens, utiliza o artifício da cordialidade e do “sentimento cristão” como tentativa de manter o *status* numa sociedade demarcada pelo jogo de interesses políticos e econômicos. O eixo da autoridade religiosa, fixado no sacerdote, está delimitado pela instituição da Igreja Católica, que procura também a manutenção da tradição, tornando-se aliada incondicional da vontade paterna. Em *Helena*, temos o Padre Melchior que o narrador descreve assim:

[...] Melchior era capelão em casa do conselheiro, que mandara construir alguns anos antes uma capelinha na chácara, onde muita gente da vizinhança ouvia missa aos domingos. Tinha sessenta anos o padre; era homem de estatura mediana, magro, calvo, brancos os poucos cabelos, e uns olhos não menos sagazes que mansos. De compostura quieta e grave, austero sem formalismo, sociável sem mundanidade, tolerante sem fraqueza, era o verdadeiro varão apostólico, homem de sua Igreja e de seu Deus, íntegro na fé, constante na esperança, ardente na caridade (ASSIS, 2004, p. 24-25).

No caso do padre Melchior, o narrador apresenta-o como um sujeito que expressava bondade em suas ações. Suas características representam bem o perfil de sacerdote. Dotado de carisma profissional, padre Melchior procura desenvolver sua função de preservar a ordem moral dentro da família Vale. Para Faoro, o padre “[...] representa a Igreja e dá a nota de austeridade nos hábitos frouxos do tempo, garantindo, com sua investidura, não só a nobreza da casa, mas o resgate antecipado dos pecadores da família” (FAORO, 1974, p. 455). Assim, quando o padre descobre o sentimento de amor que havia entre Estácio e Helena, utiliza do discurso bíblico para distribuir conselhos morais e espirituais, a fim de que a ordem do sistema não fosse rompida. Observemos o que ele diz a Estácio: “Entra em teu coração, Estácio; revolve-lhe os mais íntimos recantos, e lá acharás esse gérmen funesto; lança-o fora de ti, que é o preceito do Eterno Mestre” (ASSIS, 2004, p. 115); esses conselhos, às vezes, são excessivos, chegando a sugerir que as impropriedades de Estácio no amor são uma espécie de fatalismo, herdado de seu pai. Conforme Faoro, a postura do Padre Melchior não condiz com sua função eclesiástica: “Ele é perfeito em seus caminhos, mas seus caminhos são os da terra, mais de moralista do que de intermediário com a divindade e

do sacrifício. Ele não converte, admoesta; não aponta para Deus, mas para o mundo, posto que puro, ainda terreno” (FAORO, 1974, p. 448-449). Nesse sentido, o seu único cuidado era para que a ordem social não fosse rompida.

Outro fator que pesa sobre o padre Melchior é o fato de ele ser um agregado da fazenda do Andaraí: “Morando na vizinhança daquela família, tinha ali o padre todo o seu mundo. Se as obrigações eclesiásticas não o chamavam a outro lugar, não se arredava de Andaraí, sítio de repouso após trabalhosa mocidade” (ASSIS, 2004, p. 26). Se considerarmos que a relação entre agregado e fazendeiro é de dependência, pois os donos de terras trocavam seus favores por lealdade, transformando esses agregados em sua clientela e aliados dispostos a servi-lo, podemos dizer que o padre Melchior, como agregado, não era diferente, apesar de exercer uma função sacerdotal, guardião dos costumes e disciplinador da ordem social, devia favores à família do Conselheiro Vale.

Conforme Faoro, o padre, no exercício de sua função, “não será o aliado dos pobres e desamparados, mas dos potentados, pessoa grada ele próprio entre pessoas gradas, solidário na adesão a iguais valores” (FAORO, 1974, p. 467). Ele é um dos “grandes da terra”, até porque a própria instituição a que pertence é também uma detentora de terras. A Igreja católica relega ao padre essa tradição, dando-lhe autoridade institucional e pública junto à sociedade paternalista. Dessa forma, o padre Melchior torna-se conivente com as vontades da sociedade patriarcal. É óbvio que por trás dessa atitude está o jogo de interesses que faz parte de uma sociedade que tem suas ações voltadas para o poder econômico e ascensão social. Nada melhor que estar aliado às vontades da elite para se manter no poder.

Aparecendo em todas as suas obras, como as crônicas, por exemplo, a ironia foi uma das maneiras utilizadas por Machado para criticar a sociedade paternalista. Ao fazer uso dela, Machado, na verdade, ri dessa sociedade, não acreditando em nenhum ajustamento social, uma vez que a elite patriarcal sempre determinou o ritmo e o funcionamento da sociedade. No romance *Helena*, ao apresentar personagens “boas demais”, o narrador machadiano ironiza a desfaçatez dessa sociedade que se esconde por detrás dessas máscaras sociais para justificar suas atitudes em busca de realização pessoal. É nesse contexto que Machado de Assis estava inserido, e soube utilizar, como poucos, esse recurso em seus textos, para criticar a cultura do paternalismo que imperava na sociedade brasileira do século XIX.

2.9 Salvador

Outro personagem do romance é Salvador, o verdadeiro pai de Helena. Diferentemente do pai adotivo – o Conselheiro Vale, que era um homem rico –, Salvador é mais um daqueles homens pobres e dependentes que passa por todas as humilhações e sofrimentos, por estar em uma posição social inferior nessa sociedade patriarcal lutando para ascender socialmente.

Esse personagem traz consigo um nome bem sugestivo, “Salvador”, que significa “aquele que salva” (KURY, 2001, p. 709). Diante dessa definição, não temos como fugir também da associação desse nome com a representação de Jesus Cristo, chamado pelos cristãos de “Salvador”. Essas impressões ficam ainda mais afloradas a partir da descrição física que Estácio faz de Salvador:

[...] um homem de trinta e seis a trinta e oito anos, forte de membros, alto e bem proporcionado. Uma cabeleira espessa e comprida, de um castanho escuro, descia-lhe da cabeça até quase tocar nos ombros. Os olhos eram grandes, e geralmente quietos, mas riam, quando sorriam os lábios, animando-se então de um brilho intenso, ainda que passageiro. Havia naquela cabeça, – salvo as suíças, – certo ar de tenor italiano (ASSIS, 2004, p. 104).

Associando o nome às características físicas desse personagem, Machado parece que procura fazer uma paródia da imagem iconográfica de Jesus Cristo. Por exemplo, na cultura ocidental, as imagens de Jesus Cristo mais conhecidas, seja na pintura, na escultura ou no cinema, geralmente representam um homem de aproximadamente 30 anos, olhos grandes e claros, sobrancelhas um pouco unidas, cabelos longos, ligeiramente ondulados e queixo coberto de barba castanha. Se observarmos a descrição de Salvador, ele possui quase todos esses traços físicos. Tinha idade, “entre trinta e seis e trinta e oito anos”, sua cabeleira era “espessa e comprida,” seus olhos “eram grandes”, além de ter certo “ar de tenor italiano”. Diante dessa comparação, acreditamos que Machado não colocaria um personagem com tantas semelhanças, sem nenhum objetivo na trama do romance.

Apesar de o personagem Salvador possuir o título e a aparência de Jesus Cristo, seu mundo é terreno, diferentemente do mundo transcendental ao qual Jesus Cristo afirmava pertencer, conforme afirmam as sagradas escrituras: “O meu reino não é desse

mundo [...]” (JOÃO, 18, vs. 36). Quando nos referimos ao “mundo” de Salvador como terreno, queremos dizer que seus atos estão voltados para a realização de sua ambição material, ascender socialmente, e, para isso, tenta convencer sua filha Helena a não revelar à sua nova família que seu pai biológico não era o Conselheiro Vale. Observemos o teor da carta que ele escreve para Helena, logo após ser visitado por Estácio:

“Minha boa filha, sei pelo Vicente que alguma cousa aí há que te aflige. Presumo adivinhar o que é. O Estácio esteve aqui comigo, logo depois que daqui saíste a última vez. [...] Interrogou-me; respondi conforme pedia o caso. Suponho que ele soubesse de tuas visitas, não lhe ocultei a minha pobreza; era o meio de atribuí-las a um sentimento de caridade. [...] Fiquei, entretanto, inquieto; talvez lhe não arrancasse o espinho do coração. [...] Conta-me o que há, pobre filha do coração; não me escondas nada. Em todo o caso, procede com cautela. Não provoques nenhum rompimento. Se for preciso, deixa de vir aqui algumas semanas ou meses. Contentar-me-á a idéia de saber que vives em paz e feliz. Abençô-te, Helena, com quanta efusão pode haver no peito do mais venturoso dos pais, a quem a fortuna, tirando tudo, não tirou o gosto de se sentir amado por ti. Adeus. Escreve-me. – *Salvador*”.

“P.S. recebi o teu bilhete. Pelo amor de Deus, não faças nada; não saia daí, seria um escândalo” (ASSIS, 2004, p. 122).

Pelo teor dessa carta, percebe-se que uma das maneiras utilizadas por Salvador para convencer Helena a não revelar seu plano era conquistá-la através de gestos cordiais, capazes de expressar carinho e apreço: “minha boa filha”; “pobre filha do coração”, “abençô-te, Helena”. No entanto, parece haver por trás dessa máscara de bom pai, atencioso e carinhoso, um pai que, movido pela sua ambição, procura, através de sua autoridade paterna, exercer sobre a filha certa pressão: “não provoques nenhum rompimento”, “pelo amor de Deus, não faça nada”, “não saia daí”. É interessante notar que esse pai, mesmo sendo pobre e não tendo criado sua filha, exerce sobre ela a autoridade paterna.

Se por um lado Salvador pede o silêncio de Helena com relação à sua paternidade, por outro lado ele também se cala. Nessa ação percebe-se que uma das formas de ele agir era omitir sua paternidade biológica. Assim, Helena conquistaria uma nova posição social ao ser reconhecida como filha de outro pai, o Conselheiro Vale, trazendo consigo o seu verdadeiro pai.

No decorrer da narrativa, percebemos que Salvador, apesar de ser o pai biológico

de Helena, não exerce a função como tal. Assim como ele próprio disse ter um dia raptado sua esposa para casar-se com ela, teve a oportunidade de fazer o mesmo com Helena quando perde Ângela para o Conselheiro Vale. Contudo, prefere abrir mão da paternidade da filha, alegando que o Conselheiro poderia dar à menina além de seu amor, sua fortuna. Ele mesmo justifica o seu gesto de modo a convencer Helena.

Essa lágrima decidiu do meu destino; vi que ele a amava, e de todos os sacrifícios que o coração humano pode fazer, aceitei o maior e mais doloroso: eliminei a minha paternidade, desisti da única herança que tinha na terra, força da minha juventude, consolo de minha miséria, coroa de minha velhice, e voltei à solidão mais abatido que nunca! (ASSIS, 2004, p. 129).

Pelo que vemos, parece que Salvador revela-se um pai fraco, ao abrir mão de sua paternidade tão facilmente para o Conselheiro. No entanto, sua atitude pode demonstrar dissimulação, tendo em vista que ele age por mera conveniência. Abrir mão dessa paternidade não seria grande sacrifício, tendo em vista que ao desistir de sua “única herança”, a filha, estaria ganhando outra herança, a social, “coroando a sua velhice” com a ascensão social de sua filha.

Noutro trecho, Salvador confessa sua gratidão à postura do Conselheiro Vale, ao assumir Helena como se fosse sua filha verdadeira: “Do contrato feito ali entre o homem e a criança, cumpriu ele todas as cláusulas com generosa pontualidade. Pode crer que lhe fiquei profundamente grato. Uma vez, passando por uma litografia, vi um retrato dele; comprei-o e conservo-o ali ao lado do de Helena” (ASSIS, 2004, p. 130). Observemos que Salvador trata a relação entre o Conselheiro e Helena como uma espécie de contrato firmado entre ambas as partes, do qual ele era o fiador. Apesar de sentir gratidão pelo Conselheiro, Salvador não deixa de acompanhar de perto os passos desse homem e da filha, ao que parece, para não perder de vista sua possibilidade de ascensão. Talvez seja por isso que ele tinha em sua casa uma foto do Conselheiro ao lado da de sua filha. Cabe ressaltar que Salvador é levado a aceitar tal situação, não porque é um sujeito que possui uma natureza má, mas pela impossibilidade de mobilidade social existente na sociedade na qual ele estava inserido. De sua triste condição social, ele lamenta: “Eu era pobre, tão pobre como hoje. Desse tempo só resta um eco doloroso e consolador” (ASSIS, 2004, p. 126). Nesse sentido, Salvador não é grato ao Conselheiro pelo gesto de paternidade para com Helena, mas pela oportunidade

que oferece tanto à menina quanto a ele da possibilidade de ascensão social.

Machado de Assis, ao colocar nesse personagem um nome tão significativo, produz certa ambiguidade, pois se por um lado Jesus Cristo recebe o título de Salvador, pelos cristãos, por abrir mão de sua vida em favor da humanidade, Salvador, personagem do romance, abre mão de sua paternidade para salvar a si próprio. Para isso, procura através da dissimulação, do embuste e da trapaça a sua “salvação”. Essa seria mais uma forma de Machado ironizar os meios utilizados por aqueles que estão à margem da sociedade para redimirem-se de uma condição social desprovida de vantagens. Se ironiza esses meios, conseqüentemente, está a ironizar o sistema paternalista como um todo, pois é esse sistema que cria os donos das terras e aqueles que gravitam em torno deles, sem nunca conseguirem mobilidade social.

No capítulo seguinte, faremos uma análise da novela *Casa Velha* que, embora escrita quase dez anos depois de *Helena*, entre 1885 e 1886, e só editada em livro por Lúcia Miguel Pereira, em 1944, aborda a mesma temática, no caso, o paternalismo. Dessa forma, analisaremos a função social de determinados personagens como Lalau que, a exemplo de Helena, é uma intrusa no seio da família patriarcal e além de dissimulada, representa também o tipo de mulher machadiana; Félix, a exemplo de Estácio, é outro que vive à custa da herança deixada pelo pai; o Cônego, a exemplo do Padre Melchior, é um agregado da casa; e dona Antônia, mãe de Félix, a exemplo de dona Úrsula, é severa e defensora da ordem familiar. Assim, pretendemos discutir a representação do paternalismo, com a intenção de mostrar que, mais uma vez, Machado procura desmascará-lo.

Capítulo 3
ASSALTANDO A CASA VELHA

3.1 *Casa Velha* e sua recepção

Publicado em 25 episódios na revista *Estação*, entre os anos de 1885 e 1886, após dez anos da publicação de *Helena* (1876), romance analisado no capítulo anterior, a novela *Casa Velha*⁵, de Machado de Assis, não teve muita repercussão junto à crítica. Alguns críticos relegaram-na ao ostracismo pelo fato de ter sido publicada em uma revista que “não passava de um jornal de modas” (PEREIRA, 1944, p. 5), o que não se justifica, pois vários textos de Machado foram publicados nessa mesma revista; outros por considerarem como obra inferior em relação aos melhores textos do autor, os chamados textos de “segunda fase”. A própria Lúcia Miguel Pereira, em 1944, estudiosa e biógrafa de Machado, ao republicar a novela completa, nesse mesmo ano, afirma: “Não se sabe, neste caso, o que mais admirar: se a modéstia do autor, que não se incomodava de colocar seus escritos em tão imprópria companhia, se a sua indiferença pelo gosto da gente à qual se destinava a *Estação*” (PEREIRA, 1944, p. 5). Noutro trecho, a escritora afirma que “*Casa Velha* não pertence à melhor maneira do seu autor, em nada vem acrescentar à glória do nosso maior homem de letras” (PEREIRA, 1944, p. 13). Pode-se notar certa insegurança da autora quanto à republicação da novela, tendo em vista que o próprio Machado a deixou no esquecimento. No entanto, Pereira contrargumenta a si mesma ao afirmar que se “[...] o romancista a deu ao figurino quando já decorrera de sua composição tempo suficiente para lhe permitir julgá-la, é que não a renegava, não achava indigna de si” (PEREIRA, 1944, p. 13). O fato de Machado não ter publicado a novela *Casa Velha* em volume, ainda em vida, pode ter sido o motivo de ser tão pouco analisada pelos críticos.

O tom crítico de Pereira na introdução de *Casa Velha*, em sua primeira edição em livro, busca associar a obra à vida pessoal do autor, como se fosse uma novela autobiográfica, na qual, segundo a autora, Machado procura reproduzir o ambiente em que viveu durante a sua infância – a Quinta do Livramento. Lúcia Miguel Pereira compara os familiares de Machado a personagens da ficção. É o caso de D. Maria José de Mendonça Barroso, madrinha do escritor, comparada a dona Antônia, viúva de um

⁵ O título está em itálico devido à utilização do volume da 1ª edição de *Casa Velha*, publicado em 1944 por Lúcia Miguel Pereira.

ex-ministro, que conheceu a corte do rei e do primeiro imperador. Segundo a crítica, dona Antônia deve ter visto o fim da regência, pois a ação se passa precisamente em 1839, ano em que D. Maria José de Mendonça batizava o afilhado, na sua capela particular (PEREIRA, 1944, p. 14).

Recentemente visitamos a Biblioteca Nacional, a Academia Brasileira de Letras e a Fundação Casa de Rui Barbosa em busca de material referente a *Casa Velha*, para a escrita deste capítulo. Passamos dias examinando vários documentos, incluindo um dos jornais de maior circulação à época no Rio de Janeiro, *Dom Casmurro*, de 1942 a 1944, data da republicação. Não encontramos sequer uma menção à publicação da novela. Na maioria das biografias de Machado de Assis, desconhece-se o nome de *Casa Velha*. Pelo levantamento que realizamos, verificamos que, na atualidade, poucos são os estudiosos que aprofundaram a crítica sobre a novela, nesse caso, podemos destacar o inglês John Gledson.

Em *Machado de Assis: ficção e história* (1986), Gledson lê *Casa Velha* não como uma novela e sim como um conto, já que foi incluído na *Obra Completa*, mas que, segundo o próprio pesquisador, deveria ser reclassificado como romance devido ao tamanho do seu texto (GLEDSON, 1986, p. 13). Em seu estudo, Gledson procura reavaliar *Casa Velha*, em busca de um Machado que vai além do “irônico e pessimista”, e “cujo realismo não é simplesmente psicológico” (GLEDSON, 1986, p. 27). Segundo o autor, “[...] existe, escondido na ficção de Machado um grau de especulação intencional – e extremamente anticonvencional – em torno da natureza da sociedade brasileira, sua história e sua política, do que até agora foi percebido” (GLEDSON, 1986, p. 27). Para o crítico, Machado de Assis tinha por objetivo unir todo o enredo da novela a um tema histórico e político, tendo em vista que o cenário histórico era o ano de 1839, o último ano da Regência no Brasil.

Reconhecendo que o trabalho será árduo pela falta de crítica sobre a novela, nos sentimos desafiados, tendo em vista que, em se tratando de Machado de Assis, nada pode ser renegado ou rebaixado como escrita inferior ou sem valor algum. Acreditamos que na trama dessa novela e na representação de seus personagens, tais como, o Cônego narrador, dona Antônia, Félix e Lalau existe uma crítica que colabora para o desmascaramento de uma sociedade paternalista, que esconde, por trás da capa das conveniências, as armas da dissimulação.

Nesse sentido, lembramos antecipadamente que será necessário fazer algumas paráfrases da novela neste estudo, pois sentimo-nos na obrigação de apresentar o texto, pouco estudado e pouco conhecido, aos nossos leitores.

3.2 Os narradores de *Casa Velha*

Diferentemente do narrador de *Helena*, em *Casa Velha*, a própria personagem é quem conta a história, pois não é um narrador em terceira pessoa, não conhece toda a verdade e apresenta-se com uma identidade definida⁶. Esse narrador, apesar de não possuir um nome na narrativa, pois é apenas conhecido como um velho Cônego da Capela Imperial, define-se por sua posição social. Mesmo não exercendo a função sacerdotal, após reconhecer que não tinha os dons indispensáveis ao púlpito (ASSIS, 1944, p. 25) e resolver atuar como escritor, continuava utilizando o título de cônego, uma vez que representava *status* na sociedade brasileira da época.

Com a intenção de fazer com que o leitor acredite no que é contado, Machado de Assis coloca um padre como narrador da história de *Casa Velha*, fazendo-o escrever a partir dessa condição: sacerdote e, ao mesmo tempo, escritor que se volta para seu passado, relatando o que se passou há muitos anos. Por ser padre, pressupõe-se que seria interdito ao narrador a mentira, pois ele possui ao seu lado a “verdade” da religião católica. Mas, se atentarmos bem para a dissimulação machadiana, nota-se que ele joga com seu leitor, ironizando-o, pois também aqui, como em *Helena*, a história será outra, frustrando, assim, a expectativa do leitor.

A estratégia de Machado em utilizar um personagem como narrador da história, pode levar o leitor a confundir a voz do narrador da ficção com a do autor. Esse, porém, é um recurso recorrente nas obras do escritor carioca, como, por exemplo, em *Dom Casmurro*, onde o autor utiliza um advogado – Bento Santiago –, personagem do romance, para contar a história. Essa estratégia traz o leitor para dentro da trama,

⁶ Para escrever sobre os narradores de *Casa Velha*, tomamos como referência o estudo crítico realizado por Fábio Figueiredo Camargo sobre “*Dom Casmurro* ou as curiosidades de Capitu”, publicado em *A escrita dissimulada: Um estudo de Helena, Dom Casmurro, e Esaú e Jacó*, de Machado de Assis. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2005, tendo em vista que os narradores tanto de *Casa Velha* quanto de *Dom Casmurro*, ambos em primeira pessoa, são semelhantes.

seduzindo-o e aguçando sua curiosidade para saber qual será o desfecho da mesma.

Segundo Eugênio Gomes, em *O enigma de Capitu*, o narrador Bento Santiago recorre ao uso “metalinguístico” como meio de chamar a atenção do leitor. O estudioso afirma ainda que, através desse recurso, pode-se separar uma voz que não é a de Bento Santiago, a qual ele denomina de “voz autoral” (GOMES, 1967, p. 5). Partindo dessa noção, ao analisar a novela *Casa Velha*, observamos que Machado de Assis diferencia-se do Cônego e, assim como este, ao escrever *Casa Velha*, faz seu jogo de sedução para conquistar seus leitores. Esse jogo de sedução de Machado para com seus leitores acaba se tornando uma via de mão dupla, em que, se por um lado o escritor seduz os leitores para a narrativa, fazendo com que se identifiquem com seu narrador, por outro lado, conduz a narrativa para outro caminho, que nem sempre será aquele esperado por seus leitores.

Em *Um mestre na periferia do capitalismo*, Roberto Schwarz faz um estudo sobre a “dupla narração” em *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Para o crítico, existem

[...] dois registros literários, um de grande porte intelectual, outro mais acanhado [...]. A distância e a proximidade entre os dois, a sua alternância, a respiração e o *modus vivendi* que estabelecem – conjunções desabusadas, cuja verdade entretanto é arrebatadora – são feitos notáveis de arquitetura e orquestração narrativa (SCHWARZ, 1992, p. 58-59).

Como se percebe, Schwarz aponta para a existência de dois discursos numa mesma narrativa. O primeiro, ele classifica de “grande porte intelectual”, que seria a voz do escritor, e o outro discurso como “mais acanhado”, que se disfarça de intelectual, porém não o é. Este seria o discurso do narrador personagem. Essa observação feita sobre *Memórias póstumas de Brás Cubas* serve muito bem para *Casa Velha*, e isso é notório quando Schwarz afirma que existe

um enredo portanto que serve à exposição metódica de um modo de ser, mais que ao desenvolvimento de uma ação, e que faz supor um narrador atrás do narrador, um narrador interessado em conseqüências, o oposto enfim de um narrador volúvel (SCHWARZ, 1992, p. 79).

Essa avaliação proposta por Schwarz corrobora a análise de John Gledson, em *Impostura e realismo*, em que o autor desenvolve a teoria do narrador enganoso em

Dom Casmurro. Geralmente nos romances e contos machadianos, escritos em primeira pessoa, é comum o escritor utilizar esse recurso, da dupla narração, como um disfarce para enganar seus leitores. Para Gledson,

não devemos deixar de reconhecer o seguinte: embora Bento possa ser um enganador, ele é também um enganado. Isto é, não está – e por temperamento não pode estar – ciente de certos significados de sua história. Em outras palavras, Machado em *Dom Casmurro*, não abre mão de alguns comentários “externos”, que se podem associar às narrativas em terceira pessoa, onde há claramente uma presença que transcende à das próprias personagens. [...] em muitos outros casos, como veremos, Machado dissemina indícios dos significados ocultos do romance, dos quais, na ordem natural das coisas, Bento não pode ter ciência (GLEDSON, 1991, p. 21-22).

Segundo o raciocínio apresentado, há dois narradores que narram, ao mesmo tempo, uma mesma história: um seria Bento Santiago que, na tentativa de enganar seus leitores, acaba sendo “enganado”, por não ter ciência sobre alguns conceitos de sua escrita, e o outro, a voz autoral, que tem o controle da narrativa. Podemos utilizar a mesma proposição para analisar o narrador de *Casa Velha*. Fábio Figueiredo Camargo, em seu estudo sobre a escrita dissimulada machadiana, denomina o narrador que se aproxima da voz autoral ou que assume essa posição como “narrador-operador”, aquele narrador que se sobrepõe ao outro, o narrador-personagem, como uma voz “superior”, situando-se mais próximo do narrador onisciente da narrativa tradicional. Para o escritor, “é clara a posição de Machado de Assis na produção do texto, já que o narrador-personagem seria um mero fantoche nas mãos de seu narrador-operador” (CAMARGO, 2005, p. 76).

Corroborando a visão de Camargo, observa-se que todos esses narradores aos quais nos referimos aqui, como Bento Santiago, Brás Cubas e o Cônego, resolveram escrever suas histórias, talvez “sem dominarem uma arte, uma técnica de escrita”. A diferença desses narradores para o narrador–operador é que este último “domina uma técnica de escrita,” apesar de ser “igualmente fictício” (CAMARGO, 2005, p. 77).

O Cônego, por meio de sua escrita, procura, nesse diálogo com o leitor, passar uma imagem de alguém que, apesar de seus desvios, possui qualidades como esperteza e inteligência, dentre outras virtudes. Gledson afirma sobre a dissimulação que está por trás do narrador-personagem.

É característico do uso que Machado de Assis faz do narrador em primeira pessoa, seja ele Brás Cubas, o Conselheiro Aires, ou o padre de *Casa Velha*, que *Machado está, de fato, bem distante do ponto de vista deles*: o fato de todos serem, em graus diversos, convincentes e simpáticos como personagens é parte essencial desse distanciamento – *foram intencionalmente concebidos para agradar o leitor, aliciá-lo no sentido de aceitar o ponto de vista do narrador* (GLEDSON, 1991, p. 8. Grifos nossos).

A forma de Machado de Assis trabalhar o texto literário e suas diversas formas de expressão é o que nos chama mais atenção, pois sempre encontramos nas entrelinhas de seus textos e nos comentários por meio de seu personagem-escritor certo grau de especulação, de crítica e de denúncia. Um dos meios utilizados por Machado para dissimular, ou seja, esconder do leitor sua ação, é feito por meio de uma quebra da sequência natural da trama; com isso, dificulta a percepção do leitor, uma vez que o mesmo não tem acesso aos fatos de forma cronológica. Segundo Camargo, “esse tipo de desvio mina as certezas do leitor, fazendo com que este se perca em meio à narrativa” (CAMARGO, 2005, p. 79).

Sobre o processo narrativo machadiano, Raymundo Faoro afirma que o narrador está

sempre acompanhado, ao evocar um episódio, uma personagem, um retalho do passado, do olho zombeteiro de alguém que raciocina desarticulando a fluidez do relato. A associação dos contrários se revela a todo o tempo, seja com a intervenção do autor ou de um anônimo bisbilhoteiro. O escritor, para evidenciar seu jogo, coloca-se diante do leitor, em caminhos ora opostos, ora cruzados. O diálogo esconde o narrador armado de florete, não sem entremostrá-lo na manga do casaco. O confronto das duas entidades – escritor e leitor – tem caráter antitético, às vezes alternando-se, como duas vozes num coro, desdobrando-se, no momento de clímax, na oposição competitiva, agonal, quando os atores acentuam sua individualidade, rompendo o consenso de vozes (FAORO, 1974, p. 403).

Como se percebe, Machado desarticula a “fluidez do relato”, como estratégia para esconder, muitas vezes, nos diálogos entre narrador e leitor as verdadeiras intenções por trás das ações desse narrador. Notamos que na tentativa de o personagem-escritor, o Cônego, enganar o leitor, ele acaba enganando a si mesmo, tendo em vista que ele não expressa sua vontade e sim a vontade da voz autoral que conduz toda a trama da novela.

3.3 O Cônego – narrador

O Cônego, personagem-narrador, após reconhecer não ter vocação para o sacerdócio, decide escrever uma obra política sobre a história do reinado de D. Pedro I. Ao recolher materiais de pesquisa para sua escrita, descobre que, em certa casa da cidade, encontraria, além dos livros que poderia consultar, muitos outros papéis manuscritos reservados, visto que o dono da casa, falecido há muitos anos, havia sido ministro de Estado. Resolve buscar ajuda de outro padre, o padre Mascarenhas, capelão da casa, cujo nome é bem sugestivo, pois traz a conotação de “máscara”. Acreditamos que esse nome dado ao padre foi pensado estrategicamente por Machado para ironizar o comportamento dessa sociedade que mascara suas ações, quando as mesmas envolvem interesses que estão acima de suas potencialidades. Se levarmos em consideração que o ambiente no qual o Cônego se instalaria, a casa velha, não lhe era um ambiente familiar, ele precisaria da máscara da cordialidade para adentrar a casa. Para sentir-se aceito e ao mesmo tempo realizar seu projeto de escrita, o Cônego, então, busca a ajuda do padre Mascarenhas, o qual representaria a possibilidade de sua entrada na casa. A máscara é o que apresenta o sujeito à sociedade, estando à sua frente, portanto, chega antes.

Para Gledson, o narrador-padre é “na superfície, meramente o agente através do qual a verdade é descoberta, o estranho no mundo patriarcal, fechado, da casa grande e que tropeça em seus mais terríveis segredos” (GLEDSON, 1986, p. 30). O problema é que esse agente, ao revelar os segredos da casa velha, acaba também por revelar suas fraquezas e desejos quando se envolve diretamente na trama e não consegue mais se desvencilhar. Não devemos esquecer que o fato de ser padre deu a ele uma posição social, mas ele não possui o que, comumente, se chama de estirpe. Desnecessário dizer que ser padre era uma das formas de ascensão social para os filhos de famílias pobres no Brasil do século XIX.

Sobre a narrativa de *Casa Velha*, é possível dizer que existem três ficções: a primeira refere-se à própria novela *Casa Velha*, na qual há uma voz autoral que se sobrepõe à voz do narrador ficcional – o Cônego; a segunda refere-se à história que o Cônego narra, na qual a voz é do próprio Cônego; e a terceira refere-se à história sobre o incesto que dona Antônia inventa e utiliza o Cônego para contar. O narrador apresenta a personagem dona Antônia que, por meio de orações lacunares e de seus gestos, passa

a ser também narradora, sem muito dizer com palavras. Nessa ficção, o Cônego acaba por concluir que o incesto é verdadeiro. No entrelaçar de vozes, há sempre a possibilidade de esses narradores dissimularem e esconderem suas verdadeiras intenções.

Machado utiliza o Cônego como escudo para tecer sua crítica à sociedade patriarcal do século XIX. Este, por sua vez, esconde suas fraquezas justificando sempre na religiosidade seus atos pecaminosos, enquanto dona Antônia sente-se no direito de justificar suas mentiras por se considerar a defensora da ordem familiar. Nesse labirinto de informações, não há possibilidades de o leitor encontrar alguma “verdade” no discurso desses narradores, e nem Machado quer isso, na verdade; ele quer mesmo é desmascarar toda a dissimulação que gira em torno do sistema paternalista.

De início, existe todo um protocolo para conseguir adentrar a Casa Velha, a qual não era uma casa qualquer; além de pertencer a um ex-ministro de Estado e exalar um “cheiro de vida Clássica” (ASSIS, 1944, p. 31), era necessária a permissão de seus donos para poder conhecer seu interior. A casa será o palco onde toda a trama ocorrerá, e, antes de abrir as portas da propriedade e prosseguir na análise da novela e de seus moradores, convém mostrar toda representatividade que compõe a descrição exterior que o Cônego faz dela.

A casa, cujo lugar e direção não é preciso dizer, tinha entre o povo o nome de Casa Velha, e era-o realmente: datava dos fins do outro século. Era uma edificação sólida e vasta, gosto⁷ severo, nua de adornos. Eu, desde criança, conhecia-lhe a parte exterior, a grande varanda da frente, os dois portões enormes, um especial às pessoas da família e às visitas e outro destinado ao serviço, às cargas que iam e vinham, às seges, ao gado que saía a pastar. Além dessas duas entradas, havia, do lado oposto, onde ficava a capela, um caminho que dava acesso às pessoas da vizinhança, que ali iam ouvir missas aos domingos, ou rezar a ladainha aos sábados (ASSIS, 1944, p. 26-28).

Apesar de o narrador sentir-se no direito de omitir informações quanto à localização da casa, não é difícil imaginarmos que ela se situava num lugar privilegiado da sociedade carioca. Pela descrição detalhada, verificamos a força de um período hegemônico colonial, que insiste em permanecer vivo não só na estrutura clássica da

⁷ Não foram feitas correções ortográficas nas citações de *Casa Velha*, que permanece conforme o original publicado em 1944 e utilizado para esta pesquisa.

construção, mas também na imponência social que ela continuava exercendo sobre a vida e os costumes de seus moradores já no século XIX. Para demonstrar de forma realista toda imponência dessa casa, o narrador utiliza algumas expressões como “edificação sólida”, “gosto severo”, “nua de adornos”, etc.

Esses arranjos de palavras representam muito mais do que uma mera descrição da casa. Eles servem, também, para caracterizar uma sociedade aristocrática, que, para manter uma tradição herdada de seus antepassados, utilizava esses mesmos atributos para se manter no poder. Também, como Faoro observa, na ficção de Machado há impressionante acúmulo de referências a carros, como carruagens e seges, que expressam o luxo, a pompa e a grandeza das personagens (FAORO, 1974, p. 41).

Quando o narrador afirma conhecer somente o exterior dessa casa, dá-nos a entender que seu sonho, desde criança, era conhecer seu interior. Provavelmente, todas as vezes que ele passava por aquelas imediações, renovava suas esperanças de um dia não só conhecer as entranhas daquela habitação, mas também fazer parte dela. Ele, como Cônego, não medirá esforços para isso e utilizará do poder da Igreja para conseguir realizar seu sonho. Na verdade, esse parece ser o desejo de todos aqueles que estão situados numa classe menos favorecida e que esperam, um dia, ascender socialmente. A dificuldade para adentrar a casa seria uma forma de Machado revelar, através de seu personagem-narrador, todos os meios que essa sociedade utilizava para defender a uniformidade, a manutenção da ordem patriarcal por parte da elite. Tal como o narrador enfatiza, ao descrever a casa neste trecho: “uma espécie de vila ou fazenda, onde os dias, ao contrário de um rifão peregrino, pareciam-se uns com os outros; as pessoas eram as mesmas, *nada quebrava a uniformidade das cousas, tudo quieto e patriarcal* (ASSIS, 1944, p. 32. Grifos nossos).

No trecho citado anteriormente, a separação de classes sociais fica bem clara, também, quando o narrador aponta as entradas da fazenda e declara que os serviçais não podiam utilizar a mesma entrada destinada aos familiares da casa. Nessa entrada que dava acesso aos serviçais, eram constantes a chegada e saída de cargas, o que enfatiza a auto-suficiência da casa velha. Além disso, dentro da propriedade havia uma capela particular, usada também pelos moradores locais. Entretanto, nem todos podiam adentrá-la, pois os menos favorecidos tinham que assistir às missas do lado de fora, pelas janelas da capela.

Apesar de o personagem-narrador entrar na casa com um objetivo traçado – escrever a história política de D. Pedro I –, esse objetivo se perde quando ele se envolve no conflito e interfere nas relações da casa. Seu projeto idealizado fica em segundo plano, até porque, por trás desse projeto, como já dissemos, há um outro projeto, esse da voz autoral, que é denunciar os antagonismos de uma sociedade calcada no patriarcalismo e suas convenções sociais.

Toda cordialidade do Cônego quando chega à casa, é uma estratégia para ganhar a afeição da família e ter livre acesso para desenvolver seu projeto. Observemos como o narrador descreve sua atenção ao filho da matriarca: “[...] redobrei a atenção com o filho. Fi-lo sem esforço; mas pode ser também que entrasse por alguma cousa, naquilo, a necessidade de captar tôda a afeição da casa, por motivo do meu projeto” (ASSIS, 1944, p. 33). Como se percebe, o Cônego, seguro de suas habilidades persuasivas e adotando uma postura sedutora como forma de negociar sua permanência dentro da casa, investe toda sua atenção no filho da viúva. Como estranho no ninho, o religioso precisava desse artifício para se manter ali. Logrará êxito efêmero, uma vez que na negociação entre agregado e senhor de terras, sempre os agregados acabam ficando prejudicados ou com a menor parte. No caso do Cônego, ele se tornará vítima de suas próprias estratégias.

Noutro trecho, o Cônego se mostra vaidoso e presunçoso, conforme ele mesmo confessa: “A verdade é que era tão somente um homem lido e curioso [...] já disse que saí de lá encantado, e que os deixei igualmente encantados comigo” (ASSIS, 1944, p. 36-37). Pelo que notamos, o Cônego sente-se confiante em sua retórica. Até porque, como sacerdote, deve ter adquirido o conhecimento de como utilizar o recurso argumentativo, persuasivo, para convencer seus ouvintes. No entanto, no decorrer da narrativa, percebemos que o próprio narrador se revelará frustrado com seu objetivo e que ele não era tão esperto assim. Em diversos trechos, o Cônego afirma que não está com a consciência tranquila acerca de sua função nessa casa. Depois de certa pressão, exercida por dona Antônia, para que o padre convencesse o filho dela a ir para a Europa na companhia dele, ele parece já desconfiar do que lhe viria a acontecer: “pareceu-me que o melhor de tudo era acelerar a conclusão do trabalho, e despregar-me de uma intimidade que podia trazer complicações ou desgostos” (ASSIS, 1944, p. 43). Embora ciente dos riscos que estaria enfrentando, em momento algum o Cônego procura

desvencilhar-se dos conflitos da casa. Pelo contrário, cada vez mais ele se revelará uma pessoa movida pela curiosidade que tenta desvendar os segredos daquela casa. É interessante notar que o narrador-personagem, ao narrar os conflitos de uma família tradicional, acaba por revelar também seus conflitos, os quais serão desnudados através de suas ações que até então procurava esconder, por trás da batina do sacerdócio.

Apesar de estar na casa como escritor e não como sacerdote, o Cônego exerce a função de conselheiro sacerdotal e, por trás de seus conselhos, esconde seus sentimentos quando tenta ajudar Lalau e é atraído pelos encantos da moça.

Criatura espiritual e neutra, cabia-me tão-somente alegrar-me com a declaração da moça, aprová-la, e santificá-la ante Deus e os homens. Que incômodo era então êsse? Que sentimento espúrio vinha mesclar-se à minha caridade? Que contradição? que mistério? Tôdas essas interrogações surgiram do fundo da minha consciência, não assim formuladas, com a sintaxe da reflexão remota e fria, mas sem liame algum, vagas, tortas e obscuras. Já se terá entendido a realidade. Também eu amava a menina. Como era padre, e nada me fazia pensar em semelhante cousa, o amor insinuou-se-me no coração à maneira das cobras, e só lhe senti a presença pela dentada do ciúme (ASSIS, 1944, p. 72).

O narrador tenta iludir-se, a princípio, sobre a verdadeira natureza de seu interesse por Lalau, confundindo seu sentimento com amor ao próximo que, como sacerdote, era seu dever. Essa é mais uma estratégia do narrador-personagem para iludir o leitor sobre o seu real interesse por Lalau, através da retórica. Ele, já sabendo de seu amor por ela, lança perguntas como se não soubesse as respostas, muito embora já as soubesse de antemão. Essa é uma forma de o narrador-personagem dissimular, lançando ideias formuladas, vagas, na tentativa de esconder do leitor sua verdadeira intenção para com a moça. Nessa ilusão, cuida de tratar do casamento de Lalau com Félix, filho de dona Antônia, mesmo que isso lhe traga sofrimento.

Gledson, citando Pereira, sobre *Casa Velha*, afirma que ela “[...] sugere, certamente com razão, que o ciúme inconsciente está trabalhando aqui” (PEREIRA, *apud* GLEDSON, 1986, p. 31). Pela curiosidade do Cônego-narrador, vão sendo reveladas as atitudes pouco convencionais para um padre. Ele instiga a matriarca a revelar o porquê da não aceitação do casamento de seu filho Félix com Lalau, e acaba tornando-se cúmplice dela.

Não adverti sequer na minha cumplicidade. Em verdade, eu é que proferi as palavras que ela trazia na mente. Se me tenho calado, chegaria ela a dizê-las? Pode ser que não; pode ser que lhe faltasse ânimo para mentir. Tocada de malícia, o coração dela achou na minha condescendência um apoio, e falou pelo silêncio. Assim, vai a vida humana: um nada basta para complicar tudo (ASSIS, 1944, p. 103).

Nota-se que o Cônego, com todo seu empenho em encorajar o casamento, mostra, na verdade, que suas intenções não eram bem essas, e sim, o contrário, pois o que gostaria é de encontrar um meio para impedir o casamento. Talvez seja por isso que forçou a confissão da mentira pela viúva, sobre o possível incesto, acatando-o, sem nenhum esforço em contrário, como verdade, mesmo com a possibilidade dela estar mentindo.

Faoro, em seu texto sobre os padres do século XIX, adverte que,

O ofício de conselheiro, de orientador de casamentos, *pode queimar os dedos*. Os caminhos que levam à carne não são apenas os de Teófilo, náufrago de suas ilusões apostólicas [...]. Sob a mesma inspiração – o esvaziamento do ideal superior – outros perigos espreitam o conviva das famílias. Não casará o padre, muita vez, por intermédio de seus candidatos, violando o dever de guardar a castidade? Este é o caso do cônego da Capela Imperial [...] (FAORO, 1974, p. 457. Grifos nossos).

Por sua não vocação sacerdotal, o Cônego poderia estar sujeito a deixar-se levar pelos sentimentos carnavais. Ele próprio assume seu lado “carnal” quando admite seu desejo e ciúme do amor entre Lalau e Félix.

Dêste modo, a causa íntima da proteção que eu dava à pobre moça era, sem saber, um sentimento especial. Onde êles viam um simples protetor gratuito existia um homem que, impedido de amar na terra, procurava ao menos fazê-la feliz com outro (ASSIS, 1944, p. 72).

Pelo que notamos, a atitude do padre pode até parecer coerente com sua função de intermediário entre Deus e os homens aqui na terra. Quando tenta fugir desse sentimento demonstra, no mínimo, humildade em reconhecer sua fraqueza. No entanto, ele terá outras atitudes que não irão condizer com seu papel de sacerdote, apesar de dissimulá-las, assemelhando-se a um intermediário divino.

No decorrer da narrativa, encontramos algumas atitudes que põem em xeque o

caráter do narrador, tendo em vista que suas ações, aparentemente boas, conduzem para revelar o outro lado de seus atos. Um exemplo que podemos citar é a suspeita do Cônego sobre as intenções de Félix quanto ao seu envolvimento com Lalau: “[...] pela primeira vez, suspeitei que as intenções do rapaz podiam ser mui outras das que lhe supunha até então, que haveria nêle, porventura, em vez de um marido, um sedutor” (ASSIS, 1944, p. 63). Pela impressão do narrador-personagem, Félix queria apenas desfrutar da moça e não tinha intenções de se casar, até porque havia uma distância social entre eles: “Félix achara um modo de conciliar umas e outras, amando sem casar” (ASSIS, 1944, p. 64). Tal situação preocupa o Cônego, que assim desabafa: “Estava irritado com o rapaz, temia por ela, e não atinava com o que cumpria fazer” (ASSIS, 1944, p. 64). Porém, a preocupação exacerbada do Cônego para com esse possível desfecho, embora possa parecer ao leitor como defensor da moral cristã e do próximo, em nosso entendimento, esconde outra questão em jogo que o próprio narrador-personagem descreve como “um segredo de consciência”, o fato de que ele estava completamente envolvido com Lalau: “Lalau não me saía da cabeça; as palavras dela, suas maneiras, ingenuidade e lágrimas acudiram-me em tropel à memória, e davam-me fôrça para tentar dominar a situação e desviar o curso dos acontecimentos” (ASSIS, 1944, p. 65). Pela visão do Cônego, tanto Félix não podia se casar com Lalau, por uma questão social, quanto ele, haja vista que sua posição de sacerdote obrigava-o a manter-se casto, restando-lhe apenas amar platonicamente.

Quando o Cônego descobre que o sentimento do casal era recíproco, e não era nada daquilo que ele imaginava, mais uma vez utiliza de sua autoridade de conselheiro e se põe como intermediário dessa relação, confessando ao leitor essa vaidade.

É bem possível que eu fôsse para êles como o traço de pena que liga duas palavras; é certo porém, que gostavam de mim. Eu entre ambos, com a minha batina (deixem-me confessar esta vaidade) tinha uns ares de bispo Cirilo entre Eudoro e Cimódoce (ASSIS, 1944, p. 53).

De acordo com Gledson, a menção feita, pelo narrador, ao bispo Cirilo e aos apaixonados Eudoro e Cimódoce, refere-se aos personagens do romance francês *Les Martyrs*, livro publicado pelo escritor francês François-René de Chateaubriand, em 1809 (GLEDSON, 1986, p. 33). O crítico cita o fato, apontando para o martírio dos enamorados do romance. No nosso entender, essa história demonstra uma das *mise en*

abyme que Machado de Assis fez uso frequente em seus textos: utilizar uma narrativa encaixada a outra para adiantar o desfecho da narrativa. No caso, o Cônego, como o bispo Cirilo, não será martirizado, mas os enamorados, Félix e Lalau, pagarão pelo afeto correspondido. Além desse jogo machadiano intertextual, o que se percebe aqui é mais uma vez a utilização da autoridade do Cônego, como sacerdote e conselheiro, para justificar suas próprias ações questionáveis. Ele se vangloria desse poder, o qual utiliza não por princípio religioso e sim por mera conveniência, conforme ele mesmo afirma.

Entre a verdade daquele conceito e o impulso do meu próprio coração, introduzi um princípio religioso, e disse a mim mesmo que era a caridade que me obrigava, que no Evangelho acharia um motivo anterior e superior a tôdas as convenções humanas (ASSIS, 1944, p. 64).

Acreditamos que o Cônego utilize o discurso religioso para esconder seu principal interesse nessa relação, que seria acompanhar de perto seu desfecho, torcendo para que aparecesse algum fato novo que viesse mudar essa história em seu favor.

Outro ato que se pode questionar na postura do Cônego se refere à influência que ele exerce sobre a vida de Félix, desde o início da narrativa. Um dos trechos que nos chama mais atenção é o que se refere à ocasião em que ele tenta esconder de Félix o verdadeiro conteúdo “truncado” que existia em um dos livros da biblioteca. A princípio, a atitude do Cônego, para muitos, parece coerente com sua função de defensor da moral cristã. Mas, se levarmos em consideração que, por trás desse personagem-narrador há uma voz superior que o conduz para onde bem entender, é possível que o Cônego instigue Félix a ler a obra proibida, mesmo de forma indireta. Isso parece evidente, quando o Cônego coloca o livro no mesmo lugar de onde havia sido tirado, não demonstrando nenhuma preocupação em Félix encontrá-lo. Vejamos a história:

[...] casualmente dei com os olhos na *Storia Fiorentina* de Varchi, edição de 1721. Confesso que nunca tinha lido êsse livro, nem mesmo o li mais tarde; mas um padre italiano, que eu visitara no Hospício de Jerusalém, na antiga rua dos Barbonos, possuía a obra e falara-me da última página que, em alguns exemplares, faltava, e tratava do modo descomunamente sacrílego e brutal com que os Farneses trataram o bispo de Fano.

– Será o exemplar truncado? disse eu.

– Truncado? repetiu Félix.

– Vamos ver, continuei, eu, correndo ao fim. Não, cá está; é o cap. 16 do liv. XVI. Uma coisa indigna! *In questanno medesimo nacque un caso...* Não vale a pena ler; é imundo.

Pus o livro no lugar. Sem olhar para Félix, sentia-o subjugado. Nem confesso êste incidente, que me envergonha, senão porque, além da resolução de dizer tudo, importa explicar o poder que desde logo exerci naquela casa, especialmente no espírito do moço (ASSIS, 1944, p. 36).

Essa história, contada em partes pelo Cônego, segundo Gledson, refere-se ao caso de estupro de um jovem bispo, de 24 anos, praticado por Pier Luigi de Farnese, filho do papa Paulo III. O bispo morreu quarenta dias depois, aparentemente devido à vergonha. Para o historiador, Machado, com esse incidente, lança uma crítica sobre o papel da Igreja Católica ao ignorar esse fato. O próprio Papa Paulo III absolveu seu filho, através de uma bula papal (GLEDSON, 1986, p. 32). Raymundo Magalhães Júnior, em *Vida e obra de Machado de Assis*, afirma não entender o porquê de Machado citar essa história dentro de *Casa Velha*, tendo em vista que “tal passagem nada tem que ver com o desenvolvimento da intriga, embora acrescente cerca de meia página à narrativa [...]” (MAGALHÃES JUNIOR, 1981, p. 82). Discordamos do crítico, uma vez que Machado, ao utilizar um padre para narrar essa história, estaria ironizando a própria Igreja, colocando um de seus representantes para expor um problema que para muitos continuava escondido por trás da capa da religiosidade.

Machado poderia muito bem utilizar essa referência para explorar, por meio da metáfora, como sugeriu Gledson, a passividade de Félix em relação à trama, colocando-o como “subjugado” (GLEDSON, 1986, p. 33). Além disso, pode-se dizer que há sempre a possibilidade de o narrador-personagem estar mentindo, omitindo informações ou distorcendo os fatos, tendo em vista que o mesmo não leu a história, relatando apenas o que ouvira de outro padre. Podemos ainda apontar mais uma das *mise en abyme* machadianas, pois, ao se referir à história do bispo estuprodo pelo filho da maior autoridade religiosa Católica, o papa, podemos ler a sequência dos fatos por contiguidade, caso, por exemplo, Félix se aproveitasse de Lalau, como o próprio Cônego chegara a suspeitar. Notemos que o Papa Paulo III absolve seu próprio filho do ato bárbaro, assim como as classes senhoriais e a própria igreja fizeram, inúmeras vezes, com as mocinhas desencaminhadas pelos filhos dos senhores da Casa grande. Isso corrobora nossa visão de que Machado desmascara o paternalismo, através de seus contos, romances e novelas.

Nas palavras de Gledson “quanto mais se investiga o caráter do narrador-padre, mais tenebrosas se tornam as sombras, e igualmente percebemos a existência de mais

coisas em jogo nessa história do que parece à primeira vista” (GLEDSON, 1986, p. 36). Para um sacerdote, que devia pregar a ordem, ele acaba por se envolver demais com a guerra social que estava sendo travada dentro da casa, e se perde, pois nesse jogo de poder entre a tradição de uma classe superior e os agregados, como é o caso do Cônego-narrador, impera a lei do mais forte. Nesse caso, desvendar a história, como tentou o padre, traria o risco de ser desviado do seu projeto inicial. Seu projeto perdeu-se no caminho. A missão do Cônego nunca foi concluída, pois ele mesmo afirma: “Não escrevi a história que esperava; a que de lá trouxe é esta” (ASSIS, 1944, p. 53).

Segundo Faoro, “os padres de Machado de Assis, se suspeitam do conteúdo da vocação, na sua autenticidade, a desviam e eludem, apagando-lhe a luz genuína. [...] Muitos são os padres apostólicos, decepcionados pela cegueira do mundo, que se convertem em mornos restos da fé [...]” (FAORO, 1974, p. 459). O Cônego de *Casa Velha* é um desses frustrados que vaga perdido em outras funções, como escritor e político.

De acordo com Faoro, o Cônego de *Casa Velha* revela cada vez mais o perfil dos padres do século XIX, que Machado de Assis descreve com tanta maestria. São padres feridos pelo “dardo da cidade” (FAORO, 1974, p. 467). Muitos decidiram se tornar padres não pela vocação sacerdotal e sim em busca de ascensão social. Por isso, são padres que não conseguem permanecer fiéis dentro dos padrões eclesiais da Igreja, tornando-se devotos à família, entregues ao culto apenas pelo ritual. O importante para eles é que a tradição perdure e a ordem social se mantenha.

No nosso entender, Machado faz uso desse personagem-narrador para denunciar os antagonismos de classe, a desfaçatez de uma sociedade que dissimula, mente e faz de tudo para manter inalterados os costumes herdados de seus antepassados, além de criticar o papel dos padres do século XIX, que, muitas vezes, sem vocação para o sacerdócio, tornaram-se coniventes com essa sociedade e que, através do jogo de interesse, escondem-se atrás da capa de sua autoridade para interferir nas relações de família, camuflando seus desejos e suas fraquezas em busca de ascensão social.

3.4 Dona Antônia

Dona Antônia, matriarca da casa, pela descrição do narrador “governava êsse pequeno mundo com muita discrição, brandura e justiça” (ASSIS, 1944, p. 32). Herdeira de uma tradição, procura preservar o costume de seus antepassados com muita reverência e veneração. O narrador a descreve assim:

Era filha de Minas Gerais, mas foi criada no Rio de Janeiro, naquela mesma Casa Velha, onde casou, onde perdeu o marido e onde lhe nasceram os filhos – Félix, e uma menina que morreu com três anos. A casa fôra construída pelo avô, em 1780, voltando da Europa, donde trouxe idéias de solar e costumes fidalgos; e foi êle, e parece que também a filha, mãe de D. Antônia, quem deu a esta a pontazinha de orgulho, que lhe podia notar, e quebrava a unidade de índole desta senhora, essencialmente chã (ASSIS, 1944, p. 32-33).

Orgulhosa dessa missão, dona Antônia sente-se na responsabilidade de dar continuidade à vida tradicional de sua família, tendo suas ações voltadas para a defesa dos interesses da mesma. Filha de Minas Gerais, terra do ouro e de escravos que, historicamente, possui uma tradição forte no cenário nacional, ela representa bem o perfil de mulher da sociedade do século XIX que, com autonomia, assume a posição do marido em sua ausência, e com orgulho de linhagem e modéstia pessoal, administra a ordem da casa. Gledson afirma que apesar de dona Antônia ser associada à Casa Velha e exercer suas funções como uma matriarca, a Casa continua patriarcal, tendo em vista que o próprio narrador chama-a de “patriarcal” e “deixa bem claro que os deuses domésticos – os ancestrais de Dona Antônia, do sexo masculino, e seu marido morto – são todos homens” (GLEDSON, 1986, p. 51).

As mulheres machadianas geralmente são mulheres fortes, que procuram ir contra o sistema patriarcal quando se trata de sua ascensão social. Na novela, dona Antônia procura não contradizer a norma patriarcal no sentido de manter o domínio sobre seus dependentes, reproduzindo-a, até com mais severidade do que seu falecido marido. Ainda que essa autoridade seja exercida por uma mulher, suas atitudes paternalistas continuam o trabalho do marido.

De acordo com Pereira, as ações dessa matriarca serão sempre regidas conforme suas conveniências, pois dona Antônia apresenta

[...] o orgulho de linhagem e a modéstia pessoal, o culto pelo marido e a prepotência sôbre os demais, a piedade religiosa e a ausência de escrúpulos quando se tratava de conseguir o que lhe parecia ser o bem e o interêsse da família, a natural bondade e a convicção de que os sentimentos se regem pelas conveniências (PEREIRA, 1944, p. 15).

Subtende-se que dona Antônia, como representante da sociedade patriarcal, não medirá esforços para defender seu status e a permanência no poder, mesmo que seus atos sejam disfarçados em bondade e piedade.

Apesar de ser descrita pelo narrador como reservada, conservadora e defensora da família, permitirá que uma pessoa estranha, no caso o Cônego, adentre sua casa, vasculhe os papéis de sua família e passe a fazer parte dos conflitos da mesma. Essa atitude parece contraditória com as informações que recebemos do narrador sobre o perfil dessa viúva. Porém, no decorrer da narrativa, descobriremos, pela própria fala do narrador, que a atitude de dona Antônia, que gira em torno dessa abertura, é calculada conforme suas conveniências e interesse. A ela importa ganhar a confiança dele, tornando-o seu aliado para convencê-lo a separar seu filho da agregada Lalau.

Na verdade, o que vemos aqui é uma aliança entre o poder patriarcal e a Igreja, com o objetivo de perpetuar a ordem familiar e a moral cristã, dos quais tanto um quanto o outro se julgava defensor. Quando nos referimos ao termo ‘aliado’, é bom deixar claro que esse termo não nivela as relações, pois apesar de o Cônego ser um legítimo representante da Igreja, continuará sendo um agregado dessa casa. Aliado, nesse caso, só beneficiará um lado, o da classe detentora do poder que é representada pela matriarca.

Após observar a relação amistosa que há entre o Cônego e seu filho Félix, dona Antônia parece encantada e orgulhosa. Percebe-se isso na recepção feita ao Cônego por ela: “– Reverendíssimo, a casa está às suas ordens [...] Fiz o que o Sr. Padre Mascarenhas me pediu, e a muito custo, não porque o não julgue pessoa capaz mas porque os livros e papéis de meu marido ninguém mexe nêles” (ASSIS, 1944, p. 34). Essa cortesia, nada mais é do que a cordialidade brasileira apontada por Sérgio Buarque de Holanda, e o Cônego pagará um alto preço por ter recebido esse favor.

Certo dia, na biblioteca da casa, dona Antônia, conversando com o Cônego, propõe que ele convença Félix a acompanhá-lo à Europa, e justifica-se: “eu já reparei, apesar do pouco tempo, que Vossa Reverendíssima e êle gostam muito um do outro”

(ASSIS, 1944, p. 39). Observe-se que ela não justifica o real motivo para que o Cônego leve seu filho para a Europa, preferindo destacar a relação amistosa que existia entre eles, como motivo para essa viagem. Logo em seguida, oferece ao Cônego brindes como a “boceta de rapé” de seu falecido marido. Essa pressão é exercida tão fortemente, que o próprio Cônego fica incomodado com a situação, a qual o narrador assim descreve: “As instâncias de D. Antônia, as razões dadas, as reticências, e finalmente aquele mimo, sem outro motivo mais que cativar-me e obrigar-me, tudo isso dava que cismar” (ASSIS, 1944, p. 41). Justifica-se o fato de o Cônego se sentir pressionado tendo em vista que, para ele já estaria bom demais estar ali dentro daquela casa e, além disso, não é comum uma pessoa estranha receber tantos “mimos” de alguém que acabara de conhecer. Essa relação é desigual, ainda mais que o Cônego não conhece o terreno em que pisa. Dona Antônia conhece, sabe o que quer, porém não revela ao Cônego, de imediato, seu intento. Pela narrativa do Cônego, ela revelará aos poucos, ou melhor, deixará que o Cônego se envolva até descobrir o que ela realmente quer – separar seu filho de Lalau.

Cabe a Félix revelar ao Cônego quais eram as verdadeiras intenções de sua mãe, a qual, para separar Lalau dele, chega a inventar um candidato, no caso Vitorino, um cocheiro da fazenda, para casar-se com Lalau. Questionado sobre como explicava o sentimento de dona Antônia pela menina, Félix responde:

– O senhor não conhece mamãe. É um coração de pomba, e gosta dela como se fôsse sua filha. Mas coração é uma cousa, e cabeça é outra. Mamãe é muito orgulhosa em cousas de família. Seria capaz de velar uma semana ou duas, à cabeceira de Lalau, se a visse doente; mas não consentiria em casá-la comigo. São coisas diferentes (ASSIS, 1944, p. 70).

Pela descrição do filho da viúva, parece que está aqui, em jogo, a relação entre a tradição e o sentimento. Por mais que dona Antônia gostasse de Lalau como se fosse sua filha, a tradição familiar, os costumes e a manutenção do seu *status* social prevalecerão sobre qualquer sentimento. Aos olhos dessa sociedade, não há possibilidade de haver relação entre pessoas de classes sociais distintas. Nesse caso, a razão sempre falará mais alto do que a ligação afetiva.

Quando questionada pelo Cônego sobre os motivos de não aceitar o casamento de seu filho com Lalau, dona Antônia, como uma forma de defesa, posiciona-se como

vítima dentro desse sistema: “Conspiram contra mim. Bem; que quer de mim Vossa Reverendíssima? Que meu filho se case com Lalau? Não pode ser” (ASSIS, 1944, p. 78). Sentindo-se pressionada dentro de seu próprio mundo, no qual, um dia o padre Mascarenhas a lisonjeava, dizendo ser a “imperatriz em algum ponto da terra” (ASSIS, 1944, p.77), dona Antônia defende-se utilizando o discurso da ordem familiar e da satisfação que teria que dar para a sociedade na qual ela estava inserida.

Nós não vivemos no mundo da lua, Reverendíssimo. Meu filho é meu filho, e, além dessa razão, que é forte, precisa de alguma aliança de família. Isto não é novela de príncipes que acabam casando com roceiras, ou de princesas encantadas. Faça-me o favor de dizer com que cara daria eu semelhante notícia aos nossos parentes de Minas e de São Paulo? (ASSIS, 1944, p. 78-80).

Como representante de uma tradição, não seria ela quem deixaria quebrar essa ordem. Seu discurso preconceituoso e egoísta revela até que ponto essa sociedade chega para defender seu nome, seu brasão e sua identidade. Quando envolve a tradição familiar, ela não está preocupada com o sentimento do casal, mas em dar satisfação para a sociedade e a si própria. Para Gledson, dona Antônia não tenta impedir o casamento de Lalau e Félix por rancor, mas porque ela age – de maneira bem intencional e consciente, é claro – de acordo com os ditames de sua classe (GLEDSON, 1986, p. 46).

Dona Antônia parece ter consciência de tudo que poderia ir contra sua decisão e se arma de todas as formas, inclusive discute com o Cônego, no mesmo nível, no que se refere ao discurso religioso. Quando questionada pelo Cônego sobre o fato de Jesus Cristo ter nascido nas palhas, ser de origem humilde assim como Lalau, ela responde utilizando o próprio discurso do sacerdote:

– Sim, senhor; mas nesse caso que mal há em casar com o Vitorino? Filho de segeiro não é gente? Diga-me! Para que ela case com meu filho, Nosso Senhor nasceu nas palhas; mas para que case com Vitorino, já não é a mesma coisa... Diga-me! (ASSIS, 1944, p. 80).

Percebe-se que a palavra da viúva sempre é a última e cabe ao Cônego aceitá-la, mesmo sendo ele aquele que, supostamente, detém o poder sobre o discurso bíblico. Mais uma vez, nota-se que entre o poder do dono da casa, mesmo que seja uma senhora, e o poder do agregado, mesmo que seja um representante divino, o paternalismo se

organiza de modo a se sobrepor à ordem vigente. É o poder do patriarca que comanda as relações dentro da casa grande. E o poder do patriarca é o poder da elite.

Há momentos na narrativa em que dona Antônia parece reconhecer sua maldade em relação às pessoas que a confrontam. Por exemplo, ela reconhece que a escolha de Vitorino como candidato para casar-se com Lalau era apenas para castigar um pouco a menina. E chega a pedir perdão ao Cônego por seu orgulho ofendido. Mas, logo em seguida, reafirma seu objetivo, chamando o Cônego para ajudá-la nesse ato. “[...] Em todo caso, não seja contra mim; ajude-me antes a arranjar esta dificuldade que surgiu aqui em casa [...]” (ASSIS, 1944, p. 81). Percebe-se, então, mais uma vez, que ela faz uso de sua autoridade para expressar sua vontade, condicionando, ao mesmo tempo, o Cônego a submeter-se a ela.

Após esse pedido, o narrador-personagem passa a descrever as reações físicas e gestuais de dona Antônia como se ela estivesse querendo sugerir algo: “abanou a cabeça duas ou três vezes [...] Tinha as feições um tanto alteradas, como que iluminadas [...] olhou, olhou, recompôs a fisionomia e levantou-se [...]” (ASSIS, 1944, p. 86-87). O Cônego suspeita que dona Antônia esteja elaborando alguma estratégia para separar o casal, como de fato acontece. Após grande pressão, dona Antônia é induzida por ele a contar o que ela sabe. A partir desse momento, o narrador-personagem deixa de lado sua narrativa para narrar a história contada por dona Antônia. Observemos o trecho que se segue:

Dona Antônia hesitou um pouco; depois, resoluta:

– Ouça-me!

Respondi que estava às suas ordens, e esperei.

D. Antônia passou a mão pelos olhos, sacudiu a cabeça, e perguntou-me se não suspeitava alguma causa absoluta de impedimento entre o filho e Lalau.

– Causa absoluta!

– Sim, murmurou ela, a mêdo, baixando e erguendo os cílios, como envergonhada. [...]

– Está explicado.

– Seu marido...?

D. Antônia fêz um gesto afirmativo, e desviou os olhos. Tinha a cara que era um lacre (ASSIS, 1944, p. 100).

Notamos que dona Antônia não revela, de imediato, o possível incesto dentro de sua casa; ela somente o sugere, deixando para que o Cônego revele o fato que poderia mudar o destino do casal. O narrador descreve os gestos faciais e corporais de dona

Antônia: “passando as mãos pelos olhos”, “sacudindo a cabeça”, “baixando e erguendo os cílios”, “desviando os olhos como se estivesse envergonhada”. Percebe-se, nesse discurso de dona Antônia, sugerindo o suposto incesto, que no diálogo com o Cônego há uma narrativa dentro de outra narrativa, na qual a voz de dona Antônia é apresentada pela voz do Cônego, em diálogos e frases curtos. Uma das orações, dessa vez do Cônego, termina em reticências e interrogação, o que aponta para as lacunas dessa conversação. A reação de dona Antônia, tanto nos gestos quanto na sua narrativa, não passa de uma estratégia para convencer o Cônego a acreditar na mentira inventada por ela. Por outro lado, o Cônego, como narrador-personagem, ao dar voz à personagem dona Antônia, procura convencer o leitor de sua imparcialidade diante da mentira inventada pela matriarca, apesar de a mesma colocá-lo para contar a mentira. É o mesmo que dizer que quem mentiu foi ela. Essa estratégia do narrador, de revelar o drama de dona Antônia com tanta discrição, conduz o leitor a acreditar que ela realmente estivesse constrangida com toda aquela situação. No entanto, essa atitude pode não passar de uma dissimulação para convencer o Cônego a acreditar na mentira, a qual ela havia inventado, pois é o Cônego quem narra os fatos. Lúcia Miguel-Pereira afirma que dona Antônia é uma alma reta, levada ao mal, pois “nem se sabe se ousaria a contar inteiramente a história que forjara para separar o filho da agregada” (PEREIRA, 1944, p. 19), sem o devido apoio do Cônego. Para Pereira, o narrador adivinha o que dona Antônia apenas sugere e poupa-lhe a vergonha de proferir a calúnia, assumindo a posição de defensor de Lalau e, ao mesmo tempo, revelar a sua infelicidade. Pode-se dizer, também, que essa foi uma forma de o Cônego retribuir o favor que dona Antônia havia lhe prestado quando permitiu que o mesmo adentrasse sua casa para realizar a pesquisa. De certa forma, a atitude do Cônego serviu para redimir a matriarca por seus atos e, ao mesmo tempo, confirmar sua submissão ao poder paternalista dela.

O Cônego, mesmo depois de suspeitar que a viúva poderia estar dissimulando, prefere estender-lhe as mãos, dando como certa a mentira contada. Observemos a fala do narrador: “Fôsse como fôsse, não me passou pela idéia que aquele impedimento moral e canônico podia ser um simples recurso de ocasião” (ASSIS, 1944, p. 101). O que se percebe aqui é a cumplicidade do Cônego com as conveniências de Dona Antônia, demonstrando estar satisfeito com a saída encontrada por ela para a não realização do casamento.

O uso do incesto como forma de proibir uma possível relação entre dois membros de classes diferentes é recorrente nessa sociedade. Machado soube como poucos retratar esse aspecto em suas ficções. Sobre o incesto em *Casa Velha*, Gledson afirma que o

[...] mais notável aspecto do uso do incesto por Machado não é o tema em si nem a revelação do verdadeiro pai, em lugar do falso. Ambos os aspectos são bastante comuns na ficção romântica e empregados pelo próprio Machado em *Helena*. Aqui, parece que Machado não está sequer interessado (como acontece, em certa medida, no romance anterior) nos problemas psicológicos causados pela ameaça de incesto, mas utiliza-o para demonstrar os extremos a que irá a família (ou classe) para impedir elementos estranhos de se casarem com um de seus membros (GLEDSON, 1986, p. 47).

A família patriarcal, representada nos textos machadianos, prefere a saída desonrosa da mentira à ascensão de membros de outras classes em seu seio. A pureza de sangue fala mais alto do que a mistura da classe senhorial com sujeitos ditos inferiores. O incesto é um artifício do folhetim, pois, muitas vezes, não era incomum pais não saberem da existência de filhos bastardos na sociedade brasileira da época. Essas famílias preferiam fingir que isso não existia e não se abriam a essa possibilidade, devido ao controle da ordem instituída; não fosse o Brasil, país da miscigenação, tudo seria tranquilo como voar em céu de brigadeiro.

Descoberta que a história contada sobre o incesto era mentira, o narrador-personagem descreve como foi a reação de Dona Antônia quando desmascarada.

D. Antônia negou-me tudo a princípio, mas acabou confessando o que ninguém poderia então supor. Ela ignorava os amôres do marido; inventara a filiação de Lalau com o único fim de obstar ao casamento. [...] A razão é que o golpe recebido fôra profundo. Vivera na fé do amor conjugal; adorava a memória do marido, como se pode dizer a uma santa devoção íntima. Tinha dêle as maiores provas de constante fidelidade. Viúva, mãe de um homem, vivia da felicidade extinta e sobrevivente, respeitando morto o mesmo homem que amara vivo. E vai agora uma circunstância fortuita mostrar-lhe que, inventando, acertara por outro modo, e que o que ela considerava puro na terra trouxera em si uma impureza (ASSIS, 1944, p. 121).

O que se percebe nesse trecho é que dona Antônia, ao utilizar-se da mentira sobre o incesto para afastar seu filho de Lalau, acaba tornando-se vítima de seu próprio

veneno. Primeiro, acaba confessando sua mentira sobre o incesto, logo em seguida, seu orgulho é ferido quando descobre uma verdade: que seu marido não era tão fiel como ela imaginara. Pereira afirma que “nem se sabe ao certo se é moralista ou irônico o desfecho que faz de D. Antônia vítima da trama por ela inventada” (PEREIRA, 1944, p. 20). Acreditamos que, com esse desfecho, Machado ironiza essa sociedade patriarcal que, apesar de se considerar detentora do poder e portadora de um “sentimento cristão”, acaba se ferindo com suas próprias artimanhas ao utilizá-las para proteger seus interesses.

3.5 Lalau

Cláudia, conhecida como Lalau, órfã e agregada da fazenda, é outra personagem de *Casa Velha* que merece atenção quanto à sua representação dentro dessa sociedade. Ela é descrita pelo narrador-personagem como

[...] uma criatura adorável, espigadinha, não mais de dezessete anos, dotada de um par de olhos, como nunca vi outros, claros e vivos, rindo muito por êles, quando não ria com a bôca; mas se o riso vinha juntamente de ambas as partes, então é certo que a fisionomia humana confinava com a angélica, e tôda a inocência e tôda a alegria que há no céu pareciam falar por ela aos homens (ASSIS, 1944, p. 47-48).

Pela descrição do narrador, Lalau possui todas as características de uma personagem feminina romântica, pois se mostra compassiva e cheia de virtudes como um ser angelical. Lalau corresponde à virgem idealizada pela sociedade do século XIX. Recebeu de Dona Antônia “uma completa educação; sabia ler e escrever, coser e bordar; aprendia agora a fazer crivo e renda” (ASSIS, 1944, p. 48). No entanto, no decorrer da narrativa, pelas ações dessa moça, descobrimos que o mito, aqui, será desestabilizado, pois percebemos que ela representa as mocinhas que estão à margem da sociedade patriarcal, fora da ordem, mas que desejam, um dia, também, ascender socialmente. O próprio narrador admite que tal descrição possa ser um exagero (ASSIS, 1944, p. 48).

Desde o início da narrativa, as ações de Lalau fazem oposição à ordem austera da casa. Por exemplo, conforme o narrador-personagem, era costume de todos na casa se

sentarem à mesa para comer no mesmo horário; Lalau prefere brincar com um pavão do que sentar à mesa com os da casa. Nunca aparecia na hora certa: “Lalau não se demorou muito. Chegou entre o primeiro e o segundo prato. Vinha um pouco esbaforida, voando-lhe os cabelos, que eram curtinhos e em cachos [...]” (ASSIS, 1944, p. 47). O fato de Lalau escolher brincar com um pavão a seguir as regras da casa é uma ironia de Machado para com o fato de que os protocolos eram seguidos na classe senhorial apenas por aparência, e não por convicção. Desse modo, Lalau desestabiliza a ordem instituída. Sua primeira aparição na Casa Velha é descrita pelo Cônego-narrador, que ficara incomodado com o barulho que vinha do lado de fora da biblioteca em que estava trabalhando: era a chegada da sege de dona Antônia, que quase bateu no carro de bois da fazenda. Na cena, a sege traz Lalau e sua tia, que enfiava a cabeça por entre as cortinas para fora, rindo como uma criança (ASSIS, 1944, p. 50). Logo em seguida, ela confessa que ficou torcendo para que houvesse a colisão: “confessou que não tinha medo de nada, e até que queria ver um desastre para compreender bem o que era” (ASSIS, 1944, p. 51). Nota-se que ela, mesmo sendo agregada da casa, demonstra ser uma pessoa independente e que não se importa com os riscos de confrontar todo o formalismo dessa organização. Suas ações se opõem a todo o convencionalismo existente dentro da casa. Apesar de agregada, suas estratégias em busca de ascensão social não serão as mesmas utilizadas pelo Cônego, outro agregado, que se aproxima da matriarca para conseguir realizar seu desejo de ascensão. Ela caminhará por outras vias, se mostrará mais independente, decidida e disposta a correr os riscos no confronto com os desígnios de dona Antônia.

Lalau faz oposição à Casa Velha, como forma de se defender contra a dominação de uma elite que procura em nome da “ordem” subjugar as pessoas. Ela não é inocente como a julgam; é dissimulada, às vezes se comporta como criança, às vezes como mulher. Observemos o que o Cônego afirma sobre ela em relação às suas atitudes contraditórias: “Lalau era agora mulher apenas, sem nenhuma das cousas de criança que a caracterizavam na vida de tôdas as horas” (ASSIS, 1944, p. 85). Conhecedora de sua condição social, Lalau aproxima-se do Cônego, assim como dona Antônia, com o objetivo de ganhar um aliado; nesse caso, para ajudá-la a convencer dona Antônia a aceitar o namoro com seu filho Félix e, conseqüentemente, conquistar sua ascensão social.

Mas o que nos surpreende nessa relação é a forma do tratamento de Lalau para com o Cônego. Em momento algum vemos reverência, ou certo respeito pelo sacerdote, pelo contrário, trata-o como igual, pois sabe que ele também é um agregado daquela casa. Observem como ela responde ao Cônego quando foi visitá-lo na biblioteca: “– Como é que a senhora entrou? – Entrando; vi o senhor aqui, e vim muito devagar, pensando que não chegasse ao fim da sala, sem que o senhor me ouvisse [...]” (ASSIS, 1944, p. 55). O narrador-personagem descreve-a como “despercebida”, “inquieta” e “irreverente”. Ela caminha na contra-ordem da sociedade patriarcal e parece que essa foi uma das formas que a voz-autoral encontrou para ironizar o sistema paternalista, que procurava manter a ordem e os costumes de seus antepassados. A atitude de Lalau dentro da casa nada tem a ver com o formalismo existente ali.

Um dos raros momentos em que Lalau se comporta de forma mais retraída é quando o Cônego questiona sobre sua falecida mãe, cujo nome era Benedita. Mais uma vez encontramos uma personagem de Machado que traz no nome uma carga semântica em confronto com sua simbologia, e, aqui, também, com a imagem que Lalau tem de sua mãe: “Bendita”. Como ocorre com o nome dos pais de Helena, Ângela e Salvador, o nome nada ambíguo da mãe de Lalau aponta para a ironia machadiana de sempre: Benedita não age como Maria, a Bendita, pois foi amante do marido de dona Antônia. Se o nome não é ambíguo, as atitudes tornam a personagem ambígua. Observemos como o narrador descreve o respeito de Lalau pela memória de sua mãe: “As feições da moça perderam instantaneamente o ar alegre e descuidado; tudo o que havia nelas de frívolo converteu-se em gravidade e compostura, e a criança desapareceu, para só deixar a mulher com a sua saudade filial” (ASSIS, 1944, p. 57). Nas linhas seguintes, Lalau passa a descrever, conforme o narrador, as qualidades morais e físicas de sua mãe, demonstrando certa veneração. Com isso, percebemos que a referência de Lalau é sua mãe e não seu pai, diferentemente da referência de dona Antônia, que procurava reproduzir na casa velha os valores e costumes deixados por seu pai e por seu marido. Mais uma vez, entendemos que, aqui, há uma oposição entre a tradição que é representada por dona Antônia, que se apega à figura do pai, e a quebra dessa tradição representada por Lalau, por meio da sua ligação com a mãe.

Segundo Gledson, “Lalau realmente representa a possibilidade de uma ruptura, de uma mente consciente que pode encontrar a força para se revoltar [...]” (GLEDSON,

1986, p. 56). Assim, Lalau lutaria para romper os “tabus” que separam as classes sociais, entre proprietários, dependentes e escravos.

O que nos chama atenção nessa personagem é a forma como ela lida com aqueles que estão à margem da sociedade, como o preto velho Gira, sineiro da capela, tido como louco. Conforme a descrição do narrador-personagem, “Lalau era a única, entre todos, parentes, agregados ou fâmulos, que ia conversar com êle, interrogá-lo, escutá-lo, pedir-lhe histórias” (ASSIS, 1944, p. 73-74). De acordo com o narrador-personagem, essa ação da moça, deixava-a menos inquieta, fazia-lhe bem, da mesma forma que o escravo Gira “alegrava-se ao vê-la [...]. A moça representava aos olhos dele alguma coisa mais do que uma simples criatura, era a sociedade humana, e uma sombra da consciência antiga” (ASSIS, 1944, p. 74).

Por trás da voz desse narrador-personagem, acreditamos, mais uma vez, que há a voz-autoral, que pretende transmitir uma crítica a essa sociedade que não visa o ser humano em si, mas sim seus interesses, sua tradição e sua ordem. Lalau, ao aproximar-se do velho Gira, simbolicamente pode tornar-se uma ameaça a essa “ordem” preestabelecida dentro da casa. Na verdade, Lalau e Gira representam duas “forças” – agregada e escravo – que, aliadas, mesmo pertencendo à classe dos menos favorecidos, não deixam de ser uma ameaça ao sistema patriarcal. Essas impressões ficam evidentes quando o narrador-personagem descreve como dona Antônia, representante dessa “ordem”, encara, na mesma cena, a atenção que Lalau devota ao sineiro e a presença de Félix com ela, sorrindo, demonstrando certa cumplicidade.

Olhei para D. Antônia, a fim de ver que impressão lhe dera o ato da moça. Mal começava a fitá-la, reparei que franzira a testa, não sei até se empalidecia; tornando a olhar para fora tive explicação do abalo. Vi o filho de D. Antônia ao pé da moça; acabava de chegar ao grupo. Lalau explicava-lhe naturalmente a ocorrência; Félix escutava calado, sorrindo, gostando de vê-la assim compassiva, e afinal, quando ela acabou, inclinou-se para dizer alguma cousa aos moleques (ASSIS, 1944, p. 84).

Fica claro o motivo de dona Antônia “franzir a testa”, “empalidecer” e “estar abalada”. O fato de a agregada Lalau e o escravo Gira estarem juntos, demonstrando certa cumplicidade, por si só já era motivo para ela se preocupar. Agora, ver seu filho Félix calado, sorrindo e participando de toda a cena, para ela seria demais. O que se percebe nessas relações, além da união entre aqueles dotados de menos poder –

agregado e escravo – é a eliminação da distinção entre dependentes e senhor, pois Félix, como um representante dessa ordem patriarcal, aos olhos dessa sociedade, não poderia tratá-los como iguais. Por isso, afirmamos que Lalau representa uma ameaça à ordem patriarcal, que dona Antônia tanto prezava dentro de seus domínios. Para Gledson, “por trás da fachada aparentemente estável da casa mora a desconfiança, a espionagem e uma série de rígidos limites que foram traçados para o comportamento permissível” (GLEDSON, 1986, p. 41).

Apesar de Lalau reconhecer sua condição social de agregada da casa, alimentava o sonho de se casar com um homem de classe superior e ascender socialmente. Conforme afirma o narrador: “Lalau não seria uma exceção do sexo. Herdar com o marido o prestígio de que gozava a Casa Velha acabaria por lhe dar fôrça e fazê-la lutar” (ASSIS, 1944, p. 84). Ela sofre quando descobre que era, supostamente, irmã de Félix, por parte de pai, e que não poderia realizar seu desejo. Observemos como o narrador-personagem descreve sua reação à revelação.

Ela, que a princípio ouvia sem interesse, olhou de repente para mim, e perguntou-me se realmente estava tudo perdido. Vendo que lhe não dizia nada: – Diga, por esmola, diga tudo. – Vamos lá, sossegue... – Não sossego, diga. [...] Peguei-lhe na mão, e levei-a para defronte do retrato do finado conselheiro. Era teatral o gesto, mas tinha a vantagem de me poupar as palavras; disse-lhe que ali estava alguém que não queria: o pai de ambos. Lalau empalideceu, fechou os olhos e ia cair; pude sustê-la a tempo (ASSIS, 1944, p. 113).

Alguns críticos, como Lúcia Miguel Pereira, afirmam que Lalau não era ambiciosa e dissimulada; a partir desse trecho não podemos confirmar essa versão da biógrafa de Machado. O fato de Lalau sofrer com a impossibilidade do seu relacionamento com Félix pode ser, para muitos, encarado como a dor pelo sentimento frustrado. A nosso ver, entretanto, Lalau sofre, também, pela frustração de sua ambição pessoal. Na sociedade do século XIX, descrita por Machado de Assis, é comum as pessoas, se pobres, buscarem, através do casamento com outros de outra classe, sua elevação social. Conforme o narrador, a própria Lalau reconhece sua condição de agregada e a impossibilidade dessa relação progredir, afirmando: “Devia ser assim mesmo; eu não valho nada, não sou nada, não tenho avó baronesa, sou uma agregadazinha... mas então por que enganar-me tanto tempo? Para caçoar comigo?”

(ASSIS, 1944, p. 112).

Ao tomar conhecimento que a história de ela ser irmã de Félix foi uma farsa inventada por dona Antônia, a ação dessa personagem nos surpreende mais uma vez. Apesar de o caminho agora estar livre para que seu desejo seja realizado, ela abre mão dessa relação em memória de sua mãe e em protesto contra a atitude do pai de Félix, que, noutro tempo, manteve uma relação extraconjugal com sua mãe. Quando questionada pelo cônego se era orgulho, a moça responde:

– Orgulho, não; eu não sei que cousa é orgulho. Sei que nunca estimei tanto a ninguém como a minha mãe. [...] Não é orgulho; é vergonha; creia que estou envergonhada. Sei que era estimada na Casa Velha; e seria ali feliz, se pudesse sê-lo; mas não posso, não posso...” (ASSIS, 1944, p. 124).

Nesse trecho, Lalau reconhece que, na sua condição de agregada, jamais poderia ser feliz dentro da casa velha, e ainda que aceitasse se casar com Félix, continuaria sendo, aos olhos dessa sociedade, “uma agregadazinha”. Decide casar-se com Vitorino, o filho do cocheiro de dona Antônia. “Se êle e Lalau foram felizes, não sei; mas foram honestos, e basta” (ASSIS, 1944, p. 126), declara o narrador ao final do texto.

A atitude de Lalau em reconhecer sua condição de agregada, para muitos críticos, pode ser vista como um sinal de moralismo por parte do autor, tendo em vista que, para uma parte da crítica, Machado de Assis é um defensor da ordem patriarcal e da honra familiar. A nosso ver, ao contrário dessa visão, o fato de Lalau reconhecer sua condição de agregada se dá devido à vergonha que ela sente com a situação, mas essa é uma estratégia textual machadiana para mostrar o apagamento social da camada pobre da população à qual não é permitida a ascensão social. Além disso, o fato de Lalau reconhecer sua condição de agregada e casar-se com o filho do cocheiro, pode muito bem ser entendido, como uma forma encontrada por ela, para negociar sua permanência na Casa Velha. Notemos que Helena morre de vergonha. Desse modo, essa repetição de agregadas envergonhadas depois de terem suas ambições frustradas nos parece um lugar comum em textos machadianos, dos quais estes não são os únicos exemplos.

3.6 Félix

Filho único de dona Antônia e principal herdeiro da casa velha, Félix assume,

dentro dessa sociedade patriarcal, a responsabilidade em dar continuidade à tradição familiar e à defesa desse sistema. Apresentado pelo narrador-personagem como “um moço de vinte anos ou menos, simpático, fisionomia meiga e franca” (ASSIS, 1944, p. 30), Félix é mais um daqueles personagens da ficção machadiana que, apesar de qualidades como “benevolente”, “inteligente” e “modesto” (ASSIS, 1944, p. 31), torna-se um personagem passivo dentro da casa.

Na relação entre pai e filho, é natural o filho homem espelhar-se no pai, buscando reproduzir suas ações. Para o narrador-personagem, Félix, apesar de possuir semelhanças físicas com seu pai, não tem a mesma postura deste.

A cabeça era altiva, o olhar inteligente, a bôca voluptuosa; foi a impressão que me deixou o retrato. Félix não tinha, porém, a primeira nem a última expressão; a semelhança restringia-se à configuração do rosto, ao corte e viveza dos olhos (ASSIS, 1944, p. 37).

Como se percebe, dentre os adjetivos conferidos a seu pai, Félix não possuía o caráter altivo, ou seja, a arrogância, nem a voluptuosidade de seu progenitor. Educado pela mãe, assim como Bentinho, de *Dom Casmurro*, Félix torna-se um homem sem ambições pessoais, preferindo viver no ócio, das rendas da família, e junto de sua genitora.

De acordo com o narrador-personagem, a própria dona Antônia admite a passividade de seu filho: “A verdade é que êle não quer sair daqui. Não tem ambições, fêz estudos incompletos, não lhe importa nada” (ASSIS, 1944, p. 40). A postura de Félix não é diferente de outros personagens de Machado de Assis, como Brás Cubas, Bentinho, de *Dom Casmurro*, Félix, de *Ressurreição*, Jorge, de *A mão e a luva* e Estácio de *Helena*, que, cientes de sua condição social e herdeiros do passado, não se preocupam com nada além de cuidar e viver das rendas da família. Alguns desses personagens citados foram para a Europa, estudaram, tiveram uma formação acadêmica, mas não exerceram sua profissão. Félix nunca saiu das imediações da fazenda, nem mesmo conseguiu terminar seus estudos.

Apesar de ser um agente passivo dentro dessa sociedade patriarcal, ele conhece os ditames de sua classe, ou seja, tem uma noção paternalista. Não é à toa que quer se eleger deputado. Observemos a conversa de Félix com o Cônego: “– Até agora não tinha resolvido nada, mas acho que devo fazê-lo. Sigo a carreira de papai [...]” (ASSIS,

1944, p. 61). De acordo com Faoro, “A posição privilegiada de eleger deputados e obter condecorações e títulos exercia-se em benefício da família, hereditariamente” (FAORO, 1974, p. 102). No entanto, apesar de Félix confessar ao Cônego que desejaria seguir a carreira política de seu pai, ele não estava preocupado com os benefícios que a política poderia trazer para sua família. Nas linhas seguintes da narrativa, percebemos que essa decisão de querer se eleger deputado não era por vocação nem para seguir a carreira do pai, mas por mera conveniência. A política seria, para ele, uma forma de permanecer no país, já que dona Antônia tinha planos de levá-lo para a Europa, com o intuito de separá-lo da agregada Lalau.

Outra atitude de Félix que merece destaque refere-se à forma fria como ele recebe a notícia por parte do cônego, sobre a impossibilidade da relação afetiva entre ele e Lalau. O narrador-personagem descreve assim a resposta de Félix:

– Seja como fôr, estou curado, disse êle. À noite fêz-me bem. O sentimento que essa menina me inspirou converteu-se agora em outro, e creia que pela imaginação já me acostumei a chamá-la irmã; creia mais que acho nisto um sabor particular, talvez por ser filho único (ASSIS, 1944, p. 108).

Essa postura de Félix parece contraditória a todo o sentimento que ele demonstrava nutrir, até então, pela moça. Apenas uma noite foi suficiente para ele tirá-la de seu coração. Seu gesto de conformidade chega a impressionar até o próprio Cônego, que esperava do rapaz “muito desespero, e até lágrimas” (ASSIS, 1944, p. 109). A nosso ver, essa postura fria de Félix reflete a forma como os sujeitos afeitos à sociedade patriarcal lidam com aqueles que estão à margem da sociedade. O que está em jogo aqui não é mais o sentimento afetivo dele por Lalau, mas a defesa da ordem e a manutenção do *status* social daquela casa. Isso fica evidente quando ele afirma “ter um sabor particular, talvez por ser filho único” (ASSIS, 1944, p. 108). O fato de reconhecer que é filho único, pode indicar que ele tem conhecimento de sua função dentro da casa. E ter Lalau como irmã não mudaria o seu poder de principal detentor dos direitos da casa velha. Nesse caso, Félix age por conveniência, tendo em vista que estaria apenas abrindo mão de Lalau. O que resta a ele é cumprir a vontade de sua mãe, casando-se com Sinhazinha, esta sim, de sua posição social e dando continuidade à tradição familiar de seus pais.

Após analisar as atitudes dos personagens que compõem a narrativa de *Casa*

Velha, chegamos à conclusão de que Machado de Assis assalta a casa velha ao criar um curioso narrador-personagem que, vasculhando os meandros da casa grande, procura tecer uma crítica às formas impróprias de como a sociedade patriarcal age para se manter no poder. Desse modo, ele nos apresenta dona Antônia, com sua falsidade moral sobre o possível incesto; Félix, que age com a razão quando tem que escolher entre o amor e a herança; os menos favorecidos, que querem subir de classe, como o Cônego, que age conforme os ditames de dona Antônia, tornando-se conivente com ela e, ao mesmo tempo, utiliza de sua autoridade religiosa para camuflar seus interesses; e, por fim, Lalau, que deseja se casar com Félix com interesse de ascender socialmente. Nesse sentido, acreditamos que, mais uma vez, Machado de Assis, ao demonstrar as tramas concebidas dentro desse sistema, não pretende “aperfeiçoar o paternalismo” como quer Roberto Schwarz, mas desmascarar esse sistema que imperava na sociedade brasileira de seu tempo.

CONCLUSÃO

Tentamos, ao longo desta jornada, demonstrar como Machado de Assis criticou, em sua ficção, o paternalismo existente na sociedade brasileira do século XIX, sua reprodução através das políticas do favor e do jogo de interesses, a busca de ascensão social daqueles menos favorecidos, e a luta para manutenção do *status* pela elite brasileira, principalmente a carioca.

Apesar de o romance *Helena* e a novela *Casa Velha* terem sido escritos em datas distintas, Machado de Assis adotou uma mesma temática, o paternalismo, para essas duas ficções. Ao repetir a temática, parece que Machado queria reforçar sua visão irônica sobre as mazelas desse sistema. Fazem parte dessa escrita, supostos incestos, contendas na família por herança, anti-heroínas, casamentos realizados por aliança política e econômica, sem nenhum valor afetivo e um falso sentimento cristão das personagens.

Para Roberto Schwarz, em crítica direta a *Helena*, Machado de Assis, ao enfatizar a mesma temática em sua ficção, buscava o “aperfeiçoamento” do paternalismo. A principal questão que moveu este trabalho foi trazer uma nova leitura para discutir essas relações e mostrar que, na verdade, Machado de Assis queria mesmo era desmascarar o paternalismo reinante nessa sociedade do século XIX. Para confirmar nossas impressões, analisamos personagens cujas funções se repetem nos dois textos tomados como *corpus* desta dissertação: o romance *Helena* e a novela *Casa Velha*, como, por exemplo, as órfãs, as matriarcas, os padres, os herdeiros e os pais.

Ao compararmos os personagens do romance *Helena* e da novela *Casa Velha*, descobrimos que a maioria deles se assemelha quanto à sua representação dentro do sistema paternalista. Alguns lutarão para conquistar sua ascensão social, outros para se manterem no poder. Tanto Helena, quanto Lalau são órfãs e pobres. Como vimos no início das narrativas, elas receberam de seus tutores a mesma educação e possuíam todas as características de uma personagem feminina romântica, mostrando-se cheias de virtudes. No entanto, serão consideradas pela sociedade patriarcal como “fora da ordem”, tendo em vista que, apesar de serem agregadas da casa, suas atitudes, no decorrer das narrativas, revelam que elas não estavam dispostas a cumprir o papel de agregadas, submissas aos seus senhores. O que elas querem é ascender socialmente.

Para isso, dissimularão e utilizarão de artimanhas e trapagens como forma de sobrevivência, numa sociedade que não reconhece aqueles que nasceram desprovidos de vantagens econômicas. Se Helena entra na casa através do testamento de seu suposto “pai”, Lalau mora na casa velha desde criança, quando seus pais também agregados, morrem. Conhecedoras de sua condição social, elas se esforçarão para ser aceitas como parte integrante da família patriarcal. Suas ambições são as mesmas, conquistar uma nova posição social.

Como a ordem patriarcal é um sistema fechado, pois procura preservar a manutenção do *status* familiar, Helena e Lalau adotarão estratégias diferentes para enfrentar as resistências que viriam desse sistema patriarcal. Como vimos no segundo capítulo, Helena faz de tudo para agradar seus novos familiares, demonstrando uma “graciosa submissão”. Por exemplo, mesmo sabendo cavalgar, não tira o direito a Estácio de ensiná-la. Noutro momento, procura agradar dona Úrsula propondo-se a ler o romance para ela, para que “não cansasse as vistas”. Através da máscara da cordialidade, Helena tenta conquistar o coração dos moradores da casa e, ao mesmo tempo, sua ascensão social.

Lalau, apesar de dissimulada, procura enfrentar as resistências, fazendo oposição a todo o formalismo existente na casa velha e demonstrando ser uma pessoa independente e disposta a enfrentar os riscos no confronto com os desígnios da matriarca, dona Antônia. Por exemplo, Lalau prefere brincar com um pavão que almoçar juntamente com seus familiares, como era de costume na casa. Noutro instante, ela rompe as barreiras de classe quando destina sua atenção aos causos do sineiro velho Gira, escravo da fazenda, causando certa indignação na matriarca, conforme apresentamos no terceiro capítulo.

Apesar de terem estratégias diferentes, nenhuma delas consegue se realizar. Como vimos nos capítulos anteriores, elas são punidas por seu desejo de ascensão. Helena é desmascarada por seus familiares e morre no final da narrativa; Lalau é afastada de Félix, pela mentira de dona Antônia sobre o possível incesto. Descoberta a mentira, prefere não se casar com Félix, reconhecendo sua condição de agregada.

Se para alguns críticos, a morte de Helena no final da narrativa e o reconhecimento de Lalau sobre sua condição de agregada podem ser vistos como sinais de moralismo, por parte de Machado de Assis, para nós não passou de uma estratégia

textual machadiana para mostrar o apagamento social das mocinhas pobres a quem “a ascensão social e a glória não são permitidas” no seio dessa sociedade patriarcal.

As duas mulheres que procuram defender a ordem tradicional de suas famílias em *Helena e Casa Velha* são dona Úrsula, personagem do romance, e dona Antônia, a matriarca de *Casa Velha*. Elas têm posturas semelhantes no que se refere à “severidade a respeito de costumes”. Por exemplo, dona Úrsula, jamais aceitou a atitude de seu falecido irmão, o Conselheiro Vale, de colocar Helena como suposta herdeira no testamento. Primeiro, por considerar um “péssimo exemplo”; segundo, por ter colocado uma pessoa de outra classe social como herdeira no testamento, como se pertencesse à mesma ordem que ela, demonstrando seu preconceito de classe. Já dona Antônia, a matriarca da casa velha, administra a ordem da casa, com muita “discrição”, “brandura” e “justiça”, procurando preservar o costume de seus antepassados com muita “reverência” e “veneração”.

Demonstramos que as atitudes dessas duas personagens se assemelham quanto ao uso da cordialidade com fins de conseguirem afastar de sua família tudo que possa vir a quebrar, ou alterar a ordem familiar. Essas senhoras usam a cordialidade para dissimular, por exemplo, dona Úrsula finge demonstrar gratidão por Helena quando esta cuida dela enquanto estava adoentada; Dona Antônia aceita que o Cônego passe a fazer parte de sua casa com o objetivo de que este ajude a afastar Félix de Lalau. Pelo que vimos, suas atitudes parecem cordiais, no entanto, por trás desses gestos aparentemente “bons” há uma intencionalidade movida pelo interesse de preservação da ordem paternalista.

Partindo da ideia de que no paternalismo, historicamente, nas relações entre o proprietário e seus dependentes sempre há envolvimento de interesses na prestação e contraprestação de favores, o sentimento de cordialidade demonstrado por dona Úrsula e por dona Antônia não chega ao ponto de nivelar as relações. Até porque não existe lugar fora das formas instituídas pelo patriarcado. Essas duas personagens, como representantes da elite patriarcal, sentem-se detentoras do poder, cabendo às agregadas acatarem suas vontades.

Os personagens padres de *Helena e Casa Velha*, Melchior e o Cônego são dois representantes da Igreja e agregados das respectivas casas. Melchior é apresentado pelo narrador como um sujeito bondoso em suas ações, quase perfeito, cujas características

representam bem o perfil de sacerdote que, dotado de carisma profissional, procura desenvolver sua função de preservar a ordem moral dentro da família Vale. Já o Cônego, apesar de sacerdote, reconhece que não tem vocação eclesiástica, mas nem por isso deixa de aproveitar seu título para assaltar a casa velha. Tanto um quanto o outro é conivente com as vontades da sociedade patriarcal. O padre Melchior, ao invés de converter seus fiéis, “admoesta”; seus conselhos “não apontam para Deus, mas para o mundo”, para a ordem que não deve ser quebrada. O Cônego de *Casa Velha* aproveita suas habilidades persuasivas para demonstrar toda sua cordialidade para com os moradores da casa velha somente com a finalidade de ganhar a afeição deles. Além disso, revelar-se-á um sacerdote fraco, movido pelos prazeres carnavais, quando se apaixona por Lalau e torna-se cúmplice de dona Antônia em sua mentira sobre o falso incesto.

Os dois padres se esconderão por trás da capa da religiosidade para justificarem seus atos. É obvio que, por trás de suas atitudes, está o jogo de interesses, artifício de uma sociedade que tem suas ações voltadas para o poder econômico e ascensão social, na qual nada melhor que estar aliado às vontades da elite para se manter no poder.

Quanto aos filhos homens, Estácio, de *Helena* e Félix, de *Casa Velha*, são os herdeiros e “fiéis depositários da tradição paternalista”, tendo em vista que eles tinham noção de sua função dentro desse sistema. Estácio aceita, sem nenhuma resistência, a vontade de seu falecido pai de reconhecer Helena como herdeira no testamento. Destacamos que ele se submete à vontade paterna, como forma de solidificar sua posição de detentor, daí em diante, do poder de exercício da vontade patriarcal. Com Félix não é diferente. Ele também conhece os ditames de sua classe; não é à toa que quer se eleger deputado, pois essa seria outra forma de solidificar sua classe no poder. Além disso, aceita, passivamente, a impossibilidade de casar-se com Lalau, quando lhe é revelado o possível incesto. Essa atitude revela que o mancebo tinha noção de sua condição social e que deveria seguir no cumprimento das vontades paternas.

Apesar de conhecerem as regras de sua classe, são rapazes ociosos, que preferem cuidar de seus livros e seus passeios. Aproveitam-se de sua condição social para viver das rendas, dos títulos e dos aluguéis deixados como herança pelos pais. Estácio, a despeito de sua formação profissional em matemáticas, não exerce a função, enquanto Félix nem mesmo conseguiu terminar seus estudos; ambos preferem ficar sob a

dependência da fortuna da família.

Discutimos, também, a representação dos pais nessas duas ficções. Em *Helena*, apontamos a existência do Conselheiro Vale, representante da elite e pai adotivo de Helena; Salvador, pai biológico de Helena, desprovido de vantagens econômicas; e o Dr. Camargo, médico e amigo da família Vale. Cada um aproveita-se de sua condição social para exercer sua função paterna no seio dessa sociedade. O Conselheiro Vale revela sua força hegemônica ao colocar Helena, que não era sua filha natural, como herdeira no testamento, exercendo sua autoridade mesmo depois de morto. Salvador abre mão da paternidade de sua filha ao Conselheiro Vale, visando tirar alguma vantagem social com essa concessão e mesmo sendo pobre, continua exercendo sua autoridade paterna sobre a filha, impondo a ela o cumprimento do contrato. O Dr. Camargo, sempre presente na casa da família Vale, revela-se um médico ambicioso, preocupado apenas em garantir o futuro de sua filha Eugênia, casando-a com Estácio, filho do Conselheiro Vale.

Em *Casa Velha*, temos o pai de Félix, conhecido apenas como ex-ministro de Pedro I e Romão, pai de Lalau, ambos falecidos. O pouco que a narrativa conta sobre eles revela que o pai de Félix, apesar de representante da elite e da veneração de dona Antônia à sua memória, teve outros amores fora do casamento, inclusive a mãe de Lalau. O poder dele, até mesmo depois de morto, continua sendo exercido, pois um dos motivos do afastamento de Lalau e Félix é o fato de o pai deste ter sido amante da mãe dela. Isso demonstra como a sociedade patriarcal procurava viver de aparências. Já o pai de Lalau, o que se sabe é que ele foi agregado da casa velha e exercia o ofício de mecânico.

Sobre os narradores de *Helena* e *Casa Velha*, apontamos a versatilidade de Machado de Assis ao criar narradores capazes de manipular seus leitores. Durante toda a narrativa de *Helena*, o narrador “fala demais”, ou seja, fala além do que devia, mas não se pode esquecer o quanto ele, em sua necessidade de explicitar juízos, é ambíguo. Afinal, o narrador é cúmplice dos personagens de *Helena*. Tanto o narrador quanto os personagens dissimulam, escondendo suas verdadeiras intenções dentro do romance. Ainda que falastrão, o narrador omite do leitor determinadas pistas da resolução da história. Assim, através da dissimulação do narrador, o texto machadiano colabora para a dissimulação dos personagens e demonstra sua crítica velada aos costumes da

sociedade patriarcal e paternalista.

Diferentemente do narrador de *Helena*, em *Casa Velha*, a personagem é que conta a história, pois é um narrador em primeira pessoa. Esse narrador não conhece toda a verdade e apresenta-se com uma identidade definida, conhecido apenas como um velho Cônego da Capela Imperial. Com a intenção de fazer com que o leitor acredite no que é contado, Machado de Assis coloca um padre como narrador da história de *Casa Velha*. Ele o faz escrever a partir dessa condição: sacerdote e, ao mesmo tempo, escritor que se volta para seu passado, relatando o que se passou há muitos anos. Mas se atentarmos bem para a dissimulação machadiana, mais uma vez, ele brinca com seu leitor, trapaceando-o, pois também em *Casa Velha*, como em *Helena*, nada é o que parece ser.

Mostramos que essa estratégia de Machado de utilizar um personagem para narrar a própria história, pode levar o leitor a confundir a voz do narrador da ficção com a do autor. Para isso, abordamos a questão da escrita de dois narradores, que aparecem conjuntamente, sem que se saiba, exatamente, a diferença entre eles. Nesse sentido, uma voz seria a do Cônego, o qual não teria certeza sobre todas as implicações de sua escrita, e a outra, a de Machado, a voz autoral, que possuiria a chave da narrativa. Afirmamos também que é possível dizer que em *Casa Velha* existem três ficções. A primeira refere-se à própria novela *Casa Velha*, na qual, há uma voz autoral que se sobrepõe à voz do narrador ficcional – o Cônego. A segunda refere-se à história que o Cônego narra, na qual a voz é do próprio Cônego. A terceira refere-se à história sobre o incesto inventada por dona Antônia, porém quem a conta é o Cônego. Nesse entrelaçar de vozes, há sempre a possibilidade de esses narradores dissimularem e esconderem suas verdadeiras intenções.

Enfim, após analisarmos as atitudes dos personagens do romance *Helena* e da novela *Casa Velha*, acreditamos que Roberto Schwarz não percebeu todo o alcance da crítica e força de denúncia contidos na ficção machadiana, principalmente em *Helena*, quando afirmou que o romance é “conformista”, transformando-o em um manual de “boas maneiras” e reduzindo-o apenas a uma análise de perfis morais calcados no sentimento cristão, ou a uma mera descrição de uma sociedade e seu tempo. Entendemos que Machado de Assis, ao escrever tanto *Helena* quanto *Casa Velha*, queria denunciar a hipocrisia, as aparências que norteavam o ambiente familiar patriarcal, quando apresenta personagens com atitudes aparentemente convencionais,

que, conforme o ambiente ou a situação dissimulavam visando sempre obter alguma vantagem a partir de suas ações. Consideramos que Machado de Assis foi além ao desmascarar o paternalismo reinante na sociedade brasileira, principalmente a carioca, denunciando uma sociedade que utilizava a diplomacia da aparente cordialidade, somente quando envolvia seus próprios interesses ou se houvesse alguma contrapartida.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia do autor:

ASSIS, Machado de. *Helena*. 25. ed. São Paulo: Ática, 2004.

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

ASSIS, Machado de. *Casa Velha*. São Paulo: Martins, 1944.

Bibliografia sobre o autor:

BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: O enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 2003.

BOSI, Alfredo; GARBUGLIO, José Carlos. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982.

CAMARGO, Fábio Figueiredo. *A escrita dissimulada: Um estudo de Helena, Dom Casmurro e Esaú e Jacó*, de Machado de Assis. Belo Horizonte: Edição do autor, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: Ficção e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GLEDSON, John. *Impostura e realismo: uma reinterpretação de Dom Casmurro*. Trad. Fernando Py. São Paulo: Cia das Letras, 1991

GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis*. Trad. Fernando Py. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

GOMES, Eugênio. *O enigma de Capitu*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: O romance machadiano e o público de literatura no século XIX*. São Paulo: Nankin editorial Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

LIMA, Luiz Costa. *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Machado de Assis desconhecido*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Vida e obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, 4 vols.

MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

PEREIRA, Lúcia Miguel. Prefácio. In: ASSIS, Machado de. *Casa Velha*, p. 5–22. São Paulo: Martins, 1944.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis (Estudo Crítico e biográfico)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Prosa e Ficção (de 1870-1920)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Relações de família na obra de Machado de Assis*. *Revista Machado de Assis em linha*, 2009, nº 04, p.1-2. Disponível em http://www.machadodeassis.net/revista/numero04/rev_num04_artigo01.asp – acessado em 13/06/2011.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas cidades, 1992.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios dos romances brasileiros*. São Paulo: Duas cidades, 2000.

XAVIER, Therezinha Mucci. *A personagem feminina no romance de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

XAVIER, Therezinha Mucci. *Verso e reverso do favor no romance de Machado de Assis*. Viçosa: UFV, 1994.

Bibliografia Geral:

BELO, Raquel Pereira *et al.* Correlatos valorativos do sexismo ambivalente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Abril, 2005, vol. 18, nº 1, p. 7-15. Disponível em: <http://www.scielo.br/cgi> – acessado em 15/04/2011.

BÍBLIA DE ESTUDO PENTECOSTAL. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia Das Letras, 1992.

CANDIDO, Antonio de Mello e Souza. *The Brazilian Family*. In: Marchand, A., LYNN SMITH, I. *Brazil, portrait of Half a Continent*. New York: Dryden Press, 1951.

CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. 5. ed. São Paulo: Paz e terra, 2006.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Trad. Vera da Costa e Silva. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

D'INCAO, Maria Ângela. “A mulher e família burguesa”. In: PRIORE, Mary Del. (org) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Unesp. 1997, p. 223-240.

- DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Cia, Ed. Nacional, 1939.
- DUPUIS, Jacques. *Em nome do pai: Uma história da paternidade*. Trad. Antônio de Padua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- GOMES, Angélica de Castro. “A dialética da tradição”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 12, vol. 5, fev. 1990.
- HEILBORN, Maria Luiza. *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- KURY, Adriano da Gama. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 2002.
- LAJOLO, Marisa. *Como e por que ler o romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LENARDÃO, Elsio. Gênese do clientelismo na organização política brasileira. *Lutas sociais*. Puc/SP, 2004, 1º semestre, vol. 11-12, p.1 -11. Disponível em [http. www.pucsp.br](http://www.pucsp.br) – acessado em 15/04/2011.
- MORAES, Vera Lúcia Albuquerque de. Helena: Construções e contradições. *Revista da Anpoll*, 2008, vol.1, nº 24, p. 89-104. Disponível em [http. www.anpoll.gov.br](http://www.anpoll.gov.br) – acessado em 15/04/2011.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/ Universidade de São Paulo, 1969.
- SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1987.